



O COMUM EM BRASÍLIA

Paradoxos da cidade sistêmica

Ricardo de Alcântara Dantas





O COMUM EM BRASÍLIA

Paradoxos da cidade sistêmica

Ricardo de Alcântara Dantas



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

Reitora: Sandra Regina Goulart Almeida
Vice-Reitor: Alessandro Fernandes Moreira

FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

Diretor: Bruno Pinheiro Wanderley Reis
Vice-Diretora: Thais Porlan de Oliveira

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

Coordenadora: Paula Guimarães Simões
Sub-Coordenador: Daniel Reis Silva

SELO EDITORIAL PPGCOM

Bruno Souza Leal
Juarez Guimarães Dias

CONSELHO CIENTÍFICO

Ana Carolina Escosteguy (PUC-RS)	Jorge Cardoso (UFRB UFBA)
Benjamim Picado (UFF)	Kati Caetano (UTP)
Cezar Migliorin (UFF)	Luis Mauro Sá Martino (Casper Líbero)
Elizabeth Duarte (UFMS)	Marcel Vieira (UFPB)
Eneus Trindade (USP)	Mariana Baltar (UFF)
Fátima Regis (UERJ)	Mônica Ferrari Nunes (ESPM)
Fernanda Duarte (NCSU/EUA)	Mozahir Salomão (PUC-MG)
Fernando Gonçalves (UERJ)	Nilda Jacks (UFRGS)
Frederico Tavares (UFOP)	Renato Pucci (UAM)
Iluska Coutinho (UFJF)	Rosana Soares (USP)
Itania Gomes (UFBA)	Rudimar Baldissera (UFRGS)

www.seloppgcom.fafich.ufmg.br

Avenida Presidente Antônio Carlos, 6627, sala 4234, 4º andar
Pampulha, Belo Horizonte - MG. CEP: 31270-901
Telefone: (31) 3409-5072

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

D192c Dantas, Ricardo de Alcântara.
O comum em Brasília [livro eletrônico]: paradoxos da cidade
sistêmica / Ricardo de Alcântara Dantas. - Belo Horizonte,
MG: Fafich/PPGCOM/UFMG, 2023.

176 p.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-86963-85-4

1. Comunicação. 2. Brasília (DF) - História. I. Título.

CDD 302.23

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

CRÉDITOS DO E-BOOK

© PPGCOM/UFMG, 2023.

CAPA E PROJETO GRÁFICO
Atelier de Publicidade UFMG
Bruno Guimarães Martins

COORDENAÇÃO DE PRODUÇÃO
Bruno Guimarães Martins
Daniel Melo Ribeiro

DIAGRAMAÇÃO
Talita Aquino

REVISÃO FINAL
Igor Lage

Esta obra foi selecionada pelo Conselho Editorial do Selo
PPGCOM/UFMG após avaliação por pareceristas *ad hoc*.

O acesso e a leitura deste livro estão condicionados ao aceite dos
termos de uso do Selo do PPGCOM/UFMG, disponíveis em:

<https://seloppgcom.fafich.ufmg.br/termos-de-uso/>

À Isadora, Henrique e Eliane

| Sumário

APRESENTAÇÃO	13
INTRODUÇÃO	17
CAPÍTULO 1	
Sistemas sociais, amor e poder	35
CAPÍTULO 2	
Cidades são sistemas sociais	61
CAPÍTULO 3	
Brasília, cidade capital e cidade comum	75
CAPÍTULO 4	
Esboços para uma teoria da cidade capital	133
POSFÁCIO	159
GLOSSÁRIO	165
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	171

City's just a jungle, more games to play

Bob Dylan

| APRESENTAÇÃO

A cidade capital é um sistema social umbilicalmente relacionado a pelo menos três elementos complexos e instáveis: o Estado, a identidade nacional e o território nacional. A potência dessa relação extremamente complicada ofusca outro sistema, este, por sua vez, estruturado por interações (comunicações) que acontecem no chão, no asfalto, na escala humana: a cidade comum. Este livro, resultante de uma dissertação de mestrado defendida na Universidade de Brasília em maio de 2022, tenta descrever os dois sistemas interagindo (cidade capital e cidade comum) em um único lugar – Brasília – e algumas consequências dessa interação.

A cadência marca a diferença entre a cidade capital e a cidade comum. Enquanto a primeira tem a pulsação da História, limitada por compassos conformados em uma certa plausibilidade, a segunda segue intervalos mais obscuros, improváveis, espalhados no encontro fantasmagórico entre o dia e a noite. A cidade comum amanhece e anoitece. A cidade capital liga e desliga – ao menos no cotidiano do espetáculo político nacional. São cadências bem distintas reveladas por alguns sinais que vamos descrever. Brasília tem dois limites bem definidos, uma fronteira que a diferencia do restante do país (o território denominado Distrito Federal), e uma fronteira interna com demarcações jurídicas, geográficas e simbólicas que diferenciam a capital da cidade comum

que a envolve. Leis e normas operam a programação da cidade capital e sua função de organizar o Estado, a identidade nacional e o território nacional. Já a programação da cidade comum opera fronteiras mais fluidas. Ela organiza a vida das pessoas, as interações e se auto-organiza nessa operação que ocorre no tempo indefinido dos ciclos da vida e da morte. A cidade comum pulsa. A cidade capital pensa.

A partir desses dois sistemas vamos observar temas como patriotismo, nacionalismo e identidade pelo prisma das relações sociais do amor e do poder. Consideramos esses dois elementos meios de comunicação simbolicamente generalizados, seguindo a teoria de sistemas sociais do sociólogo alemão Niklas Luhmann. A teoria nos indica que o amor e o poder têm papel estruturante nos sistemas sociais. Eles resolvem o entendimento e a aceitação das pessoas em relação a coisas abstratas e complexas. Em outras palavras, o poder e o amor, enquanto meios de comunicação, animam e possibilitam as relações identitárias, a conformação espacial nacional e a adesão/obediência ao Estado. Esses são alguns dos fundamentos que esboçamos neste livro para alcançar uma teoria da cidade capital. Mas neste trabalho não tivemos essa pretensão. Nosso objetivo aqui foi introdutório, desbravador.

Este é um livro com caráter ensaístico e eminentemente teórico, por isso nos permitiremos fundamentar um pouco mais demoradamente os conceitos *luhmannianos* apresentados ao longo do texto logo no primeiro capítulo. Escolhemos manter essa parte com mais “peso” teórico no livro porque o arcabouço conceitual de Niklas Luhmann é pouco usual no cotidiano (apesar de já muito difundido cientificamente) e muitas vezes contraintuitivo. Especialmente para alcançar o conceito de “meios de comunicação simbolicamente generalizados”, fundamental para esta obra, introduziremos o trabalho com um debate teórico sobre dois desses meios que percorrem todo o trabalho (e as entranhas da capital brasileira): os já citados amor e poder. Para complementar, elaboramos ao final do texto um glossário com alguns dos conceitos do autor que mais mencionamos no texto.

O leitor que tiver fôlego e paciência, ao atravessar essa parte inicial mais espinhosa, compreenderá melhor a história dessa peculiar capital brasileira, Brasília, e sua dualidade fundamental: uma cidade comum

e uma cidade capital convivendo em um único espaço. Nos capítulos seguintes o texto ameniza. Traremos um breve panorama dos conceitos científicos para cidade e cidade capital; a história da criação de Brasília resgatando os caminhos que levaram à sede da megaorganização Estado brasileiro para o planalto central do país; e o ensaio, propriamente dito, sobre o que faz de uma capital uma capital e porque ela tende a se diferenciar da própria cidade comum que a abriga. Uma opção válida de leitura é pular essa parte inicial e ir direto ao assunto a partir do segundo capítulo. Nesse caso fica a recomendação de visitar o primeiro capítulo e o glossário toda vez que as coisas não estiverem fazendo muito sentido. Boa leitura!

Ricardo de Alcântara Dantas
Brasília, março de 2023

INTRODUÇÃO

Cidade capital é um tema dinâmico. Capitais como Paris, Washington ou Ottawa, aparentam estar estáticas nesse papel. Mas a humanidade é volátil, está em movimento. Fatos recentes sugerem que a pretensa estabilidade do pós-guerra foi exceção, e não regra. Washington, por exemplo, é a capital americana desde 1789 – habitada para valer a partir de 1800. Desde que foi queimada pelos ingleses, em 1812, ou serviu de base militar na Guerra de Secessão nos anos 1860, mantém-se como o centro político relativamente estável da antiga democracia norte-americana. Em 2021, no entanto, a invasão do Capitólio por uma multidão incitada por um político que refutava sua derrota eleitoral torna a capital americana palco de acontecimentos imprevisíveis, violentos, de grande instabilidade e com riscos de ruptura. Em 2018, os *gilets jaunes* (coletes amarelos) tornaram-se visíveis para o mundo ao paralisar Paris em protesto contra questões de tributação, inicialmente, mas com complexos desdobramentos e reivindicações. Em janeiro e fevereiro de 2022, caminhoneiros estacionados no centro de Ottawa, a pacata capital do Canadá, desestabilizaram em alguma medida uma das repúblicas mais estáveis do mundo. Desde o início de 2022, soldados

russos travam guerra contra o Estado ucraniano, colocando em risco a capital Kiev e o governo que a opera. No oriente médio, Jerusalém é uma cidade em permanente disputa simbólica, atualmente travada por israelenses e palestinos, cada um a reivindicando como capital, trazendo desdobramentos na geopolítica local e internacional. No Brasil, intelectuais, pesquisadores e políticos desejam um retorno da capital para o Rio de Janeiro, coincidindo com um recente governo nacional que teve por lema o termo “Mais Brasil, menos Brasília” e flertou constantemente com a ruptura institucional na capital, culminando numa tentativa (com sucesso momentâneo) de invasão do Congresso Nacional, Palácio do Planalto e Supremo Tribunal Federal. Enquanto isso, Egito e Indonésia estão construindo obras faraônicas em seus territórios para abrigarem novas capitais nacionais.

O tema cidade capital perpassa debates mundiais sobre política, nacionalidade, identidade, poder e amor, dentre outros. É nesse ambiente que pretendemos observar observações sobre a cidade capital, especificamente Brasília, com um olhar para o que há de universal no sentido de capitalidade de uma cidade (seja lá como ela tenha alcançado essa capitalidade) com repercussões locais, nacionais e internacionais. Para alcançar generalização tão abrangente, começamos por uma memória bastante específica.

Recordo os passeios turísticos que meu pai promovia aos amigos e parentes que vinham de fora de Brasília e se hospedavam em nossa casa, em Taguatinga (DF), nos anos 1980/90. O passeio incluía a visita a pontos destacados da obra modernista a céu aberto, chamado de Plano Piloto (DF). Quem vem a Brasília, espera-se, anseia percorrer a cidade desenhada por Lúcio Costa e observar de perto os edifícios desenhados por Oscar Niemeyer. Nesses passeios turísticos era comum do meu canto ouvir de alguns o comentário: “ah, essa é a Brasília de verdade”. Mais tarde, na universidade, no trabalho, na paquera, descobri que não só os que vêm de fora enxergam (ou imaginam) uma “Brasília de verdade”. É comum no Distrito Federal a noção de que o Plano Piloto é a Brasília de verdade. Da afirmação de uma cidade de verdade, pela diferença e pelo incômodo da diferença processada em minha consciência, construí em meu imaginário o brasiliense de mentira morando em uma “Brasília

de mentira”. Ou ao menos um brasiliense incompleto vivendo em uma Brasília indefinida ou definida pela diferença. Quão concreta é essa diferença – a cidade de verdade *vs.* uma outra cidade? Ela é observável, descritível? O que isso significa a respeito da relação da cidade capital com o território que a abriga?

Assim como pesquisadores da ideologia nacional durante o século XX eram muitas vezes imigrantes ou filhos de imigrantes e essa noção da dualidade da pátria foi determinante para suas abordagens da questão da identidade nacional e formação das nações, este pesquisador é bilíngue entre a cidade capital (seria a “Brasília de verdade”?) e a cidade comum (a cidade dos brasilienses), menos por ser natural de uma cidade capital e mais por, nessa naturalidade, estar mais identificado com a cidade comum, ainda mais por ser um morador da periferia.

Brasília é muitas vezes descrita como uma cidade fria, cidade sem alma, cidade artificial, principalmente nas primeiras décadas de sua existência e, até hoje, nas primeiras observações de quem a percorre. É um discurso que persiste. Planejada e jovem, conformada como cidade modernista, horizontal, espaçada, devassada, sem praças, sem esquinas, sem nome de ruas e bairros, com endereços designados por letras e números sem nenhuma referência às designações familiares aos brasileiros em geral e nem ao modo arquitetônico comum das grandes cidades brasileiras, convivendo com uma pretensa falta de opções de lazer (fato bastante discutível para quem conhece a região): todos são argumentos notórios ao se falar da Brasília sem alma. Mas essas afirmações não são as que verdadeiramente me incomodaram na percepção geral (quando é negativa) sobre minha cidade natal. Primeiramente porque sempre morei em locais no Distrito Federal (DF) onde essas máximas definitivamente não são factuais (com exceção dos endereços designados por letras e números), e, mais ainda, por serem afirmações superficiais em sua maioria ligadas a quem passa pela cidade ou de ecos persistentes no imaginário geral de um propalado tédio de uma geração abastada que ocupou o Plano Piloto nos anos 1970 e 1980 e povoou o cancionário e o imaginário popular brasileiro.

A cidade que pulsa e é dinâmica no DF ultrapassa a região tombada como patrimônio histórico pela Unesco – a cidade planejada. A cidade

que pulsa é uma malha urbana resultante do ajuntamento urbano do Plano Piloto (a cidade modernista planejada) com regiões circundantes próximas umas das outras, além de outros agrupamentos urbanos que se juntam a essas do lado de lá da divisa do DF, no Goiás, como Águas Lindas, Valparaíso e Novo Gama. A malha urbana se adensa no sentido sudoeste do DF e conta com uma média de densidade urbana de 4,8 habitantes por km², aproximadamente a mesma do Rio de Janeiro, que tem 5,1 habitantes por km². Ainda se fala na distância, nos vazios, no cinturão que separa o Plano Piloto do restante do DF, mas independentemente disso, na prática, as pessoas percorrem a cidade, como qualquer outra grande cidade, aos milhões, de metrô, de automóvel, de bicicleta, de ônibus, com destino ao centro ou a regiões que oferecem emprego e opções de serviços e lazer. Além das que chegam e partem aos milhares todos os dias pelas rodovias e aviões.

O que de fato me incomodou enquanto brasiliense e que vislumbrei no Distrito Federal (DF) foi um discurso duradouro que percebi nos meios informais e formais de Brasília sobre uma pretensa *cidade de verdade* que tem como agregada uma outra cidade que a importuna. Ainda que a certidão de nascimento categorize para todos os naturais de qualquer canto do Distrito Federal a naturalidade *brasiliense*, como em qualquer grande cidade brasileira, boa parte desses brasilienses vivem em locais que carregam o estigma da falha, do efeito colateral, da urbanidade que cresce à revelia da oficialidade. Porém, no Distrito Federal, isso não ocorre necessariamente por implicações de estratificação social ou relações centro/distante. Ainda que essas variáveis sejam importantes, mais importantes são as delimitações territoriais arbitrárias que tentam distinguir uma Brasília que seja mais Brasília dentro do Distrito Federal. Então o brasiliense da periferia carrega, além do estigma da periferia, o estigma de ser/não ser brasiliense de verdade, ou de conviver com um brasiliense mais genuíno (pretensamente o que mora no Plano Piloto, independente da naturalidade).

O Distrito Federal é indivisível em municípios, fato definido pela Constituição brasileira. Portanto, é composto por uma única cidade, Brasília, e é governado por um governador eleito a cada quatro anos. As regiões administrativas do DF não têm representação política executiva eleita, os administradores de cada região são designados pelo gover-

nador e as regiões atuam como subprefeituras. O campo legislativo do DF é organizado como um misto de Câmara Municipal e Assembleia Legislativa, ou seja, uma Câmara Legislativa. Por isso, não há vereadores nem deputados estaduais, mas 24 deputados distritais, às vezes identificados pelas regiões do DF que pretendem representar e têm como base eleitoral, mas, na maioria das vezes, identificados ideologicamente pelas categorias, interesses ou classes que representam – alguns dos deputados, a minoria, são ligados tanto às carreiras ou grupos de interesse quanto às regiões e comunidades. Todas as eleições no DF ocorrem apenas a cada quatro anos – isso quer dizer que enquanto todo o país vota para prefeitos e vereadores, mobilizando o sistema eleitoral nacional e local em anos intercalados às eleições de deputados, senadores e presidentes, o DF vive dias de isolamento durante essas eleições. As anomalias jurídicas propostas desde a Constituição Federal de 1988 em relação ao restante do país são legisladas pelo Estado brasileiro com a intenção de manutenção da governabilidade do Distrito Federal – antes de 1988 todos os cargos no DF eram designados e o Senado Federal era o responsável pela cidade. Uma das premissas é blindar a capital do país de uma política regional que extrapole, confunda ou atrapalhe a vocação principal do DF de abrigar a capital do Estado brasileiro, livre da interferência de interesses regionais (enquanto isso for possível).

O Plano Piloto é a região administrativa (RA) tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), caracterizada pelo desenho de Lúcio Costa, que abriga a maior parte do aparato do Estado nacional e que cada vez mais se torna como um centro antigo do Distrito Federal, similar (não arquitetonicamente, mas simbolicamente) aos centros antigos das grandes cidades brasileiras. A resultante da conformação política do DF mantém um espaço de definição impermanente (ou de permanente indefinição), marcado por invasões, grilagens e um poder público que geralmente chega atrasado à realidade que se impõe nos espaços pelas pessoas, comunidades, empresas e organizações; uma região que precisa ser administrada e que se localiza além e aquém da Brasília planejada; um espaço neutralizado; uma não-cidade; um não-bairro; e na soma desses espaços, uma malha urbana e rural dinâmicas, produtivas e desiguais.

Mas afinal, esse espaço é percebido de fato como Brasília? Como capital nacional? Como cidade? Como bairro? As respostas para todas as perguntas podem ser sim ou não, a depender da perspectiva e do interesse. Ou seja, situam-se com exatidão na indefinição entre o que está descrito no papel (regiões administrativas de uma única cidade que ocupa 10% de um território e que se soma aos outros 90% de zona rural, zona de agricultura, zona de pastagem e zonas de vegetação, para formarem o ente federativo Distrito Federal) e os espaços concretos ocupados por três milhões de pessoas com uma autogestão, no mínimo, confusa. As regiões administrativas, incluindo o Plano Piloto, já somam 33 e não param de crescer. Adiciona-se a essa complexidade as cidades de outros estados que já existiam antes de Brasília e as que surgiram no entorno do DF. A Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal (RIDE-DF) é composta por 19 municípios do Goiás e três de Minas Gerais. Todos são profundamente influenciados pela presença de Brasília (uns de forma regional, como Unai e Formosa, e outros de forma simbiótica, como Águas Lindas, Valparaíso e Novo Gama, onde praticamente não há divisão física com a malha urbana do DF).

Em 1998, o nome estigmatizado “cidade-satélite”, que se referia a tudo que não fosse o Plano Piloto e não fosse rural, foi abolido da oficialidade do Distrito Federal. A ênfase nessa tentativa de legar ao ostracismo o termo “cidade-satélite” era no termo “satélite”, que designaria um ente em condição subalterna em relação ao centro do qual orbitava. A troca do nome, como geralmente acontece nesse tipo de iniciativa, não alterou a realidade das regiões mais pobres e desiguais do DF. As pessoas desses espaços são contabilizadas com importância e deferência quando se quer dizer que Brasília é uma metrópole de mais de três milhões de habitantes, uma das maiores do país (o que de fato o DF é, ainda mais se somarmos na conta o entorno simbiótico do DF e esse número se aproxima de quatro milhões). Mas destes três milhões, mais de 90% estão no refúgio da parte planejada da capital. A Brasília que se confunde com a região administrativa do Plano Piloto está tão longe de ser uma metrópole quanto as cidades-satélites que a circundam estão de serem uma cidade de fato. A metrópole só existe quando se considera toda a malha urbana do DF (que é amplamente conectada).

As idiossincrasias de Brasília têm implicações interessantes quando observadas pelas lentes das ciências humanas. São observações que podem encontrar em Brasília objetos de estudo peculiares. Os dados abundam. Cronologicamente, são dados que surgem desde os desejos de interiorização e garantia do território da colônia pelos portugueses. Dados que ganham formas, projetos e são debatidos em momentos de ruptura ou transformação do Estado, da identidade e do território que se constituiu como Brasil. A capital no interior é discutida na chegada da corte no Rio, em 1808; depois pelo estadista José Bonifácio no parlamento do recém criado império, em 1823; na viagem até o Goiás para aprofundar a ideia dessa mudança pelo “pai da historiografia” brasileira, o diplomata Francisco de Varnhagen, em 1877; nos estudos encomendados pelo governo da nova república, seguindo agora um imperativo constitucional que vai perdurar até a mudança de fato (com exceção de um curto momento enquanto durou a constituição do Estado Novo), iniciados pela missão Cruls, em 1892; na campanha do candidato à presidência da república, Juscelino Kubitschek, em 1955. Foram discussões com momentos de maior e menor intensidade, registradas geralmente nas esferas do poder público.

Antes de ser construída, Brasília foi uma polêmica. A mais longa que se travou no Brasil: viera da Colônia, atravessara todo o Império, entrara pela República, e continuava a ser, até o início do meu Governo — uma controvérsia e um desafio. (KUBITSCHECK, 2000, p. 16)

A história da decisão pela mudança da capital e a que se segue quando de sua epopeia construtiva culminam na cidade concreta tomada de assalto pelos militares a partir de 1964. A nova capital brasileira se normaliza no imaginário nacional, ou tenta se normalizar, juntamente com a sedimentação da ditadura militar que vai durar mais de duas décadas. Durante esse período a cidade concreta cresce em vertiginosos contingentes migratórios. A retomada democrática e a constituinte de 1988 trazem uma renovada força política para a capital. Regionalmente, consolida-se como a terceira mais populosa região urbana do país, com intensa relação entre uma zona urbana e rural dinâmicas, conectadas ao restante do país por malhas rodoviárias e aéreas, em relação de influ-

ência regional metropolitana e além, nas zonas produtivas do Goiás, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Tocantins, Rondônia e Minas Gerais.

Levando tudo isso em conta, decidimos por um recorte ao olharmos para Brasília a partir de uma perspectiva teórica da Comunicação Social. Mas uma perspectiva que não foca apenas nos meios de comunicação de massa ou na prática do jornalismo ou da publicidade, ou ainda na semiótica e nos simbolismos da fotografia, da cultura e dos objetos específicos da vida urbana da cidade, nem na síntese modernista urbana, nem no projeto de desenvolvimento do país, mas, somando a tudo isso, uma perspectiva que nasce do sentimento provocado por ouvir falar, desde a minha infância, em uma “Brasília de verdade”, e o que essa comunicação implica.

A partir de uma problematização do ser brasiliense e, por consequência, da própria cidade de Brasília, podemos discorrer e teorizar sobre essa cidade tendo por base o campo da Comunicação Social? Esse imaginário individual de brasiliense tem potência suficiente para que essa observação do objeto empírico “Brasília” se torne profícua para a auto-observação da cidade e para o campo de estudo da Comunicação, capazes de superar o narcisismo estéril do pesquisador? Esta pesquisa gostaria de responder a essas e outras perguntas investigando Brasília sob algumas perspectivas teóricas. A primeira delas é que vamos observar observações de Brasília numa perspectiva sistêmica.

Questões teóricas

Definimos um objeto empírico para observar como ele é observado: Brasília. Definimos dois eixos referenciais para essa observação: o amor e o poder. Essa observação da observação de Brasília se dá sob a luz do campo da Comunicação Social e de uma teoria que traz os processos comunicativos como fundamentais para a observação social: a teoria de sistemas sociais e a teoria da improbabilidade da comunicação do sociólogo alemão Niklas Luhmann (2006, 2016). Nesse sentido, nos referimos ao amor e ao poder como eixos de observação enquanto os consideramos construções sociais e meios de comunicação simbolicamente generalizados. O amor e o poder são os meios que tornam prováveis as improváveis comunicações da minúscula capital federal diante do terri-

tório nacional para que continue existindo como tal – o DF corresponde a 0,07% da superfície do território brasileiro.

Adotamos quatro premissas que iremos aprofundar ao longo do texto: 1) a cidade capital é um sistema social; 2) o amor e o poder medeiam a continuidade do Estado e da cidade capital; 3) o ambiente da cidade capital é complexo (formado pela megaorganização Estado e inúmeras outras organizações que compõem o sistema-mundo e o território nacional: a política, o direito, a economia, a ciência, o sistema internacional, e muitos outros sistemas — todos materializados na cidade capital); 4) milhões de pessoas transitam na cidade capital com fracas implicações para a autorreferência do sistema cidade capital e do Estado nacional, porém, com implicações muito potentes para a cidade comum que também compõe a cidade capital e os indivíduos que nela habitam (como ambiente/entorno da cidade).

Por que uma cidade capital existe? O que a diferencia das demais cidades? Como ela participa deste ambiente complexo e como encontra os caminhos para continuar existindo? Essas questões têm lugar de estudo na história, na sociologia e na geopolítica. Mas outras questões de fundo antropológico também nos motivam: o que é ser natural de uma cidade capital? Qual a diferença de ser natural de outros lugares? Como um indivíduo participa desse ambiente complexo — a própria cidade capital, o Estado e a cidade comum — e forma e mantém sua identidade? Nestas questões, tanto os processos cognitivos quanto as peculiaridades estritamente regionais são os elementos-chave. São, portanto, duas perspectivas teóricas que iremos explorar: a) a primeira a partir dos processos comunicacionais sistêmicos que permeiam as questões históricas, sociológicas e geopolíticas da cidade capital, observados através da literatura científica de algumas obras das ciências humanas e de dados estatísticos; b) a segunda a partir dos processos comunicacionais mediados pelo amor e o poder enquanto meios de comunicação simbolicamente generalizados que organizam o Estado-nação, a identidade nacional e o território nacional, observados através da cidade concreta e imaginada de Brasília.

A existência da cidade capital se confunde com a organização do Estado-nação, principalmente a partir do século XVII. São Peters-

burgo, na Rússia, e Washington, nos Estados Unidos, são exemplos de cidades que nasceram para se tornarem capitais enquanto os Estados em questão buscavam renovar-se em forma e potência. Esse fenômeno se repete historicamente em diversos Estados-nações. Nossa observação decide por um recorte para observar a cidade capital: a cidade que nasce para ser a capital de um Estado, cuja função é anterior à sua existência concreta. Elegemos a cidade capital do Brasil, Brasília, como objeto empírico de observação. Buscamos um método que, possivelmente, nos revele como o Estado-nação funda uma cidade capital para fundar e refundar a si mesmo e, para isso, recorre ao amor e ao poder enquanto construções sociais e alguns dos mediadores para execução deste ato. Essa observação, esperamos, nos levará a uma possibilidade de teorizar sobre a cidade capital a partir dos processos comunicativos dos sistemas sociais. Este é nosso objetivo. Nesse sentido, a cidade capital é um sistema social constituído de comunicações que organizam internamente, no sistema cidade capital, os elementos Estado, identidade nacional e território nacional (dentre outros, mas aqui focamos nesses três e os consideramos principais).

A definição ou construção de uma cidade capital não é apenas um processo histórico, político, econômico, de segurança e de risco: é também um processo comunicativo. É pelo fenômeno comunicativo que o Estado funda a cidade capital — e se funda nela. O componente principal deste fenômeno é a representatividade e a legitimidade que *alter* (o Estado) comunica para *ego* (o indivíduo, outros Estados, territórios, nações) e para si mesmo, e como observa essa comunicação, através de diversos códigos (obediência/desobediência, lícito/ilícito, governo/oposição, patriotismo/antipatriotismo, local/estrangeiro, justiça/injustiça), numa relação intensa com os elementos identidade nacional e território nacional — levando em consideração que nenhum desses elementos (Estado, identidade nacional e território nacional) são dados *a priori*, como estruturas permanentes ou pré-existentes, ao contrário, são elementos/sistemas que surgem e se organizam e se reorganizam na medida em que se autorreferenciam, se auto-observam, marcando uma diferença entre eles e o ambiente que os circunda. O objetivo dessa operação é o ordenamento social de um determinado território

imaginado, gerenciado por essa megaorganização, o sistema Estado, que por sua vez é localizado e materializado, preponderantemente, em uma cidade capital, centro do qual irradia potência e paixão enquanto entidade decisória e estratégica. É na cidade capital que o Estado ganha unicidade e feição perante um determinado território e população (a nação). A cidade capital, portanto, corporifica o Estado-nação e, com isso, a capacidade do Estado de observar-se, de processar dados, de decidir e de projetar-se em *ego* mediado por meios como o poder e o amor, buscando nessa operação mediada o que tais meios permitem: a continuidade de si mesmo no outro, ou em relação ao outro. Essa operação se dá quando a cidade capital se materializa em algum lugar resultante das comunicações dinâmicas estabelecidas entre Estado, território nacional e identidade nacional. A identificação nacional é a razão de ser do Estado moderno, a garantia do território e a possibilidade de continuidade pela identidade, como sugere o historiador Shlomo Sand: “Se identidade é o prisma através do qual o indivíduo ordena o mundo e lhe permite se constituir como sujeito, a identidade nacional é o prisma através do qual o Estado estrutura uma população diversa e o ajuda a se perceber como sujeito histórico específico” (SAND, 2014, p.83).

Os sistemas Estado e cidade capital se acoplam estruturalmente de forma que a irritação mútua — no sentido de fricção —, na interface entre os dois sistemas, ao reduzir a complexidade de um e relação ao outro e em relação ao ambiente, resulta em que a construção ou reconstrução de uma capital é uma operação não de mudança, mas de manutenção de identidade para os dois sistemas (cada vez mais complexos). São os interesses do Estado, articulados com a identidade nacional e o território nacional, debatidos politicamente, economicamente e geopoliticamente, que determinam a construção de uma cidade como uma das formas de imbuir o próprio Estado de representatividade e legitimidade perante o território e a nação que se autodetermina naquele momento, ao mesmo tempo que a cidade capital é um meio de neutralizar outras potencialidades que não a do Estado no território nacional. A ideia da construção de uma capital pode ser rechaçada por pessoas e entidades. A discussão sobre o local de construção e as barganhas políticas de diferentes estratos sociais e partidos políticos faz com que tanto a

construção física quanto simbólica da cidade capital demore a engrenar no imaginário nacional. Por exemplo, somente uma década depois de fundada, a capital Washington recebe o primeiro presidente, ainda relutante em se mudar para a cidade, no ano de 1800, ou o Congresso Nacional brasileiro que continuou operando no Rio de Janeiro e o presidente despachando naquela cidade quando Brasília já estava inaugurada até ocorrer o golpe militar de 1964 – os tanques nas ruas que buscaram neutralizar (seja lá o que se achava que fosse necessário neutralizar) foi realizado de fato e primeiro no Rio, não em Brasília. Para os sistemas Estado e cidade capital o que importa é, o quanto antes, garantir que a centralidade seja firmada. Agora a questão é ser continuada — um grande desafio mediado, dentre outros, pelo poder e o amor enquanto meios de comunicação simbolicamente generalizados.

A forma espacial da cidade, o desenho urbanístico, o planejamento para a construção, a arquitetura dos edifícios, a escolha por símbolos e objetos autorreferentes do poder e do amor, tudo o que o Estado ergue no espaço e no tempo em uma cidade capital e que diga respeito aos modos de um Estado-nação, é um fenômeno comunicativo, a partir de processos autorreferentes dos dois sistemas (Estado e cidade capital), com a intenção de forjar e manter, ao mesmo tempo, a identidade de ambos e, com isso, projetarem-se e continuarem-se. Brasília exaltou a peculiaridade e a velocidade de sua construção e o seu lugar na história da arquitetura e do urbanismo como forma de reafirmar sua pretensa vocação de cidade capital. Buscou na estética e na história a potência e a paixão para preservar representatividade e legitimidade e seguir como capital do país e centro hierárquico do Estado. Com o passar dos anos, o centro político aos poucos se “naturaliza” nas mentes e corações da população.

Desde que não afete sua continuidade, pouco importa para a cidade capital a cidade comum oculta em si mesma. Sua centralidade é garantida por outras razões. Esse paradoxo (a cidade capital que não precisa da cidade comum para se projetar e que, ao mesmo tempo, não existiria sem ela) é o elemento-chave desse trabalho e os fundamentos para a teoria que propomos e discutiremos adiante. Para os atores Estado e cidade capital, pouco importa aspectos regionais da cidade comum que vai abrigar a cidade capital. Tampouco importa a forma corrente do ordenamento do

Estado ou seu modelo político ou econômico. A cidade capital vai buscar se adaptar a qualquer um. A “missão” permanente da cidade capital é vencer a improbabilidade comunicativa de se fazer central diante de várias outras cidades, muitas vezes muito maiores, mais antigas e mais bem equipadas do que ela em diversas categorias, e diante de uma massa populacional espalhada por uma grande escala territorial no restante do país. Alguns dos meios que permitem que isso aconteça, para que essa improbabilidade seja superada, se dão pela atuação do amor e do poder como meios de comunicação simbolicamente generalizados.

Este estudo vai tentar demonstrar isso com um método que, em investigações futuras, possa ser aplicável a diferentes cidades capitais criadas para tal.

Questões de método

Este livro é o resultado de uma dissertação de mestrado com perfil de pesquisa de base, com base no método indutivo, com objetivo descritivo, e que se utilizou de procedimentos técnicos como a pesquisa bibliográfica e documental de dados e referências. A pesquisa qualitativa teve como dominantes as questões “por que” e “como”, na tentativa de identificar diferenciações na cidade de Brasília que poderiam nos encaminhar para uma proposição de fundamentos de uma teoria para cidade capital.

Considerando o modelo das tradições epistemológicas da Comunicação enquanto campo de pesquisa proposto pelo teórico da comunicação Robert T. Craig (1999), e sem problematizá-lo, a pesquisa aproximou-se da tradição cibernética, ao buscar na descrição das relações entre a cidade capital e seu ambiente a atitude teórica que o autor descreve:

Em geral, portanto, a cibernética, em contraste com outras tradições das teorias da comunicação, cultiva uma atitude prática que valoriza a complexidade dos problemas da comunicação e questiona muitas das nossas suposições usuais sobre diferenças entre sistemas de processamento de informações humanos e não humanos (CRAIG, 1999, p. 142, tradução nossa).

Precisamos considerar as interfaces do trabalho com o campo teórico e/ou prático de outras disciplinas (antropologia, direito, filo-

sofia, geografia, história, política, sociologia, urbanismo), a começar pela própria origem epistemológica de nossa principal referência teórica sobre sistemas, com Niklas Luhmann, que vem da sociologia. A interdisciplinaridade nos aproxima também da tradição sociocultural, como proposta por Craig (1999), não apenas por essa característica, mas pela interface que a tradição tem com outras tradições das pesquisas em comunicação. A interface das tradições cibernética e sociocultural encontra pontos de complementaridade e choque. Nos interessa mais a complementariedade, que percebe efeitos inesperados na sociedade pelas ações sociais (tradição sociocultural) e a imprevisibilidade do comportamento dos sistemas complexos (tradição cibernética). Nos aproximamos da tradição sociocultural no seguinte sentido:

A teoria Sociocultural também desafia suposições do senso comum, especialmente nossa tendência de tomar como certa a realidade absoluta da nossa identidade e a de outros, de pensar nas instituições sociais como fenômeno natural inevitável, de sermos etnocêntricos e insensíveis às diferenças culturais, e de supervalorizar responsabilidade moral aos indivíduos por problemas, como pobreza e crime, que tem origem principalmente social. (CRAIG, 1999, p. 146, tradução nossa).

Dividimos o livro em quatro capítulos. No primeiro faremos uma introdução teórica dos conceitos de sistemas sociais, comunicação, amor e poder a partir das teorias de Niklas Luhmann. Em seguida, no segundo capítulo, discutiremos a cidade enquanto objeto de estudo nas ciências humanas, como se observa a cidade capital nesses estudos, e tentaremos construir a afirmação de que a cidade é um sistema social. No terceiro capítulo observaremos observações do nosso objeto empírico: Brasília. Primeiramente, analisaremos como se deu a mudança da capital; em seguida, observaremos as observações das relações da cidade com o modernismo; depois faremos uma discussão sobre capitalidade para, por fim, apresentar uma diferença: a cidade capital e a cidade comum. Sobre essa base construímos o quarto e último capítulo: fundamentos para uma teoria da cidade capital. Essa teoria é embasada com a afirmação elementar de que a cidade capital e a cidade comum são sistemas distintos, mesmo que ocupem um mesmo espaço físico.

São sistemas marcados por uma identidade própria, uma é ambiente da outra, e as duas se irritam mutuamente.

As implicações no indivíduo desse modo de ser da cidade capital e do Estado-nação são fenômenos complexos e de difícil generalização. Uma resposta ontológica para questões acerca da identidade nacional é objeto de estudo recorrente e abundante nas ciências humanas. Ainda assim, são conceitos complexos e múltiplos. É possível afirmar a mesma coisa para os conceitos de amor e poder, que acreditamos serem parte fundamental de uma compreensão da identidade nacional. As teorias sobre esses temas, quando buscam uma ontologia, esbarram numa profusão de abordagens e numa dificuldade de articulação entre os conceitos. Vamos evitar, portanto, uma ontologia que nos diga o que é amor e poder, ou mesmo que nos diga o que é uma cidade capital. A nossa perspectiva, ancorada na teoria de sistemas de Luhmann, é descritiva. Queremos observar as operações e interações entre esses conceitos quando temos por objeto empírico uma cidade capital planejada. Na teoria dos sistemas sociais e da comunicação de Luhmann buscaremos um arcabouço teórico que nos permita observar Brasília para alcançar nosso objetivo: teorizar sobre a cidade capital.

Partimos de uma introdução teórica sobre sistemas sociais, improbabilidade da comunicação e sobre como o poder e o amor operam nas relações sistema/ambiente. Vamos resumir alguns dos conceitos de Luhmann (2006, 2016) sobre sistemas sociais. Traremos ao final do livro um glossário de termos e conceitos como sistema, ambiente, autopoiese, acoplamento estrutural, fechamento operacional, meios de comunicação simbolicamente generalizados, autorreferência. Em seguida, discutiremos o conceito de improbabilidade da comunicação, que traz a comunicação como uma unidade resultante de três processos seletivos dos sistemas.

Ao introduzir a teoria de Luhmann para os sistemas sociais e a comunicação, nossa intenção é menos um aprofundamento teórico nas discussões sociológicas propostas pelo autor e mais descrever os conceitos de maneira a nos permitir, em seguida, discutir como a teoria dos sistemas sociais pode nos permitir observar a cidade capital e, mais especificamente, Brasília, tendo por princípio norteador a noção de que são os processos comunicativos que fundam e formam e estruturam a cidade.

Nesse ponto avançamos, ainda no primeiro capítulo, para uma discussão teórica sobre os conceitos de amor e poder, justamente alguns dos meios de comunicação simbolicamente generalizados que permitem que a tessitura social se entrelace em firmeza e continuidade. Vamos resgatar como diversos autores tratam dos dois conceitos e como Luhmann (1991, 2006, 2017) desenvolve a ideia de amor e poder como meios de comunicação simbolicamente generalizados. Sobre esses temas veremos brevemente, além de Luhmann, outros autores de diversas disciplinas como filosofia, história, comunicação e sociologia. Se o amor e o poder são meios sociais que dão sustentabilidade e continuidade para a existência da cidade capital, no caso de Brasília e, quiçá, das cidades capitais em geral, principalmente as cidades construídas para tal finalidade, buscamos com essa discussão do primeiro capítulo nos desprender do senso comum sobre tais termos tão banais no cotidiano da vida contemporânea: amor e poder. Consideramos que o Estado, enquanto ator social, sistema e megaorganização, recupera essa generalização dos conceitos de amor e poder com a finalidade de continuar-se. Esse ato sistêmico resulta na consolidação histórica do Estado em uma cidade capital que, em suas diferentes formas de ordenamento (absolutismo monárquico, república democrática, ditadura etc.), invariavelmente elege/constrói uma cidade para situar-se, para continuar-se e para romper a improbabilidade da comunicação com os participantes do ambiente social.

O segundo capítulo quer afirmar que cidades são sistemas sociais. Ainda que não seja uma ideia nova, muito menos disruptiva, a afirmação parte de um lugar específico, o campo da Comunicação Social. Considerar a cidade um sistema social, tendo por fundamento as teorias de Luhmann para sistemas, significa eleger a comunicação como o elemento que estrutura a cidade. São os processos comunicativos, com suas interfaces, interações e negociações, em busca da superação do isolamento estéril, a própria forma constitutiva da cidade. A materialidade que se ergue a partir daí e a continuidade ou não da capacidade dinâmica do sistema cidade vão depender exclusivamente dos processos comunicativos. Para nos permitir tal afirmação, o que abrirá caminho para nosso objetivo principal, qual seja observar Brasília e esboçar uma

teoria para a cidade capital, vamos percorrer algumas discussões sobre cidades em diferentes disciplinas e autores.

Com os conceitos discutidos no primeiro capítulo e a descrição da cidade como um sistema social a partir das teorias de Luhmann e das discussões teóricas sobre a cidade, nos permitiremos descrever como a cidade capital é um sistema social específico, ou seja, a cidade comum é um dos sistemas do ambiente complexo em torno da cidade capital, e vice-versa. Vamos observar, no terceiro capítulo, observações de Brasília. A partir de diferentes autores de diferentes disciplinas que escreveram sobre a capital brasileira, bem como de pesquisas em dados sobre o Distrito Federal de arquivos públicos (CODEPLAN, IBGE, NOVACAP)¹ e sem desconsiderar a experiência de percorrer a cidade por 40 anos, o que seria impossível para este pesquisador brasileiro, vamos observar Brasília em todos esses documentos e experiências buscando uma ancoragem experimental para a ideia da cidade como sistema social, a cidade capital como sistema independente da cidade comum e os meios de comunicação simbolicamente generalizados poder e amor como elementos que o Estado relaciona com a finalidade de buscar continuidade.

Na observação de observações de Brasília testamos a conceituação proposta nos dois capítulos anteriores. O avanço dessa observação nos permitiu esboçar uma sucinta e inicial teoria da cidade capital, descrita no quarto capítulo. Tal teoria (mais um ensaio do que teoria) busca, acima de tudo, situar seu local de ancoragem no campo da Comunicação Social como meio de encontrar possibilidades de continuidade e aprofundamento em outras pesquisas, levando em consideração a capacidade interdisciplinar de tal campo.

Brasília é tudo menos ordinária. A capital é, de fato, um sistema extraordinário: a materialização da megaorganização Estado brasileiro. Uma narrativa épica. Palco para atuação de bandidos e heróis. Musa de canções, livros, poemas. Imaginada, estudada, amada, odiada. Tomada de assalto. E nas interfaces de seus limites sistêmicos, clarificados pelos meios de comunicação simbolicamente generalizados poder e amor, um outro sistema existe ofuscado pela potência da cidade capital. No caso

1. Companhia de Planejamento do Distrito Federal (CODEPLAN); Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Companhia Urbanizadora da Nova Capital (NOVACAP).

de Brasília é preciso uma lupa de aumento para ser visto. Está lá no chão, nas ruas, na escala humana: a cidade comum. Ela persiste, mesmo inserida em um ambiente extraordinariamente complexo de um sistema tão potente em sua clausura operacional: a cidade capital.

Com nosso método de observação, supomos ser possível observar a cidade capital e a cidade comum interagindo. Futuramente poderíamos observar outras capitais, além de Brasília, com as mesmas premissas teóricas. Para que tal possibilidade se torne factível, é imperativo preencher futuramente as diversas lacunas deixadas por estes fundamentos de uma teoria para cidade capital, bem como corrigir incongruências metodológicas e teóricas. Tanto a observação do objeto empírico quanto a conceituação teórica sobre a cidade capital precisam de aprofundamento. A título de uma conclusão antecipada, enxergamos mais lacunas do que elementos que de fato construam uma teoria e um método para observar a cidade capital. A própria percepção dessas lacunas já é um ganho teórico que pode nos impulsionar para continuar o tema, o objeto e o objetivo desse trabalho em pesquisas futuras.

CAPÍTULO 1

Sistemas sociais, amor e poder

1.1 Uma introdução aos sistemas sociais

Niklas Luhmann faz um giro teórico a partir de sua releitura da Teoria Geral dos Sistemas Sociais proposta pelo sociólogo americano Talcott Parsons (1951). A descrição de Parsons para a sociedade estava calcada no funcionalismo estrutural, onde a sociedade seria uma estrutura – considerando o que isso tem de fixo, concreto, palpável – na qual as relações sociais se desenvolveriam evolucionariamente. A sociedade seria a estrutura onde os sistemas sociais da sociedade seriam explicados por suas funções. Luhmann inverte a teoria para o estruturalismo funcional: a sociedade não é uma estrutura, a sociedade é uma função resultante de comunicações, estas sim unidades estruturais da sociedade. Isso quer dizer que não há uma estrutura *a priori*, ela se constitui na medida que os sistemas sociais comunicam e se constituem por comunicações dinâmicas. O processo comunicativo (a comunicação) é a unidade estrutural da sociedade, seja quando e como esse processo comunicativo ocorrer. Ou seja, a comunicação é a estrutura e a sociedade é o espaço no qual a comunicação se funcionaliza. Por exemplo, as leis, as jurisprudências, as teorias, os postulados, o debate, os conflitos,

toda uma linguagem de comunicações se faz a partir do tema justiça através do código lícito/ilícito. Essas comunicações constituem (estruturam) o sistema social justiça. A justiça é o espaço funcional (a sociedade) onde o sistema de linguagem do direito se materializa. Nele as comunicações do direito operam e organizam o programa justiça. Não é a sociedade a estrutura pré-determinada que abarca o sistema justiça com preceitos estabelecidos abertos e que se modificarão na passagem do tempo, mas sim as comunicações contingentes desse tema que estruturam, através das reentrâncias no sistema da codificação lícito/ilícito, a programação justiça que por sua vez se funcionaliza como um sistema social fechado em sua operação, autorreferente e que se complexifica em uma relação de diferença com o ambiente, processando e reproduzindo internamente essa diferença (*autopoiesis*). O conjunto contingente e emergente de programações como essa (sistema econômico, político, educacional, científico, religioso, etc.), estruturadas por comunicações, é o que resulta no que poderia se chamar de sociedade mundial.

A sociedade, portanto, é a resultante funcional das operações estruturadas por comunicações. Todo o imaginário humano e o imaginário social (para Luhmann os sistemas sociais são capazes de auto-observação), são o ambiente de ideias que geram comunicações que, uma vez processadas pelo sistema social sociedade, serão a própria estrutura da sociedade. Em relação a esse tema, na teoria *luhmanniana*, o pesquisador mexicano Javier Torres Nafarrate afirma: “A sociedade é um dinamismo formal entre o atual e o possível” (NAFARRATE, In: SILVA, 2016, p. 13). Ou seja, a sociedade é um sistema social que *é* e que *pode vir a ser*, constituído por comunicações emergentes, que são unidades de processamento e operação do ambiente da sociedade. A sociedade não tem uma realidade ontológica, condições naturais ou pré-estabelecidas. Ela é um processo dinâmico. Nafarrate conclui: “A sociedade não é, pois, um todo composto simplesmente de partes, mas sim um todo composto de partes emergentes” (2016, p. 13). É sob essa perspectiva que descrevemos e observamos os sistemas sociais que elegemos observar: as cidades.

Em sua Teoria de Sistemas Sociais, Luhmann distingue três níveis para análise dos sistemas, sendo que, para ele, as comparações entre os

diferentes sistemas devem se situar nas abstrações comparativas entre sistemas do mesmo nível. O esquema é o seguinte:



Figura 1: Sistemas Sociais
 Fonte: LUHMANN (2016, p. 17)

A Teoria dos Sistemas Sociais tem uma característica funcional que busca uma descrição da sociedade na linguagem da formulação e solução de problemas que surgem da própria existência dos sistemas sociais e as relações com o ambiente (e outros sistemas) e que são resolvidos com a operação de meios de comunicação simbolicamente generalizados como o poder, o amor, o dinheiro, a verdade, a arte, que por sua vez geram uma nova cadeia de problemas. Nessa teoria buscamos referências que nos permitam observar Brasília enquanto objeto empírico e esboçar uma teoria para a cidade capital em geral. Com ela observamos a observação da consciência de uma vivência do autor deste livro em sua cidade natal e a percepção de que essa observação da observação traz *insights* para uma teoria da diferenciação sistêmica. A teoria sistêmica nos permite situarmo-nos enquanto participantes da observação no nível da abstração – e ao mesmo tempo nos permitimos trazer a experiência concreta de experimentação da cidade no tempo e no espaço para dentro da análise.

A Teoria dos Sistemas Sociais *luhmanniana* é uma miríade de observações, paradoxos e termos inovadores. O autor muitas vezes aborda os assuntos pelo seu reverso, pelo que não é, pelo avesso. O instrumental desenvolvido por Luhmann permite, com algum nível de segurança, uma observação da observação do mundo. A semântica desse instrumental conceitual e metodológico reduz a complexidade do mundo observável em um nível de abstração idiossincrático. Nossa proposta

de observar Brasília e construir uma teoria para cidade capital quer se utilizar desse instrumental. É possível que consigamos fazer decolar este avião (a teoria que observa observações das contingências comunicativas de um objeto empírico) e consigamos, minimamente, manter uma rota e até pousá-lo. Contudo, no âmbito da ciência, o caminho percorrido e a maneira como cada passo é executado é tão importante quanto a simples partida de um lugar e chegada em outro. É o caminho e como este caminho foi percorrido o próprio objeto da ciência – em códigos de verdade/falsidade, verificável/inverificável, válido/inválido. É o caminho que provém sustentação e estrutura à pesquisa. Ou seja, são o método e o arcabouço conceitual as comunicações que darão estrutura para a pesquisa e, com sorte, a impulsionarão em uma diferenciação funcional no âmbito da ciência de forma que a possibilite continuar-se. Aproveitando a metáfora do avião, nós, enquanto pilotos, não podemos decolar colocando todos em risco na incerteza se o avião subirá ou não, e uma vez que suba, não podemos seguir uma rota qualquer, pondo em risco tanto nosso voo quanto o voo de outros aviões no espaço aéreo. Pousar será um grande alívio nesse voo, mas nós queremos continuar pilotando aviões. Por essa razão, o instrumental fornecido por Luhmann não poderá ser utilizado displicentemente. Reconhecer a dificuldade de operar tal instrumental, começando por tentar compreendê-lo, já revela aqui nesse estágio do texto que essa aprendizagem inicial que percorreremos juntos, leitor e autor, poderá nos permitir operar e criticar minimamente o instrumental teórico e metodológico *luhmanniano*. Este já é um dos principais objetivos dessa pesquisa.

Ao final do livro reunimos um glossário com conceitos de Luhmann que mais utilizamos neste texto. A tentativa é menos explicar a teoria *luhmanniana* e mais resumir alguns conceitos que vamos utilizar ao longo do trabalho para trazer algumas observações. A primeira delas é que as cidades são sistemas sociais. Isso quer dizer que a cidade é um sistema de comunicações, um sistema que se constitui da diferença para o ambiente que a circunda (as pessoas, o Estado, o meio rural, as trocas, o solo, a vegetação, as edificações, os animais, o direito, as artes, as religiões, os meios de difusão, a educação, a política, uma infinidade de possibilidades). A cidade não é um espaço *a priori*, não surge de

forma natural. A cidade é sempre construída e reconstruída evolucionariamente e sem garantias. Quando as cidades antigas se fechavam em muralhas, mesmo que tentassem, não demarcavam com isso o que era e o que não era a cidade. A cidade se espalha para além de muralhas, como raízes e folhas de uma árvore, que pode ser cercada e fixada, mas só vai continuar a existir se suas raízes, em um extremo, e as folhas, em outro, entrarem em contato com o ambiente complexo e imprevisível. O ambiente é necessário para a cidade ser cidade, caso contrário ela é apenas um espaço de passagem, um forte, uma ruína. A contingência da aproximação do outro, dos fenômenos naturais, de trocas estabelecidas e propostas, e a circulação interno/externo nos limites murados da cidade são tão parte da cidade quanto os muros e o que está dentro deles. A cidade existe na interação com o ambiente e se diferencia do ambiente através das comunicações que estabelece nos acoplamentos estruturais com os sistemas do ambiente. Com a evolução autorreferente e auto-poética, a cidade se torna mais e mais complexa, com mais e mais diferenciações internas do sistema, com inúmeros subsistemas, tornando a cidade o ambiente hipercomplexo desses subsistemas. Quanto mais estabilizados dinamicamente os subsistemas, mais proeminente será o sistema cidade. Por exemplo: desastres naturais podem abalar profundamente a existência e permanência de uma cidade, mas com um sistema de trocas dinâmico em relação a outras cidades, com sistemas de saúde, de obras, de armazenagem e reservas bem estabelecidos (ainda que parcialmente destruídos), a cidade será reedificada. Por um outro lado, a falência do sistema de trocas, a falência das comunicações que estruturam o sistema de trocas (a falta absoluta de empregos, por exemplo), pode esvaziar a cidade e abalar o sistema e até destruí-lo. Os prédios, as casas, as avenidas, os carros, os postes, as fiações, as encanações, as praças, as esquinas: tudo vai permanecer, mas a cidade não está mais lá. Voltaremos a esse tema no próximo capítulo.

Nessa explicação de mundo, a comunicação é o elemento fundamental de observação, transformação, ação e acontecimento. Com essas noções apresentadas, vamos discutir agora especificamente os processos da comunicação a partir das teorias de Luhmann e, em seguida, vamos elaborar como o amor e o poder são meios de comunicação simbólica-

mente generalizados que participam estruturalmente da sociedade, com nossa ênfase nas cidades e, ainda mais especificamente, na cidade capital.

1.2 A comunicação improvável

Luhmann (2016) define comunicação como a síntese de uma realização simultânea, concatenada entre *alter* e *ego*, de três seleções: informação, participação e compreensão. A primeira seleção seleciona a unidade de informação; a segunda seleciona a partilha da informação através da participação (que, poderíamos dizer, é expressa na linguagem); e a terceira seleciona uma compreensão dentre as várias formas de entendimento (ou mal entendimento). Luhmann (2016) considera a comunicação improvável por três razões: 1) a compreensão é muito difícil por ser improvável que *ego* construa o sentido na mesma perspectiva articulada por *alter*; 2) há dificuldade relativa à participação da comunicação pelas dificuldades de acesso e distribuição da informação, é improvável que esta alcance *ego* com eficácia e clareza, e ainda que alcance, ela pode ser simplesmente ignorada ou nem mesmo percebida; 3) é improvável o sucesso, a realização da comunicação, uma vez que *ego*, mesmo que tenha recebido e compreendido a informação, não necessariamente concordará com ela a ponto de vir a agir conforme a comunicação e a partilha de *alter*. O que pode ajudar a superar essa improbabilidade: a) a linguagem (que dá forma à informação, caso seja uma linguagem compartilhada entre *ego* e *alter*); b) os meios de difusão que permitem o acesso às informações; c) os meios de comunicação simbolicamente generalizados que permitem atribuição de sentido ao que é comunicado. Se, simultaneamente, as improbabilidades forem interrompidas, a comunicação comunica comunicações que podem ser observadas.

Para Luhmann (2016), a comunicação é um processo, uma operação comunicativa. A comunicação se auto-observa enquanto comunicação e gera com isso novas comunicações que observam as comunicações anteriores e também se auto-observam, gerando novas comunicações em um processo evolutivo e recursivo (reentrância das comunicações nas comunicações). A comunicação “é elemento somente como elemento de um processo, não importa o quão mínimo e efêmero este seja” (LUHMANN, 2016, p. 167). Isso quer dizer que as comunicações que

observamos, observamos através de comunicações que selecionamos, distinguimos e expressamos em novas comunicações. A comunicação está ligada às comunicações partilhadas e às comunicações seguintes, assim ela se realiza.

Após as três seleções (informação, participação e compreensão), uma quarta seleção entra no processo: a aceitação ou rejeição da comunicação. Ela não é necessária para que a comunicação tenha sucesso (apenas as três seleções iniciais o são), mas ela amplia as possibilidades da comunicação ao possibilitar a rejeição: "(...) a determinação sempre possibilita também a resistência, e se pode saber e considerar isso antes de se decidir pela comunicação" (LUHMANN, 2016, p. 171). Luhmann (2016) apresenta um exemplo:

Ao se ler, por exemplo, que tabaco, álcool, manteiga e carne congelada prejudicam a saúde, ocorre uma alteração no leitor (como alguém que tenha tido condições de receber aquela informação e nela tenha prestado atenção), ele se torna outro – acredite-se nisso ou não! Já não se poderá mais ignorar isso, mas somente acreditar ou não. Seja qual for a decisão, a comunicação estabelece no endereçado um estado que não ocorreria sem ela, mas que somente pode ser determinado pelo próprio endereçado. Portanto, o *conceito* de comunicação não depende da aceitação ou da rejeição ou de outras reações seguintes. (LUHMANN, 2016, p. 171).

A comunicação abre a possibilidade de aceitação ou rejeição. Ela se mantém unidade comunicacional formada por três seleções, isso quer dizer que ela não é a aceitação ou a rejeição. Ela avança em outras comunicações justamente pela possibilidade de aceitação ou rejeição que ela permite e, a partir da definição por uma ou outra opção, as comunicações seguintes tornam a operar com novas possibilidades de aceitação ou rejeição. Existe um meio de impelir a comunicação rumo à aceitação mais do que à rejeição. Esses meios exercem pressão nos endereçados da comunicação. São os meios de comunicação simbolicamente generalizados. Por exemplo: uma rua teve seu sentido de tráfego invertido pelo poder público. Para chegar em casa, moradores de um condomínio situado naquela rua passaram a precisar dar a volta no quarteirão. Foi instalada uma placa informando que era proibido entrar na rua naquele

sentido. O sentido era vantajoso para os moradores da rua. A placa foi percebida pelos motoristas em geral e os motoristas moradores da rua. Conhecendo a linguagem de trânsito, os moradores compreenderam que não deveriam entrar na rua naquele sentido. Os motoristas em geral, não moradores da rua, aceitaram a comunicação, a placa foi uma unidade de comunicação suficiente, relacionada ao código do direito lícito/ilícito, para fazer os motoristas virem a agir conforme a informação partilhada. Nesse caso, o meio de comunicação generalizado “poder” atuou pela aceitação em sua maneira mais eficiente, sem necessidade de qualquer ação coercitiva (essa acontece justamente quando falta poder, quando ele não está presente). Contudo, a maioria dos moradores da rua rejeitou a informação da placa e continuou entrando por aquele caminho para alcançar a entrada de seus condomínios mais rapidamente. Para estes, a comunicação da placa foi selecionada nas três seleções, mas foi rejeitada. Um agente de trânsito passou a se posicionar na esquina da rua, em determinados horários, e multou quem passava por ali. Agora a sanção, uma operação de poder e dinheiro, passou a comunicar. Ainda assim, muitos moradores continuavam a entrar na rua, uma vez que o agente não estava sempre presente e era possível percebê-lo quando estava (nesse momento em que o agente era visível, a informação da possibilidade da multa foi suficiente para aceitação da norma). Diante dos perigos eminentes do tráfego no sentido invertido (acidentes, atropelamento), e a ainda importante rejeição de boa parte dos moradores da rua movimentada, a polícia instalou na esquina, algumas noites (horário em que a conversão irregular era mais exercida), homens armados, cones e viaturas. Verificou-se que nessas noites nenhum carro executou a conversão irregular. O poder, nesse caso, informado simbolicamente em elementos de maior potência (armas de fogo, viatura, cones) agiu como meio de comunicação generalizado (reconhecido por *alter* imediatamente), ao apresentar a possibilidade da polícia de empregar coerção pela força operando o código obediência/desobediência e, mediante essa possibilidade, a informação mediada pelo poder evitou que a coerção fosse efetivamente exercida pelos policiais e a irregularidade fosse cometida pelos motoristas. A comunicação desde o princípio fora compreendida por esses motoristas moradores, mas fora também rejeitada. Com a atuação do poder (em diferentes operações),

sem necessidade do emprego de força ou violência (que não são iguais a poder) a comunicação agora fora aceita e, após dias repetidos dessa ação, a polícia não precisou mais comparecer ao local com regularidade e, em seguida, também não precisou mais passar por ali todos os dias o agente de trânsito e, sem a necessidade de qualquer presença materializada do poder além da placa de trânsito (que já fora aceita pela maioria dos motoristas que passava por ali, com exceção dos moradores), a maioria dos moradores passaram a não utilizar mais a rua em sentido contrário.

É improvável que a comunicação aconteça a partir de uma placa. Ou que, em uma conversa, *ego* compreenda *alter*. Nesse caso, os dois são sistemas psíquicos fechados, operando suas mentes a partir de seu próprio elemento consciência, sem que um tenha a menor possibilidade de acessar a mente do outro. Como a informação, a participação e a compreensão podem então ser selecionadas simultaneamente em um ambiente hiper-complexo, com inúmeras possibilidades e distrações? Ainda mais com a dupla contingência – que quer dizer: quem informa depende de quem compreende tanto quanto quem compreende depende de quem informa (SILVA, 2016, p. 57) –, a comunicação tem muito mais chance de se perder, de se tornar ruído ou sequer de ser percebida do que se concretizar e gerar mais comunicações. Luhmann (2016) recorre à Teoria da Evolução para responder a essa improbabilidade da comunicação. Na complexificação autopoietica da sociedade, que parte de segmentária (relações de parentesco que definem quem está ou não na sociedade) para estratificada (relações de linhagem que determinam estrato social) e depois para as sociedades funcionalmente diferenciadas por comunicações, se estabeleceram historicamente meios de sentido que facilitam a comunicação. São eles a linguagem, os meios de difusão e os meios de comunicação simbolicamente generalizados. Esses meios trabalham com a expectativa das comunicações. Em situações em que a negação é a comunicação mais provável (perder mais tempo para chegar em casa dando a volta no quarteirão), por expectativas cognitivas e normativas, os meios impulsionam do entendimento à aceitação do improvável.

Nas sociedades segmentárias ou estratificadas as comunicações podem não ser distinguíveis, por exemplo, entre religião, arte, política e direito. A diferença, as distinções, ou seja, as comunicações

que observam comunicações que diferenciam os sistemas sociais do ambiente (o Estado que se diferencia da religião que se diferencia da arte que se diferencia do governo que se diferencia da justiça que se diferencia da legislação) geram mais comunicações e mais diferenciações ao ponto em que a sociedade moderna se torna o sistema hipercomplexo ominiabarcador de todos os sistemas sociais, de todas as comunicações. Os meios de comunicação simbolicamente generalizados são as funções que permitem a distinção, a observação e a auto-observação dos sistemas sociais.

Neste trabalho vamos observar dois meios de comunicação simbolicamente generalizados: o poder e o amor. Primeiramente, vamos observar em algumas observações ao longo da história e das ciências humanas como os dois temas são observados. Esperamos que essa observação da observação nos prepare melhor para observar o amor e o poder enquanto meios de comunicação simbolicamente generalizados (seção 1.4 deste capítulo) e, mais ainda, como operam numa observação da cidade capital.

1.3 Amor e poder: algumas teorias

Vamos apresentar adiante algumas evidências teóricas acerca dos temas amor e poder. Invariavelmente, ao abordar esses temas, pesquisadores alertam para o caos teórico acerca dos múltiplos conceitos dos termos. Isso não impede que venham sendo debatidos desde os primórdios da humanidade, ao menos comprovadamente desde os primórdios do advento da escrita (ela em si uma linguagem organizadora do poder e do amor, expressos em normas, filosofias, arte).

1.3.1 Amor

Platão, Aristóteles, São Paulo, Agostinho, Espinoza, Tomás de Aquino: a construção de um imaginário perdulário do amor na filosofia ocidental remonta aos clássicos, à religião, a noção do amor como estado de espírito elevado, como reunião com o outro perdido, como exaltação do divino no que é belo e na natureza, como entrega, como barganha, como um deus pagão que anima todas as relações de intimidade. A sociedade cristã associa o amor a Deus e Deus ao amor de maneira indisso-

ciável, tão potentemente que a ressignificação moderna da fé substituiu a máxima cristã “Deus é amor” por “amor é Deus” (MAY, 2011). A fé universal quer ser a fé no amor. O amor que salva, que redime, que eterniza. O amor e o tempo se relacionam pelos compromissos que, em tese, o amor afiança e vincula. O senso comum remete o amor a termos que contrastam, como confiança/medo, emoção/razão, racional/irracional, percepção/cegueira, desejo/rejeição. O amor supera, o amor vence, o amor imobiliza, o amor retrai. Outros caminhos filosóficos comuns: o amor é bondade, o amor é realização, o amor é um processo químico determinista de reprodução, o amor é uma invenção, o amor se revela.

Numa perspectiva sociológica, ao se refletir em amor e sociedade, as observações do amor terão mais relação com a conjunção entre o amor e o ordenamento social da intimidade: o matrimônio, as relações familiares, as consequências sociais do amor. Nesse sentido, o amor será observado mais por seus efeitos de sentido do que por concepções ontológicas. Para nossa teoria da cidade capital, nos interessa investigar o amor também como aspiração da psique humana que termina por elaborar ideias do amor que não são necessariamente conectadas ao imaginário do outro sensual, do outro carnal reunido, mas de ideias como o amor à vida, o amor à pátria, o amor às comunicações que ordenam noções de identidade (nacionalismo, territorialismo, bairrismo, amor à nação, amor à terra). Nesses casos, o amor expresso por *alter* busca em *ego* a confirmação de si pela partilha de uma comunicação (quando compreendida e aceita) da noção de identidade nacional, de território nacional e de Estado-nação. É o amor à bandeira, o amor ao hino nacional, o amor à pátria, o amor à língua nacional, à tradição imaginada da terra, a uma noção de território que pode escalar até à xenofobia ou à guerra, ou seja, à morte (entrega tão potente como a de dois apaixonados diante do amor proibido em Tristão e Isolda ou Romeu e Julieta ou Uní e Acami). Suspeitamos que observar a observação do amor como meio de comunicação simbolicamente generalizado possa nos aproximar dessa possibilidade do amor como tema social. Antes, contudo, vale observar algumas outras considerações teóricas sobre o amor.

O filósofo Friedrich Nietzsche (2012) desconfia do amor benevolente, do amor bondoso que pretensamente se opõe à cólera e ao mal: “Povos

suspenderam noutro tempo sobre si uma tábua do bem. O amor que quer dominar e o amor que quer obedecer criaram junto essa tábua” (NIETZCHE, 2012, p. 67). O mal, por sua vez, fruto da cólera, viria da mesma ardência, da mesma paixão que inscreveu o bem nessa “tábua” sobre os homens, e essa razão entre o bem o mal tem grande poder e perigosa capacidade de transformação, manipulação, coerção: o céu e o inferno que aprisionam o homem nessa dicotomia bem e mal. Essa é uma face do amor que o filósofo e teólogo Paul Tillich (2004) inscreve numa interpretação do amor pelo prisma da ética, um amor que está relacionado a um dever, o dever de amar a Deus sobre todas as coisas. Outra seria a interpretação ontológica, como em Spinoza (EZCURDIA, 2008), da elevação do amor emocional para uma essência divina total, absoluta e, por isso mesmo, ontológica. Tillich vai investigar se a combinação da ética e da ontologia conseguem capturar uma observação do amor.

Para Tillich, ao não se observar o amor e o poder ontologicamente, torna-se impossível criar uma consciência ética que reúna os dois conceitos em prol da civilização. Tillich afirma que é por observar-se o amor apenas por seu lado emocional (uma resignação do poder) e o poder apenas por seu lado compulsório (a negação do amor), o que levou Nietzsche a recusar radicalmente o amor cristão pela falta de uma ontologia do amor em sua análise, bem como a teologia moderna recusar a *vontade de poder* de Nietzsche (2011) por observar o poder no autor apenas pelo prisma da compulsão social. Tillich rejeita a ideia de restringir o amor ao seu componente emocional, apesar de reconhecer que sem a emoção não existe o amor: “Amor é paixão. Essa afirmação implica que há um elemento passivo no amor, a saber: o estado do ser levado à reunião” (TILICH, 2004, p. 36). Para Tillich não há separação maior do que a pessoa individual. O indivíduo é o mais pleno e radical isolamento. Ao mesmo tempo, paradoxalmente, é o indivíduo quem compreende a poderosa capacidade de amar: “O amor junta aquele que é egoísta e individual. O poder de amar não é algo que está acrescentado a um outro processo concluído, mas a vida tem amor em si mesma como um de seus elementos constitutivos” (TILICH, 2004, p. 36). O autor apresenta ainda uma diferenciação do amor a partir de observações de tendências filosóficas: uma, moralista e tradicional, qualifica o desejo

(*epithymia*), o amor sensual, como a mais baixa qualidade do amor; por um outro lado, naturalistas restringem o amor a apenas essa característica. Para Tillich a resolução de tal problema se dá ao se considerar que a reunião com o que está separado (o amor) parte de um desejo e que saciar o desejo dá prazer. Mas é a reunião e não o prazer o objeto do desejo. Dessa maneira, estariam certos os naturalistas, todo amor é desejo (mas não o desejo que se encerra no prazer). Essa distinção nos interessa porque é aqui que podemos falar de amor não apenas em relação à intimidade sensual entre pessoas, mas também do amor transcendente às relações sexuais. Ao considerar-se a transcendência do desejo pelo amor – “Certamente, há *epithymia* em todo *eros*. Mas *eros* transcende *epithymia*” (TILLICH, 2004, p. 39) –, podemos falar em amor a outros valores.

Não seria, nesse caso, uma afirmação de um amor elevado, ou um amor superior, mais nobre que o amor carnal, sensual. Para Tillich (2004), o amor é possível quando continua em si (ao perder-se de si) o outro que é amado, numa relação de arrebatamento. Esse arrebatamento, e isso é afirmação nossa, pode ser por uma noção de pátria, por uma cidade. Essa noção poderia se confundir também com a noção de amizade (*philia*), um amor ao grupo social, ao igual, em um sentido de comunhão. Amizade e amor são complementares e, como afirma Tillich: “Nenhum existe sem o outro. Há a qualidade *eros* em *philia*. E a há a qualidade *philia* em *eros*. Elas são opostamente interdependentes” (2004, p. 40). Mas em nossa observação sistêmica (e por isso mesmo, não ontológica), considerando a capacidade de auto-observação dos sistemas sociais, consideramos a questão do amor em relação aos acoplamentos estruturais entre o sistema social cidade e o sistema psíquico como um meio de comunicação que opera a redução da complexidade do ambiente no sentido da cidade capital (*alter*) para o sistema psíquico (*ego*), em uma operação que ocorre através de comunicações da pátria para aceitação da cidade capital através de códigos que se aproximam mais do amor como dever do que como desejo. O mesmo código pertencimento/não pertencimento que animaria a amizade, em nossa observação do amor se diferencia da amizade por não partir apenas de uma operação de vínculo por identificação (o homem como o animal social aristoté-

lico em seu elogio à amizade), mas uma operação de vinculação pela sujeição amorosa, de arrebatamento, de dominação. Essa operação no programa da pátria só é possível se combinarmos amor e poder. Ainda assim, consideramos que as relações de Amizade em relação à cidade capital precisam ser investigadas futuramente, assim como as relações de outros meios de comunicação simbolicamente generalizados, como verdade, dinheiro e arte.

Para o filósofo e ensaísta Byung-Chul Han (2017), o amor (*eros*) está em crise na sociedade contemporânea, a sociedade do desempenho. Mais que isso, *eros* agoniza. Para o filósofo, a intensificação da narcisificação do si-mesmo erodiu a noção do outro, sem o qual o amor é impossível, não pela positivação de si pelo outro, justamente pelo contrário, pela negação. É pela negação de si que o outro surge e é nessa negação que *eros* atua: “O *eros* aplica-se em sentido enfático ao outro que não pode ser abarcado pelo regime do eu” (HAN, 2017, p. 8). Sem a negatividade, sem a rejeição, sem a perdição, *eros* se transmuta apenas na confirmação de si no outro sem o outro, mais uma característica narcisística da sociedade de desempenho. Nesse sentido, o amor transforma-se em objeto de consumo que se “reduz ao cálculo hedonista” (HAN, 2017, p. 40). Para Han (2017), *eros* foi submetido à relação de desejo hedonista; se *eros*, numa perspectiva platônica, dirige a alma com poder sobre as três partes da alma: desejo (*epithymia*), coragem (*thymos*) e razão (*logos*), a predominância da *epithymia* neutraliza a sociedade. Sem *thymos*, que não raramente se traduz em paixão (do amor à ira), não há ruptura, não há negatividade, não há mudança de estado e com isso “decai também o *logos* num cálculo impulsionado por dados, que não podem contar com o acontecimento, com o ingovernável” (HAN, 2017, p. 77). A sociedade de consumo que privilegia e encoraja *epithymia* termina por provocar uma anemia política intencional (quem sabe em curso de uma anomia social não intencional): “O *thymos* é o lugar onde se tocam *eros* e política” (HAN, 2017, p. 77). É nesse contexto que a despolitização predomina:

Numa sociedade do cansaço, de sujeitos de desempenho isolados em si mesmos, começa a se atrofiar completamente também o *thymos*. Torna-se impossível um agir comum e universal, um *nós*. Seguramente não há uma política do amor. A política permanece antagonista.

Mas as ações políticas possuem um nível que se bifurca distante e se comunicam com eros. Aquelas histórias de amor que surgem frente ao plano de fundo de ações políticas apontam para essa ligação secreta entre eros e política. (HAN, 2017, p. 77)

Eros em sua conjunção entre razão, desejo e coragem, é o componente que anima a política que imagina outro mundo, outra forma, observada por ela como mais justa. A política em relação com *eros* “apresenta uma fonte enérgica para o rebelar-se na política” (HAN, 2017, p. 78). O investimento apenas no desejo pela sociedade da pornografia, do hedonismo estéril, é a neutralização da realização política mais profunda. Sem *eros*, ou com *eros* em agonia, resta ao homem o desempenho, o trabalho, a autopromoção, até na programação da sexualidade. Não há na sociedade do desempenho a inquietação potente que vem da negatividade. O homem está pronto para o consumo e para sujeição à produtividade. Nesse caso, o amor, como meio reduzido em sua complexidade, opera apenas o lado *desejo* do código desejo/rejeição, já que o lado rejeição implica necessariamente num outro que narciso não deseja, uma vez que seu verdadeiro desejo é a confirmação de si no outro (ou seja, não há outro). A cidade capital opera o amor de maneira que o componente *thymos* que anima a conjunção amor e política seja neutralizado, assim como na sociedade do desempenho descrita por Han (2017). Nesse caso, a neutralização de *thymos* não é pela inflação de *epithymia*, mas pela operação do código apego/desapego em uma inflação de *logos*, como veremos no último capítulo. A anemia política através da neutralização da coragem e do desejo interessa à cidade capital. Enquanto isso, na cidade comum, *eros* ainda anda livremente em sua totalidade contingente de códigos de desejo/rejeição, intimidade/não intimidade, coragem/conformação. Se está ameaçado também na cidade comum, é por uma operação de outra natureza da operação da cidade capital, mais próxima da problemática em torno da sociedade do desempenho, do consumo e do cansaço, na crítica ao neoliberalismo proposta por Han (2017).

O semiólogo e sociólogo Roland Barthes (2018) descreve a palavra “adorável” como a opção possível para nomear “a especialidade do seu desejo” que o amante não consegue nomear. Barthes (2018) descreve o uso do termo justamente no arrebatamento amoroso que uma cidade

(Paris) provoca no autor, em uma passagem que vale a pena a reprodução inteira:

“Num belo dia de outono, saí para fazer compras. Paris estava *adorável* naquela manhã... etc.” Um mundo de percepções vem bruscamente formar uma impressão ofuscante (ofuscar é, no limite, impedir de ver, de dizer): o tempo, a estação, a luz, a avenida, a caminhada, os parisienses, as compras, tudo isso contido em algo que *já* tem vocação de lembrança: um quadro, em suma, o hieróglifo da benevolência (assim como Greuze o teria pintado), o bom humor do desejo. Paris inteira à minha disposição, sem que eu queira alcançá-la; nem apatia, nem cupidez. Esqueço todo o real que, em Paris, ultrapassa seu charme: a história, o trabalho, o dinheiro, a mercadoria, a dureza das grandes cidades; só vejo nela o objeto de um desejo esteticamente *retido*. Do alto do Père-Lachaise, Rastignac desafiava a cidade: *Agora, nós dois*; eu digo a Paris: *Adorável!* (BARTHES, 2018, p. 29)

Para Barthes (2018), é por localizar no Tudo a percepção amorosa do outro pelo amante, que o sujeito apaixonado não encontra um bom termo para descrição do que vê/sente. O Tudo comporta o que não pode ser visto, o que não pode ser dito. A totalidade de Paris observada de maneira a deixar de lado o real “que, em Paris, ultrapassa seu charme” e que Barthes enumera como dinheiro, mercadoria, história, trabalho, em suma, a “dureza das grandes cidades”, é uma totalidade circunscrita ao momento cotidiano da caminhada que percebe a sua volta a cidade real idealizada (porque ofusca deliberadamente na observação a cidade real dura). Esse arrebatamento, essa percepção amorosa da cidade, esse acolhimento compartilhado é o *eros* que circula na cidade comum. A Paris do dinheiro, do governo, dos problemas nacionais não é a Paris do amor enquanto arrebatamento (nem em Nova Iorque, nem no Rio de Janeiro, nem em Buenos Aires). A cidade do amor nunca será o que a cidade capital opera em si: os também muito duros elementos Estado, identidade nacional e território nacional. O amor operado por tais elementos é problemático (a não ser na guerra) e em tempos de paz não vai se comparar às possibilidades de um olhar para luzes de Natal, para aquela colina sob o entardecer, para árvore que teima em permanecer em meio ao movimento dos carros. Essa possibilidade de *adorável*

é reservada para a cidade comum. A cidade capital quer outro arrebatamento, e vai conjurar amor e poder com essa finalidade.

1.3.2 Poder

Ao responder como foi possível, em escala civilizacional, que o Estado pôde produzir tanto, muito mais do que o indivíduo é capaz, Nietzsche (2011) elenca o que considera uma série de virtudes interpostas na divisão de responsabilidades de comando e execução: obediência e dever e amor à pátria e aos príncipes. O amor à pátria atua como controle à pulsão de poder:

O mais terrível e profundo desejo do homem, sua pulsão (*Trieb*) para o poder – nomeia-se essa pulsão “liberdade” – deve ser durante muito tempo limitada. Por isso ética se constituiu até aqui, com os seus instintos inconscientes de educação e cultivo, para manter nos limites o apetite de poder: ela difama o indivíduo tirânico e acentua o instinto de poder do rebanho, com a glorificação do cuidado e da assistência mútua, assim como do amor à pátria. (NIETZCHE, 2011, p. 364-365).

O amor a quem manda, a submissão, a idealização, o “endeusamento do mandante como compensação e autotransfiguração indireta” (NIETZCHE, 2011, p. 365), são o freio, a remissão à resignação, para que o comportamento geral (a massa “tipo-rebanho”) esteja sob controle organizado. Nessa sociedade neutralizada Nietzsche (2011) descreve três tipos de vontade de poder: a) os partidos políticos: homens que querem poder pelos privilégios e felicidade; b) os ambiciosos: homens que querem o poder apesar do sacrifício do bem-estar e da felicidade; c) os independentes: homens que querem o poder para não se sujeitarem a quem não querem depender. A vontade de potência é o impulso para o poder produtivo. O poder seria socialmente relacionado ao amor na medida em que, para Nietzsche (2011), é a noção do amor cristão como sacrifício e artifício da moralidade que medeia (e freia) a pulsão de poder para que a continuidade dos sistemas ultrapasse a limitação do indivíduo em repercussão e duração. O poder quando mediado pelo amor permitiria a continuidade do “matrimônio, propriedade, língua, tradição, estirpe, família, povo, Estado” (NIETZCHE, 2011, p. 368).

Nietzsche (2011) constrói ainda outra aproximação do amor e o poder quando distingue três *aparções* da vontade de poder: a) liberdade: com a meta de livrar-se, o poder é o meio para escapar à opressão, à escravidão (do corpo e da mente); b) justiça: quando a potência não é suficiente para supremacia, os que vão se tornando mais fortes querem os mesmos direitos dos dominantes, a vontade de justiça; c) amor: a vontade de dominar, arrebatar consigo, unificar grandes quantidades de poder, o “amor à humanidade”, “amor ao povo”, a capacidade de direcionamento do outro permitida ao herói, ao profeta, ao salvador, ao pastor, também no âmbito do domínio sexual (“no fundo, trata-se apenas do amor a seu ‘instrumento’, a seu ‘cavalo’..., sua convicção de que isso e aquilo lhe *pertencem* na condição de alguém que está em condições de *fazer uso*” [NIETZSCHE, 2011, p. 386] e assim ser o herói que ele é). O poder aqui se aproxima na direção da construção de sentido na operação do poder como um meio de continuação de si no outro que traz consequências sociais relacionadas à liberdade, à justiça e ao amor.

Nietzsche (2011) descreve a operação do poder (ou sua neutralização) e advoga uma redescoberta da potência para uma sujeição a essa potência, não o contrário. Não a potência de dominar, mas a potência como pulsão de vida, como define Tillich (2004): “A vontade de poder não é a vontade dos homens de alcançar poder sobre os homens, mas é a autoafirmação de vida em sua autotranscendência dinâmica, superando a resistência interna e externa” (2004, p. 44-45). Para Tillich (2004), essa interpretação conduz a uma ontologia do poder numa relação entre o Ser e o Poder: “Ser é o poder de ser”. Como o poder implica, necessariamente, em prova de poder, em capacidade relacional de poder, o Poder de Ser responde a uma negação, uma resistência ao Ser: “Aquele que é conquistado pelo poder do ser não é um ser” (TILlich, 2004, p. 45). Portanto, paradoxalmente, o Ser se relaciona a um Não-Ser mediado pelo Poder, ou seja, o Não-Ser resiste ao Poder de Ser.

A resposta à questão como o não-ser pode resistir ao poder do ser, pode apenas ser que o não-ser não seja estranho ao ser, mas que ele é essa qualidade do ser pelo que tudo que faz parte do ser é negado. O não-ser é a negação do ser dentro do ser em si mesmo. (TILlich, 2004, p. 46).

O limite do Ser, a finitude do Ser, é limitada pelo Não-Ser anterior ao Ser e posterior ao Ser, por um início e um fim. A questão do poder, portanto, se relaciona a questão de como e quando o Ser prevalece perante o Não-Ser. Para Tillich (2004), é a coragem (*thymos*) que executa essa operação ao tentar “mostrar que, como o não-ser é dependente sobre o ser que ele nega, assim a consciência de finitude pressupõe um lugar acima da finitude a partir do qual o infinito é visto como finito” (TILLICH, 2004, p. 47). Essa observação, esse lugar de observação seriam ocupados pela coragem (*thymos*), não pelo raciocínio (*logos*). Se todo ser resiste a uma negação de si mesmo, o Poder de Ser que está vivo é em si poderoso pela capacidade de incluir em si, em sua autoafirmação, o Não-Ser sem ser destruído pela negação de si. Quando maior essa capacidade, maior o poder. Tillich se aproxima então de uma ontologia do poder: “Poder é a possibilidade da autoafirmação a despeito da negação interna e externa. Ele é a possibilidade de sobrepujar o não-ser. O poder humano é a possibilidade de o homem superar o não-ser infinitamente” (TILLICH, 2004, p. 47). O neurótico, por exemplo, só é capaz de incluir pequena quantidade de Não-Ser em si, do contrário se paralisa e recorre à violência (justamente a negação do Poder de Ser). Tillich realiza ainda uma importante distinção entre poder, compulsão e força:

O poder realiza-se através da força e compulsão. Mas o poder nem é um nem outro. Ele é o ser, atuando contra a ameaça do não-ser. Ele usa e abusa da compulsão a fim de superar essa ameaça. E usa e abusa da força a fim de efetivar-se. Mas o poder nem é um nem outro. (TILLICH, 2004, p. 53)

Ao contrário de Nietzsche, Tillich compreende a relação de poder e amor por uma noção de reunião ontológica. Um não mediará o outro, como em Nietzsche (2011), mas um se realizaria no outro. O Poder de Ser como capacidade e possibilidade de afirmar-se diante do Não-Ser, contra o Não-ser, é uma realização dinâmica em que o Ser se separa de si e, ao retornar para si pela afirmação do poder, conquistaria mais poder quanto maior a distância dessa separação (e, portanto, mais intensa a reunião). Como o amor ontológico é a reunião do separado, “Quanto mais reunião de amor houver, mais não-ser vencido haverá, mais

poder de ser haverá. O amor é fundamento, não a negação do poder” (TILLICH, 2004, p. 54). O amor não é um freio para o poder, nem o poder uma negação do amor, os dois se impulsionam e se realizam em comunhão. Contudo, há conflitos e há problemas quando a reunião é impossibilitada ou quando a compulsão do poder é intensificada. O mediador dessa relação, para Tillich, seria a justiça.

O neurótico, o sujeito que recorre à violência para alcançar a continuidade de si, seria o sujeito cuja autoafirmação depende da mediação da violência ao extrair “a negação do outro [o Não-Ser em si] para fora de si” (HAN, 2019, p. 113). A incapacidade de reencontrar-se na negação de si é a incapacidade de mediar essa negação com outros elementos, como Han (2019) coloca: “O poder do espírito produz a continuidade do *self* pelas tensões negativas que o *outro* provoca nele. Apenas quando há falta de mediação ele repele o *outro*” (2019, p. 113). Ou seja, para Tillich (2004), quanto menos internalização de Não-Ser, menos poder. Para Han (2019), quanto menos mediação da relação de Não-Ser com outros elementos, menos poder. O poder, nesse caso, é relacionado sempre a um outro.

Han (2019) afirma que a conquista de *alter* por *ego* quando observada pela impressão de uma imagem de *ego* em *alter*, um *alter* depositário passivo de *ego*, em que *ego* se sente poderoso ao reencontrar-se consigo em sua imagem refletida em *alter*, seria uma manifestação do poder pobre de mediações. Ou seja, um poder instável. O poder para Han “é a capacidade de estar no outro em si mesmo” (2019, p. 101). A continuidade da ação em *alter* enunciada por *ego* não se dá por uma imposição, um depósito, de uma capacidade unilateral de *ego* e uma passividade sujeitada de *alter*. Essa seria uma ação sem a mediação do poder, uma ação violenta, forçada, compulsória. A ação do poder como capacidade mediadora é a que *alter* “segue, por assim dizer, de livre e espontânea vontade a vontade do *ego*. Ele faz da vontade de *ego* sua *própria* vontade” (HAN, 2019, p. 100). Assim, *alter* também participa da sensação de liberdade. Esse poder mediado é mais estável. Esse é o poder da construção de sentido, o poder da operação comunicativa em que o poder atua como meio de comunicação. Ele precisa ser simbolicamente generalizado para isso ocorrer. As comunicações mediadas pelo poder lidam constantemente com a compulsão, a força, a violência;

a cidade capital, enquanto articula o Estado, a identidade nacional e o território nacional, opera o poder com a intenção de que essa operação seja na maioria das vezes livre de compulsão, força e violência.

Para Han (2019), o poder opera para construir um “horizonte de sentido” onde é a compreensão, ou seja, a construção de sentido comunicativa que relaciona a continuidade da manifestação poderosa. O dominado se compreende participante não do domínio, da sujeição, mas da escolha, da decisão. Ele também é poderoso na operação de domínio. Isso se deveria à construção de sentido e à generalização simbólica.

Narrativas e símbolos que constroem uma massa nacional são construções que continuam uma relação de domínio, de união, de reunião. A nacionalização é uma reunião dessas narrativas das quais o poder medeia: “A fragmentação não é eficaz ao poder. O estabelecimento de uma estrutura nacional homogênea de sentido garante a lealdade da massa e, com isso, o domínio” (HAN, 2019, p. 83-84). A centralidade é a unidade representativa de algo amplo e disperso como um território. É preciso reunir para controlar. O poder precisa do amor e vice-versa, é uma relação de complementariedade.

Uma política amorosa é considerada impossível pelo filósofo e escritor Alain Badiou (2012). Mas a cidade capital quer dizer que sim, é possível o encontro, no limite, de poder e amor através de uma política pretensamente animada pela conjunção equilibrada entre *thymos*, *epithymia* e *logos*. A cidade capital quer continuidade, e continuidade é uma construção que exige fidelização, que se fortifica tanto pelos vínculos amorosos como pelos poderes do poder. A cidade capital não vai se furtar a utilizar de tais artifícios.

Como o poder e o amor servem à continuidade, à fidelização e ao ordenamento social na constituição da sociedade funcionalmente diferenciada e estruturada por comunicação? A cidade capital pode nos dar evidências dessa operação dos meios de comunicação simbolicamente generalizados.

1.4 Amor e poder: meios de comunicação simbolicamente generalizados

Diante de inúmeras possibilidades de relações pessoais e impessoais na sociedade moderna, os meios de comunicação simbolicamente

generalizados exercem uma função específica: “possibilitar, cuidar e fomentar o tratamento comunicativo da individualidade” (LUHMANN, 1991, p. 14). Os meios aumentam as expectativas de aceitação das comunicações. Quanto mais informação, menos aceitação. Diante disso, os meios atuam: “Os meios simbolicamente generalizados transformam, de maneira assombrosa, as probabilidades do *não* em probabilidades do *sim* (...)” (LUHMANN, 2006, p. 248, tradução nossa).

Luhmann (2006) considera que todos os meios de comunicação simbolicamente generalizados são funcionalmente equivalentes. O autor descreveu em obras diferentes ao menos cinco deles: amor, arte, dinheiro, poder e verdade. Os meios surgem das situações triviais da vida social e conduzem as comunicações que estruturam possibilidades funcionais para a sociedade ordenar-se. Eles atuam, nesse sentido, como meios da relação meio/forma, ou médium/forma. Assim como a luz é um meio que só é percebido pelas formas que ilumina, mas não por si mesma, os meios de comunicação simbolicamente generalizados são meios perceptíveis apenas nas formas que iluminam, ou nas estruturas que animam. Na relação meio/forma, a forma, por ser contingente, é instável, depende da pulsação que o meio impulsiona e a forma desaparece/reaparece em constante transformação. As formas são marcadas, são evidentes, são percebidas na diferença entre meio e forma (o caso da luz – meio – que ilumina as coisas que vemos – formas). Os meios de sentido (ou meios de comunicação) surgem na evolução da linguagem escrita a partir da linguagem oral e a radicalização dessa evolução a partir da imprensa. A palavra *forma* frases, outros signos se desenvolvem, e as comunicações funcionalizam, ou seja, se tornam símbolo (um signo com função). Nessa passagem que se consolida na sociedade moderna os sistemas sociais são formas/estruturas animadas, iluminadas, pelos meios de comunicação simbolicamente generalizados. Os símbolos, os signos, as comunicações do poder, do amor, da verdade, do dinheiro, da arte são as formas que esses meios de comunicação simbolicamente generalizados formatam e que se funcionalizam nesse espaço que comumente chamamos de sociedade. Como a estrutura do sistema social é constituída por comunicações, e comunicações de comunicações, é através delas que se torna perceptível a presença, a atuação, ou a ausência dos meios na sociedade.

Ao observar o poder e o amor como meios de comunicação simbolicamente generalizados, acessamos dados de elementos de sistemas sociais como política, no caso do poder, e família e pátria, no caso do amor. O Estado, a identidade nacional e o território nacional são elementos que constituem e são constituídos tanto pelos sistemas político quanto pelo familiar e patriótico. Com o poder, o código governo/oposição programa a projeção de leis, por exemplo, em operações internas do sistema político (eleições, votos, declarações, discursos), que vinculam a tomada de decisões políticas à coletividade. Com o amor, o código intimidade/não intimidade programa a personalidade em operações internas do sistema familiar (matrimônio, herança, autoridade paterna/materna) que vinculam razoabilidade e reprodução social às relações íntimas. Não se supõe uma sociedade em que os sistemas sociais política e família não coexistam. Entre eles, a pátria é um sistema que opera quem participa ou não da nação através de operações como a língua nacional, a nacionalidade, a bandeira, o hino, as cores, a história nacional, a geografia nacional, a burocracia. Amor e poder evidenciam as formas dessas operações. Quando um local específico, central, passa a situar essas operações e projetá-las a fim de organizar o Estado-nação, a identidade nacional e o território nacional, surge a cidade capital da sociedade moderna. Não a cidade-estado, nem a cidade principal, ou a mais rica, ou a mais populosa, mas a cidade eleita (ou construída) para abrigar essa operação. Não são apenas os meios de comunicação simbolicamente generalizados amor e poder que articulam os elementos do sistema cidade capital, mas foram eles que determinamos como objetos iniciais de observação.

Antes de amar é preciso amar o amor e essas são as comunicações que o amor opera para a continuidade de si mesmo enquanto sistema de sentido, meio de comunicação. Antes de obedecer, é preciso agir por uma decisão interna motivada pelo poder e, nesse caso, a obediência se torna menos uma imposição e mais uma decisão. Amor e poder estendem “o alcance de seu mecanismo de base ao exagerar o potencial de motivação” (LUHMANN, 2012, p. 79, tradução nossa). Essa motivação impulsionada é o que caracteriza a generalização dos meios de comunicação simbolicamente generalizados. O mecanismo de base é a forma que o meio se generaliza, ou seja, a função social que o meio

adquire baseado em sua função “original” (reprodução sexual no caso do amor, compulsão física no caso do poder, certeza intersubjetiva da percepção para a verdade, respaldo em ouro ou outras divisas para o dinheiro) que vai se generalizar sem amarras de consenso, substituídas por aceitação. O resultado da generalização deve ser entendido a partir das funções do sistema.

O amor enquanto meio de comunicação simbolicamente generalizado projeta uma confirmação de si no outro, e por isso nos interessa como meio para observação da cidade capital. A base sexual do amor enquanto função social se generaliza quando, para além do ato sexual, considerando o espaço temporal entre o ato em si e sua repetição, a vida e as tarefas cotidianas precisam acontecer. O que vai sustentar a relação, o que vai continuar a relação, não é o ato sexual, é o espaço entre ele, e esse espaço pode receber o nome de amor. A generalização desse espaço temporal social forma o sistema social família. A pátria seria uma família dilatada cuja relação de intimidade, de confirmação de si no outro, se forma em símbolos conhecidos como língua nacional, nacionalidade, território, hinos, cores, bandeiras. O ato sexual origina signos e símbolos que se instrumentalizam e se potencializam com a escrita e a evolução social de maneira que o amor adquire a função social de meio de comunicação simbolicamente generalizado.

O poder enquanto meio de comunicação simbolicamente generalizado projeta a continuidade de si no outro e essa continuidade de si no outro em si mesmo. A obediência, a decisão, a legitimidade, a autoridade, a conformação a um modo de agir são as projeções que fundam mecanismos sociais que vinculam a coletividade aos processos do poder. Essa relação requer grande capacidade de concentração, e a centralidade é o caráter essencial da função social da cidade capital.

Para Luhmann (2006), “A ocorrência conjunta dos efeitos de todos os meios de comunicação – linguagem, meios de difusão, meios de comunicação simbolicamente generalizados – condensa aquilo que com uma expressão complexa poderia se chamar de *cultura*” (p. 320, tradução nossa). Nossa análise da cidade capital, portanto, quer compreender a cidade como efeito cultural, como complexidade comunicacional que imputa ao indivíduo relações entre o ser e o dever ser. As relações entre

ser e dever ser estão evidenciadas nas formas sociais que os meios de comunicação simbolicamente generalizados poder e amor animam. Com essas razões, elegemos o poder e o amor como instrumentos de análise para as relações sociais que levam a cidade como ideia geral alcançar a muito específica cidade capital. Achamos relevante que antes de adentrarmos nessa análise observemos observações sobre a cidade, sobre como elas se formam, sobre como se tornam sistemas funcionais estruturados por comunicações. É isso o que faremos no próximo capítulo para, em seguida, analisarmos essas evidências em Brasília e, no último capítulo, teorizarmos sobre a cidade capital a partir das operações do amor e do poder.

CAPÍTULO 2

Cidades são sistemas sociais

Nostálgico da cidade pequena que se perde na grande cidade, o poeta Mário Quintana, no poema *Era um lugar*, declama:

Era, tão só, uma cidade pequena, com seus pequenos vícios e suas pequenas virtudes: um verdadeiro descanso para as milícias dos Anjos: com suas espadas de fogo – um amor! Agora, aquela cidadezinha está dormindo para sempre em sua redoma azul, em um dos museus do Céu.
(QUINTANA, 1997)

A “cidadezinha” do poeta estaria contida em todas as cidades? O escritor Machado de Assis, através de seu personagem Brás Cubas, fala de outra cidade, a cidade da infância, a cidade natal, a cidade da paisagem que extrapola noções de nacionalidade, uma cidade do afeto, lugar da memória:

Vim. Não nego que, ao avistar a cidade natal, tive uma sensação nova. Não era efeito da minha pátria política, era o do lugar da infância, a rua, a torre, o chafariz da esquina, a mulher de mantilha, o preto do ganho, as cousas e cenas da meninice, buriladas na memória. Nada menos que uma renascença. O espírito, como um pássaro, não se lhe deu da corrente dos anos, arrepiou o voo na direção da fonte original, e foi beber da água fresca e pura, ainda não mesclada do enxurro da vida.
(ASSIS, 1997)

A cidade capital nunca será qualquer uma dessas cidades. Ela pode (e vai sempre) situar-se no mesmo local que também é a cidade afetiva, a cidadezinha original, a cidade comum. Mas sua ênfase não está em nenhuma característica dessas cidades e sim em uma outra: a articulação do Estado, da identidade nacional e do território nacional. Nosso olhar para a cidade capital mira essa diferença essencial, mais fácil de perceber e descrever do que os mais complexos, antigos e variáveis elementos da cidade comum. Mas só é mais fácil desde que se dê ênfase na diferença da cidade comum para a cidade capital. Para tanto, acreditamos ser importante termos uma noção teórica das discussões sobre o que faz uma cidade ser uma cidade. Ao observarmos algumas observações teóricas para a cidade e situarmos historicamente a cidade capital, poderemos observar observações de nosso objeto empírico (Brasília) com esse enfoque na diferença. Partimos de um ponto em comum para a cidade capital e a cidade comum: a cidade (seja qual for) é um sistema social autorreferente.

2.1 Observações de observações da cidade

Terra, trabalho e comércio. Propriedade, fronteira e comunidade. Família, herança e conflito. Culto, templo e religião. Tecnologia, cultura e comunicação. Conceituar a cidade seria o mesmo que identificar como se formaram os elementos de sua origem? A cidade como tema de observações e afirmações em busca da verdade científica guarda um elemento a mais como objeto de estudo social: a ruína. Os objetos, as edificações, as localidades funcionais (tumbas, templos, monumentos), os registros escritos, a cunhagem, os esqueletos, as vestimentas: tudo conta uma história da cidade. Os métodos de análise se tornam cada vez mais complexos. A arqueologia, a história, a geografia, a sociologia, a arquitetura, a antropologia, a biologia, a química: todos olham para a cidade antiga em busca de respostas. As perguntas são as mais variadas possíveis, relacionadas desde relações de poder e ordenamento social até o comportamento humano e a alimentação. Tudo se soma para descrições da cidade, para hipóteses de origem. A observação da diferença urbano *vs.* rural e suas inúmeras implicações e abordagens é outro tema comum ao se falar de cidade. Mesmo com toda essa investigação, todo esse referencial, é difícil dizer o que faz de uma cidade uma cidade.

A historiografia faz uma diferenciação para observação da *pólis* grega (KORMIKIARI, 2009, p.137): a “cidade-estado” é a abordagem da cidade enquanto aparato político; o termo “cidade” fica reservado para falar da malha urbana da *pólis*. Nessa perspectiva, o olhar para a origem da cidade (seja onde for que tenha acontecido primeiro ou concomitantemente, na América ancestral, na Ásia, no Mediterrâneo, na África ou no Oriente Médio) observa os componentes político (relações de poder), religioso (a fé e a cultura da fé) e econômico (os sistemas de troca e as relações de trabalho). O historiador positivista francês Fustel de Coulanges, por exemplo, em 1864, descreveu o surgimento da cidade pelo sentido religioso: “Várias famílias formaram a fratria; várias fratrias, a tribo; várias tribos, a cidade” (2009, p. 143). Isso só foi possível, segundo Coulanges, porque se estabeleceu a tolerância ao culto entre tribos: “O dia em que se fez essa aliança, a cidade passou a existir” (COULANGES, 2009, p. 143). Já o historiador americano Lewis Mumford (1965), afirmava que para observar uma perspectiva histórica da cidade, é preciso observar o homem em busca por continuidade e estabilidade na relação de movimento e repouso inerente à vida:

Se quisermos identificar a cidade, devemos seguir a trilha para trás, partindo das mais completas estruturas e funções urbanas conhecidas, para os seus componentes originários, por mais remotos que se apresentem no tempo, no espaço e na cultura, em relação aos primeiros *tells* que já foram abertos. Antes da cidade, houve a pequena povoação, o santuário e a aldeia; antes da aldeia, o acampamento, o esconderijo, a caverna, o montão de pedras; e antes de tudo isso, houve certa predisposição para a vida social que o homem compartilha, evidentemente, com diversas outras espécies animais. (MUMFORD, 1965, p. 13).

A arquiteta e urbanista brasileira Raquel Rolnik (2018) observa a cidade como ímã que atrai mesmo antes do trabalho e antes da moradia: “Assim foram os primeiros embriões de cidade de que temos notícia, os zigurates, templos que apareceram nas planícies da Mesopotâmia em torno do terceiro milênio antes da era cristã” (ROLNIK, 2018, p. 13). A construção do templo, a técnica que fez surgir o tijolo e sua produção em série, o espaço público ali estabelecido para o culto dos deuses e dos mortos, esse seria o vórtice que culminaria na cidade, aliando o

excedente produtivo da agricultura e da divisão do trabalho: “O templo era o ímã que reunia o grupo. (...) Desse modo, a cidade dos deuses e dos mortos precede a cidade dos vivos, anunciando a sedentarização” (ROLNIK, 2018, p.14). Rolnik (2018) destaca ainda que a escrita surge quase que simultaneamente à cidade, talvez com necessidades complementares: “É evidente o paralelismo que existe entre a possibilidade de empilhar tijolos, definindo formas geométricas, e agrupar letras, formando palavras para representar sons e ideias” (ROLNIK, 2018, p. 16). A cidade escreve no espaço o que as letras imprimem no papel: a comunicação humana. Ao que tudo indica, as discussões metodológicas e teóricas acerca do surgimento da cidade se complementam.

O sociólogo alemão Max Weber (1966), numa tradição de certo determinismo econômico, observa a cidade menos pela origem e mais pela funcionalidade. A partir do mercado, das trocas, das produções de bens, a cidade seria o espaço em que o conjunto de habitações conjugadas ou próximas, com características de continuidade estabelecidas (herança, por exemplo), subsistem da troca regular e “economicamente versátil” de bens. Weber (1966) criou uma tipologia em que o assentamento habitacional e o mercado de trocas seriam as constantes, a produção (consumo, comércio, indústria) e a finalidade (governo) as variáveis que definiriam os tipos de cidade, quais sejam (os exemplos são nossos): a) cidade do príncipe: a economia gira em torno de atender as necessidades do governo (Brasília seria um exemplo); b) cidade do consumo: cidade que não produz mas que consome, como cidades universitárias, balneários de aposentados, cidades turísticas (são típicas as cidades da costa da Flórida, nos Estados Unidos); c) cidade produtora: cidade do espaço industrial produtivo como Chicago, Manchester, São Paulo; d) cidade comercial: essencialmente a cidade do mercado, entreposto, portuária, exportadora, como Marselha, Lisboa, Rio de Janeiro. Com o tempo o acúmulo de funções gera a metrópole.

Seja pela função, pela origem ou pela diferença, a cidade quando observada pelas ciências sociais revela um aspecto comum: o dinamismo do espaço de reunião de sistemas sociais (religião, família, governo, economia, direito). Os sistemas sociais, como vimos, são contingentes, são estruturados por comunicações contingentes. A cidade, portanto, é tudo menos estática, perene e garantida.

A importante contribuição que a Escola de Chicago deu à sociologia urbana, nas primeiras décadas do século XX, foi prover ao olhar científico social para a cidade um arcabouço conceitual, uma proposta de como estudar a cidade, com atenção para o crime, as favelas, as dinâmicas do poder, o papel do jornalismo, da história e das afetividades. A Escola elege uma perspectiva da cidade como laboratório de investigação social (o que se aproxima da observação que estamos fazendo). A variedade de questionamentos que se pode fazer a uma cidade é tão diversa quanto o sistema viário urbano de uma metrópole, forjado por inúmeras ruas, placas, semáforos, tecnologias de tráfego, legislações de trânsito, fiscalização, documentos, meios de transporte, pedestres, caminhos, acidentes, educação, risco, segurança etc.; cada item desses se subdividindo em inúmeros aspectos com dinâmicas próprias e autônomas. Estamos falando apenas do sistema viário. Quantos mais suporta uma cidade? No prefácio da tradução canadense do livro de Weber (1966), “The City”, o sociólogo americano Don Martindale critica a teoria e os livros sobre cidade publicados à época do lançamento daquela edição (1958) nos Estados Unidos, por serem enfadonhos e repetitivos: “A teoria da cidade de alguma forma não consegue relatar o que todo jornalista, poeta e romancista sabe — a cidade é uma coisa viva” (MARTINDALE, in: WEBER, 1966, p. 10, tradução nossa).

O sociólogo americano relata que seria difícil perceber o que faltava nos livros sobre a cidade naquele momento da teoria sociológica americana, uma vez que o que continham (inúmeros dados, tabelas e análises comparativas desses dados, além de descrições de instituições, poderes, associações, escolas, museus, igrejas, espaços físicos) era importante e detalhado, mas faltaria uma percepção no observar a cidade que é análoga ao que se vê em filmes, fotografias, relatos sobre a experiência urbana, que inserem um tom “noir” em sua descrição, altamente subjetiva, e que talvez seja a essência que mantinha viva a grande pergunta: “O que é a cidade?”. Martindale quer trazer uma subjetividade da experiência urbana para o estudo empírico e científico da cidade, investigando, se não o que é uma cidade, ao menos o que seria a essência urbana, que ele descreve ser perceptível nos “momentos no alvorecer de toda cidade quando os círculos, retângulos, polígonos e triângulos — a geometria da cidade —

parecem flutuar na névoa, como a essência do espírito humano resgatado da terra” (MARTINDALE, in: WEBER, p. 10, tradução nossa).

Esse observar subjetivo vai se incorporando no estudo das cidades, mesmo antes dos questionamentos de Martindale (na verdade o sociólogo se queixa do excesso de estatística e da falta de interpretação). Nas abordagens sociológicas do urbanismo, Giddens e Sutton (2017) relatam surgir no final do século XIX a tese sociológica “de que as cidades e a vida urbana possuem uma qualidade particular ou forma de vida” (GIDDENS; SUTTON, 2017, p. 101-103). Essa tese avança com a percepção do individualismo crescente, que iria abandonando o senso de comunidade na medida em que as cidades cresciam, com pesquisadores como Ferdinand Tönnies. Depois Georg Simmel tentou compreender “a experiência e a qualidade de vida urbana, focando em como as pessoas conviviam com a cidade” (GIDDENS; SUTTON, 2017, p. 101-103).

A Escola de Chicago trouxe a perspectiva ecológica, com grupos sociais gravitando na direção de determinadas áreas da cidade. Os principais nomes da Escola foram Louis Wirth, que insere a ideia do urbanismo como modo de vida; Roderick Mackenzie, com os estudos de vizinhança; Ernest Burgess, que estuda grupos e temas como o crime, além de descrever com outros colegas da Escola a ideia de Zonas Concêntricas da cidade, que se expandem a partir do centro; e, por último, Robert Park, jornalista de carreira que se torna acadêmico e, com a experiência dos jornais, identifica no multiculturalismo da cidade, na experiência das ruas, dos grupos sociais, das conversas com pessoas no espaço urbano, o objeto empírico de onde se pode extrair modelos e conceitos sobre a cidade.

Na perspectiva econômica, o economista americano Edward Glaeser remete-se à urbanista Jane Jacobs, “que conhecia a necessidade de andar pelas ruas de uma cidade para ver sua alma” (2016, p. 12). Mas critica o idealismo de Jacobs que se permite acreditar que restringir altura de edifícios e preservar antigas vizinhanças garantiria sustentabilidade nos bairros e preços dos imóveis, ao que ele indica: “Quando as cidades restringem novas construções, elas se tornam mais caras” (GLAESER, 2016, p. 12) — um exemplo que bem se encaixa em Brasília. Glaeser acredita que grandes adensamentos urbanos provocam inovação e

progresso, pois “a força que advém da colaboração humana é a verdade central por trás do sucesso da civilização e o principal motivo da existência das cidades” (GLAESER, 2016, p. 16). O economista ataca os subúrbios como forma de afastar a força produtiva das cidades, com altos custos ecológicos por conta de transportes e desmatamento, e confere ao determinismo urbano a estagnação de muitas cidades.

Mas na crítica a Jacobs, com a perspectiva econômica que deposita na capacidade produtiva dos indivíduos adensados o grande trunfo da cidade, Glaeser parece desconsiderar alguns pontos-chaves do que disse a autora sobre cidades, onde a cidade encontra, mesmo que bem-sucedida economicamente, o desequilíbrio, a autodestruição da diversidade:

Seja qual for a forma de autodestruição [nas ruas, quarteirões ou em distritos inteiros], em pinceladas gerais, é isto o que ocorre: uma combinação diversificada de usos em determinado local na cidade torna-se nitidamente atraente e próspera como um todo. Em virtude do sucesso do lugar, que invariavelmente se deve a uma diversidade emergente e atraente, desenvolve-se nessa localidade uma concorrência acirrada por espaço. Ela adquire uma dimensão econômica equivalente a uma coqueluche. Os vencedores da concorrência por espaço representarão apenas uma pequena parcela dos muitos usos que geraram sucesso conjuntamente. (JACOBS, 2014, p. 269).

Por isso Jacobs (2014) suspeita dos hiper investimentos e acredita na preservação e no cuidado com os espaços, sempre na perspectiva de quem caminha pela cidade, como exemplo de vitalidade, e não de estagnação.

Existe uma cidade, no entanto, que não é visível em qualquer caminhada em qualquer direção. É a cidade que o comunicólogo André Lemos (2004) afirma estar “se transformando na velocidade das trocas planetárias, modificando o próprio imaginário das cidades” (LEMOS, 2004, p. 19). Lemos considera que a cidade se desenvolve sempre em relação às redes técnicas e sociais, e que hoje, nesta perspectiva, temos uma “nova rede técnica (o ciberespaço) e uma nova rede social (as diversas formas de sociabilidade *on-line*), configurando as cibercidades contemporâneas” (LEMOS, 2004, p. 20). O autor sintetiza a cibercidade como:

(...) um conceito que visa colocar o acento sobre as formas de impacto das novas redes telemáticas no espaço urbano. Redes de cabos, fibras,

antenas de celulares, espectro de ondas de rádio permitindo uma conexão *wi-fi*, entre outras, estão modificando a nossa vivência no espaço urbano através do teletrabalho, da escola *on-line*, das comunidades virtuais, dos fóruns temáticos planetários. O que está em jogo é a redefinição do espaço público e do espaço privado. (LEMOS, 2004, p. 20)

Lemos (2004) classifica as cibercidades como “não-paisagens”, um contraponto profundo com a cidade que se observa ao caminhar de Jacobs. Mas que vai, marcadamente, se aproximar do que, atualmente, o filósofo Byung-Chul Han (2018) considera o desvanecimento da esfera pública, sobreposta pela esfera privada e particular, narcisificada e egoificada, onde a circulação e a produção de comunicações engendram novas formas de convivência — ou a ausência de convivência, suplantada por uma vivência conectada não coletiva.

Seja como forem observadas as cidades pela produtividade científica, com ideologias, métodos, objetivos e motivações das mais diversas, e sem entrar no mérito do impacto de tais abordagens na cidade propriamente dita, o que destacamos desse brevíssimo panorama é a noção de que a cidade é o *locus* por excelência dos sistemas sociais na sociedade complexa. Sejam quais forem os níveis relacionais entre os sistemas e o ambiente, sejam quais forem as comunicações, sejam quais forem as observações das observações da cidade, ela guarda em si, por um momento, marcada no tempo e no espaço num átimo dinâmico, o retrato mais fiel da sociedade (e por ser retrato, por isso mesmo incompleto e arbitrário).

2.2 Cidades são sistemas sociais

A cidade flui como o rio de Heráclito: é impossível estar na mesma cidade duas vezes. Já é outra cidade, outra rua, outra buzina, outro transeunte, outro animal, outro silêncio. Tudo é passagem. A cidade contrai, expande e pulsa em um fluxo contínuo de transformação. O movimento é o combustível da cidade – ainda que um certo caráter permanente acesse os tempos em cada cidade. A interação dinâmica entre paisagem urbana e indivíduos projeta uma observação para o movimento. Observamos a pulsação urbana da cidade enquanto sistema social marcado pela improbabilidade da comunicação. Complementares, as duas noções

centralizam na comunicação o elemento formador da sociedade. Aproximamos a ideia aqui proposta de movimento com a concepção dos efeitos comunicativos de Niklas Luhmann (2016). Por consequência, consideramos a cidade um sistema social.

O urbanista Kevin Lynch (2018) fala de um “prazer especial” ao se olhar a cidade, ainda que o panorama seja comum, cotidiano (como a Paris adorável de Barthes); os sentidos não são suficientes: “A cada instante, há mais do que o olho pode ver, mais do que o ouvido pode perceber (...)” (LYNCH, 2018, p. 7). Para Lynch a observação da cidade é quase sempre parcial e fragmentária, embaralha os sentidos porque os mantém todos em operação. A cidade não atinge um acabamento, um final, é uma constante construção, “uma contínua sucessão de fases” (2018, p. 7). A percepção que se pode fazer da cidade, portanto, é sensorial e contingente. Para Lynch, são os “indicadores sensoriais inequívocos a partir do ambiente externo” (2018, p. 4) os elementos que organizam a sobrevivência na cidade que está em movimento. Com um sistema de referências complexo e o espaço organizado, a paisagem urbana oferece uma imagem (o recorte social a que nos referimos na seção anterior) capaz de construir sentido, de comunicar sentido, e na observação desse processo, o sistema se auto-observa, a cidade autorreferente constitui-se sistema e meio de comunicação. Lynch cita as reminiscências da comunicação de grupo, papel que a cidade cumpre exemplificado no fato de que a cidade natal é o ponto de contato comum e eficiente para os solitários soldados que se identificam entre si durante a guerra.

Lynch considera que a imagem da cidade não é dada. Ela não existe para ser observada. É o observador, no processo comunicativo de três seleções (informação, participação e compreensão), que processa internamente a comunicação (a imagem) da cidade, em um percurso auto-poético e autorreferente. Lynch descreve a construção da imagem como “um processo bilateral entre o observador e seu ambiente” (2018, p. 7).

Se a cidade, como mencionamos, é um recorte momentâneo (e limitado e insuficiente) da sociedade, não é porque ela observa a sociedade; na verdade ela observa a si enquanto sistema social diferenciado do ambiente complexo no qual está inserida; ambiente este que a sociedade integra. A sociedade é ambiente da cidade. E a cidade é ambiente

da sociedade. A imagem da cidade só é possível para a própria cidade em uma auto-observação que reduz a complexidade de seu ambiente complexo. O sistema psíquico, acoplado estruturalmente a essa cidade, pode observar a observação da cidade na diferença entre ela e o ambiente não por absorver essa imagem, mas por reconstruí-la dentro de si ao selecionar, organizar e conferir significado ao que observou, mas isso tudo numa operação interna, sem absorção do ambiente, mas de reconstrução do ambiente dentro de si, pela diferença.

A cidade não é um dado *a priori*. A cidade não só está em movimento como ela é o movimento, um movimento contingente (a natureza, a guerra, a economia, tudo pode destruí-la) constante e instável mas altamente dinâmico e estável nesse dinamismo, de modo que é o dinamismo o elemento de continuidade num sentido de preservação da identidade e reorganização permanente dos elementos internos da cidade. A cidade é um sistema social porque ela se diferencia do ambiente complexo que a circunda, porque ela é capaz de autorreprodução a partir de seus próprios elementos e porque ela é estruturada por comunicações. Quando Lynch fala das “imagens públicas” da cidade, nos aproximamos de um o conceito para o que é comum na cidade: “Parece haver uma imagem pública de qualquer cidade que é a sobreposição de muitas imagens individuais. Ou talvez exista uma série de imagens públicas, cada qual criada por um número significativo de cidadãos” (LYNCH, 2018, p. 51). Nos permitirmos considerar essas imagens comunicações. Cada sistema psíquico processa suas próprias comunicações na relação de mútua irritação com a cidade, por acoplamento estrutural. A construção de sentidos mediada pelos meios de comunicação simbolicamente generalizados amor, poder, arte, verdade, dinheiro permite que o acoplamento estrutural não inviabilize a continuidade dos sistemas acoplados (sistema social cidade e sistema psíquico), uma vez que a cidade opera hiper complexidade nas relações da cidade com seus inúmeros subsistemas complexos – que para ela são ambiente e parte emergente e contingente ao mesmo tempo – (jurídico, governo, Estado, segurança, saúde, educação, transporte, economia, tributação), todos operando, por sua vez, inúmeros outros subsistemas. É na construção do que é público, mediado por informações do que é adorável/odiável,

compulsório/rejeitado, escasso/abundante, belo/feio, verdadeiro/falso, que a cidade enquanto sistema social estabiliza seu ambiente complexo, ou, melhor dizendo, estabiliza-se diante de seu ambiente complexo. O imaginário da cidade processado como comunicação (e como consciência para os sistemas psíquicos) é seu elemento de estabilidade.

Portanto, a cidade como sistema social programa os espaços diferenciando o que é urbano do que é rural e o que é público do que é privado. As operações de construção, trocas, mobilidade, ensino, arrecadação e investimento, se processam nas vias, nos bairros, nos territórios, nos limites, ou seja, em toda uma paisagem da cidade que termina por estruturar através dessas comunicações a própria cidade.

2.3 Cidades capitais

Nossa perspectiva aqui é situar o tipo de cidade que termina por se definir como cidade capital. Mais adiante, nos próximos capítulos, elaboraremos como a cidade capital é em si um sistema social, e é um sistema social porque se diferencia da cidade comum. Não a cidade comum como uma outra cidade, um *outro* hipotético relacional, mas a própria cidade comum que abriga o aparato físico e simbólico da cidade capital. Ou seja, no caso de Brasília, coexistem em um mesmo espaço a cidade comum e a cidade capital, acopladas estruturalmente. Uma é ambiente da outra.

De maneira simples e resumida, a capital é a cidade que serve de sede para o governo de um país, uma província, um estado ou outros tipos de áreas administrativas. Seja qual for a cidade capital e seja qual for a entidade (Estado-nação) para qual ela executa capitalidade, a participação da cidade capital no ambiente dessa entidade é decisiva. Meira Penna (2002) designa a capital como a “cabeça pensante do estado”.

A capital de um país tem mais uma peculiaridade: o cidadão que participa da cidade não é apenas o que reside na cidade capital, mas todo cidadão do território organizado pelo Estado nacional. A cidade capital é tanto símbolo quanto instrumento. Nesse momento não nos interessa o importante debate sobre a necessidade ou não da monumentalidade para a cidade fazer-se capital, nem as concepções de capital como vitrine, aqui queremos discutir nos níveis mais básicos o que faz de uma cidade uma capital. Para nós, capital é a sede do governo e centro administra-

tivo. Essa já é tarefa demasiadamente complexa para sobrecarregarmos agora a cidade capital e o conceito com outros imperativos capitais.

As capitais, como afirma o historiador e urbanista Anthony D. King (1999), são “centros de produção, circulação e consumo de cultura nacional” (KING, in: BARROSO, 1999, p. 125). Não somente em sua estrutura física, no acolhimento da sede do governo, da administração, da legislatura e da justiça, mas também no seu caráter mais intrínseco, o cultural, a cidade capital é impregnada do que é “nacional”. Não quer dizer que a capital é o único centro nacional de um determinado país, nem mesmo o principal no que diz respeito à cultura e auto-observação daquela nação. O que é decisivo aqui é que a cidade capital necessariamente articula o que há de nacional nas relações entre Estado, identidade e território.

No cotidiano o mar se torna paisagem para o morador de uma cidade litorânea, ou as montanhas em uma cidade serrana, na cidade capital as formas de poder materializadas passam a compor uma paisagem muitas vezes indiferente para o morador. Já para o visitante, ou para o telespectador que assiste o noticiário, as capitais serão quase sempre associadas ao Estado, ao poder, ao governo e aos políticos, aos assuntos nacionais. Para o residente da capital, aquela é apenas (e isso não é pouco) a paisagem. Ou uma imagem das imagens da cidade.

King (1999) faz uma distinção entre as capitais planejadas (principalmente a partir do século XIX) e as capitais que ele denomina como capitais imperiais, ou pós-coloniais. Madri, Londres, Lisboa, Viena, Paris, Istambul, carregam outros elementos além da capitalidade que não estão presentes nas capitais planejadas (ao menos não ainda). Funcionalmente, para King, “a capital pós-colonial expandiu-se e inflou-se em seu papel anterior” (1999, p. 125). Tornaram-se cidades globais, de um cosmopolitismo inerente ao papel das nações que representam e abrigam ao longo dos séculos. Dessa maneira, são capitais com maior influência regional e internacional do que as capitais planejadas, mesmo as mais antigas como Washington (que não se compara em termos de força cultural com Nova Iorque, Chicago ou mesmo Los Angeles, no caso americano).

Ao longo da história das nações, diversas cidades nasceram para ser capitais, outras se tornaram capitais através da proeminência militar,

religiosa, econômica. Um fenômeno interessante para perceber o retrato do Estado, da nação, da nacionalidade é quando a capital de uma nação muda. Meira Penna (2002) enumerou mudanças de capitais ao longo da história. A mudança de uma capital, assim como a construção de uma nova (ou o caso duplo de Brasília), revelam o mesmo fato: a busca por uma identidade nova ou a afirmação triunfal de uma identidade pelo Estado. No Egito antigo o faraó herege Akhenaton fundou Akhetaton para receber um novo Estado, uma nova religião, se desvinculando das antigas nobrezas de Memphis e Tebas e de um passado sacerdotal dominante, porém, poucos anos depois da morte do faraó a “cidade do horizonte” foi abandonada e a capital voltou a ser Tebas; Alexandre, o Grande, fundou mais de setenta Alexandrias no mundo antigo, mas foi através da Alexandria no Egito que pretendia unir o mundo helênico ao egípcio numa cidade “mundial”, que mais tarde triunfaria enquanto cidade, mas não enquanto capital, mantendo Atenas e Memphis como as capitais dos dois mundos divididos; Constantino deu mais mil anos de duração ao Império Romano quando mudou a capital de Roma para antiga Bizâncio e fundou Constantinopla; quando o Japão começou um relativo processo de ocidentalização, foi fundamental a mudança do imperador, partindo de Kyoto para a capital militar, Tóquio, a antiga Yedo dos Xoguns; ora abraçando e ora rejeitando os povos do norte, a capital chinesa alternou entre várias cidades até se estabelecer em Pequim, mais ao norte, absorvendo os povos que consideravam “bárbaros” e permanecendo com um mesmo caráter nacional chinês através de milênios, superando no tempo qualquer civilização ocidental nesse ponto; buscando uma política centralizadora depois do governo universalista de seu pai, Felipe II adotou Madri como símbolo da Espanha unificada no século XVI, dando um caráter continental ao Império marítimo; buscando uma aproximação com a Europa e a modernidade, Pedro, o Grande, planeja e constrói uma nova capital para o Império Russo e assim São Petersburgo permaneceria de 1703 até o retorno da capital para Moscou, em 1918. Outras capitais foram construídas, planejadas, destruídas, reerguidas, abandonadas ao longo da história. Todas revelam um pouco da nação ao qual pertenciam e para a qual queriam dar uma feição inequívoca.

Por ora, observamos algumas observações da cidade capital (incluindo as já enumeradas, como a “cidade do príncipe” de Weber) com ênfase no que a diferencia das outras cidades. Basicamente: a cidade capital é sede administrativa nacional. Essa simples afirmação tem enorme complexidade resultante, é dela que trataremos em nossos fundamentos para uma teoria da cidade capital, com a intuição de que a observação das comunicações que perfazem a distinção entre a cidade capital e a cidade comum em uma mesma localidade é nossa chave teórica. Antes, vamos observar observações de Brasília.

CAPÍTULO 3

Brasília, cidade capital e cidade comum

Os eventos críticos que culminaram nas grandes guerras sistêmicas da primeira metade do século XX resultaram em uma nova ordem internacional com a inauguração do direito internacional de fato (Gullo, 2014), partindo do princípio balizador idealizado da igualdade dos Estados-nações no sistema internacional. O Estado-nação brasileiro, atuante de primeira hora nesse renovado sistema, o fez se afirmando cada vez mais “brasileiro”, se contrapondo ao não-ser brasileiro que afligia o Estado, a identidade nacional e o território nacional: a ausência de si mesmo, o não-ser presente na sombra colonial histórica. O não-ser brasileiro contido no ser da nação brasileira foi o elemento de potência que impulsionou a autoafirmação dos elementos Estado brasileiro, identidade nacional e território nacional. Era preciso negar o outro em si, o outro colonial. A nação busca a si mesmo como um resgate de uma versão imaginada de si que teria sempre existido (ou ao menos desde 1500). Um *self* que resulta das auto-observações que a nação brasileira intensifica com o advento da modernidade (na esfera artística, na esfera política, na esfera econômica, na esfera científica). O “puramente” brasileiro marca a diferença para as outras nações, envolve regionalidades e sertões

reimaginados, além da nascente industrialização, da urbanização que se intensifica no litoral e começa a existir no interior, novos grupos políticos e vontades, presentemente nos polos produtivos do eixo Rio-São Paulo, mas também crescente nas capitais regionais de norte a sul. O Brasil está se transformando rapidamente (e o mundo) e os elementos Estado, identidade nacional e território nacional multiplicam conexões. Em um movimento que quer capturar (para crescer) e imobilizar (para controlar) essa nova dinâmica, a velha discussão da mudança da capital, já transformada em imperativo constitucional, vira promessa de governo nos anos 1950 e o contexto e uma explosão de vontade mobilizada e canalizada consolidam a mudança. É possível buscar razões para mudança nos anseios políticos do presidente Juscelino Kubitschek; nas intensas questões locais do Rio de Janeiro travestidas de nacionais (e que mesmo quando eram de fato, irritavam o Estado); no desenvolvimentismo que deseja novos espaços, novos mercados, novos esteios e escoamentos de produções; no conservadorismo que quer distância da potencial convulsão social permanente na populosa e potente velha capital (ainda que a irritação popular tenda a retornar com o crescimento da futura capital); ou ainda uma nova utopia para um novo Brasil. O fato é que a mudança é um velho projeto que se tornou nacional aos poucos e que suplantou a capitalidade do Rio de Janeiro na metade final dos anos 1950.

Cidades como Campo Grande, Belo Horizonte e Goiânia, erguidas no interior do país, se somam no ensaio de mudança, interiorização e modernismo que o Estado brasileiro se propõe. O Rio de Janeiro é uma força resultante do modelo colonial, imperial e da velha república. A transformação pela qual passa o Rio (industrialização e urbanização) é amplamente conflituosa com as velhas formas que ela também pretende manter e representar. É um caldeirão de disputas simbólicas, políticas, locais e nacionais. Pode-se dizer que a formação do Estado brasileiro enquanto megaorganização se deu principalmente no Rio de Janeiro e o Rio ainda carrega essa potência, no mínimo, histórica. A ordem vigente, as forças produtivas, a noção de pátria, tudo remetia a uma centralidade no Rio de Janeiro. É uma questão a se discutir se a centralidade se deslocou, e por isso a capital no interior se tornou uma necessidade factual para além da vontade política de ocasião, ou se a mudança da

capital buscou deslocar a centralidade do Brasil para novos ares (e para uma região que vem confirmando seu potencial produtivo, para além da problemática dos jogos da política, que é permanente). Provavelmente as duas coisas coincidem. É provável também que uma nova configuração da megaorganização Estado brasileiro, culminando nos anos 1950 com a eleição de um político de histórico ligado ao centro geográfico do país, Juscelino Kubitschek, busca dar conta de um território nacional cada vez mais complexo em um momento internacional de reposicionamento das grandes economias. O Estado brasileiro organiza e tributa o território que tenta se industrializar e se urbanizar e se expande territorialmente em novos fluxos econômicos potenciais, principalmente em torno da indústria de base e automobilística, e do agronegócio e da exploração de *commodities* em territórios do oeste brasileiro. O Brasil enquanto Estado quer ir além da costa atlântica. O que não é costa atlântica quer o Estado e não apenas por um determinismo econômico, mas também como sedimentação histórica da noção de territorialidade nacional, de expansão e dominação do interior “selvagem” e abrangente que remete aos períodos coloniais desde o Tratado de Tordesilhas, e da ocupação do espaço, com a expansão populacional e de cidades de maior porte surgindo no interior do país, numa emergência que quer se fazer ouvir em pé de igualdade com as potências litorâneas. Entre 1920 e 1960, a taxa de urbanização brasileira saltou de 16,55% para 45,52%. As taxas de crescimento populacional e de urbanização que mais cresceram no país proporcionalmente, entre 1940 e 2010, foram as regiões Sudeste (que contém o estado interiorano de Minas Gerais e o interior paulista) e a região Centro-Oeste.¹

A cidade capital enquanto sistema (e aqui não falamos da cidade comum Rio de Janeiro, mas da cidade capital enquanto sistema social), irritada, busca essa nova centralidade, condição de sua existência enquanto representação nacional do Estado, da identidade e do território. O Estado debate uma cidade capital que dê conta de sua crescente complexidade territorial e geopolítica e tem os mecanismos para mudança já previstos na constituição desde 1891 e estudada em pormenores por diversas missões

1. Dados do IBGE.

militares e científicas em um território guardado por quase 70 anos para este fim (o que vai de encontro ao senso comum que afirma que se construiu uma capital “do nada” no Planalto Central, este mesmo um outro falso “nada” no coração do país, como veremos).

As comunicações da estrutura cidade capital e as comunicações da estrutura Estado, sistemas irritados mutuamente em um ambiente complexo, tornam a construção de Brasília uma possibilidade viável para a cidade capital manter sua identidade de centro nacional. A mudança da capital é uma importante possibilidade para o Estado manter sua identidade de megaorganização que dá conta de todo o território e complexidade brasileira na América do Sul, que vai muito além da cidade comum (mesmo que extraordinária) do Rio de Janeiro. Além de histórico, político e econômico, esse é um processo fundamentalmente comunicativo e o poder e o amor serão alguns dos meios de comunicação simbolicamente generalizados que vão auxiliar a aceitação de que o Estado e a cidade capital permaneçam existindo perante o território e a nação – o poder motivando uma imaginada “vontade nacional” reivindicada pelo presidente eleito e uma sedimentação da narrativa de mudança; e o amor animando o patriotismo calcado em um imaginado novo nacionalismo, progressista, desenvolvimentista, otimista e integrado à grande virtude econômica e social ocidental. Haveria outras possibilidades para o Estado brasileiro e a cidade capital naquele momento em que de fato mudou-se a capital de localidade? Certamente. Mas uma antiga discussão (com momentos de altos e baixos) já encaminhou formalmente esse feito 69 anos antes da inauguração de Brasília, com a inscrição da mudança da capital para um território central brasileiro — onde de fato ela foi construída — definido desde a constituição republicana de 1891. A mudança da capital brasileira não foi um ato político deliberado e isolado de um estadista em 1955, quando Juscelino Kubitschek confirmou a intenção de construir a cidade, muito mais, foi a concretização da autoafirmação a partir de auto-observações do sistema Estado-nação e do sistema cidade capital. JK (e seu aparato partidário e político), assim como a cidade comum Rio de Janeiro (e toda sua complexidade), são ambientes desses sistemas Estado-nação e cidade capital. As múltiplas irritações nos limites desses sistemas resultam na mudança que não era inevitável, pelo contrário, era até impro-

vável. Mas as comunicações estruturantes do sistema sociedade brasileira (leis, estudos, discursos, obras de arte, notícias, lobby, pressão econômica, política e social), animadas pelos meios de comunicação simbolicamente generalizados, a tornaram possível com o rearranjo dos elementos Estado, identidade nacional e território nacional.

3.1 A mudança

É importante narrar a história da mudança da capital brasileira porque ela evidencia articulações entre Estado, identidade nacional e território nacional desde os tempos da colonização em comunicações que estruturam o que vem a ser o Estado-nação brasileiro. Não é suficiente considerar que essa ou aquela característica da cidade do Rio de Janeiro ou essa ou aquela característica topográfica do Planalto Central são as causas principais para a mudança de endereço da capital nacional. Não descrevemos aqui uma relação causal para a mudança, mas uma série de observações e comunicações sobre os temas da interiorização do esforço social brasileiro, das relações do pacto federativo, da coleta de tributos e da dinâmica econômica, dentre outras questões que surgiam e submergiam no curso da história e dos debates existenciais do Estado-nação brasileiro. Em determinado momento prevaleceu a semântica da troca de endereço da capital como uma ação concreta, viável e irrevogável em direção à interiorização e ao desenvolvimento e consolidação do Estado, identidade e território. Uma oportunidade surgiu na promessa de um candidato à presidência da república e pôde ser ancorada em precedentes formalizados nos âmbitos científico (missões, estudos) e político (constituição, discursos, debates) e na expectativa de mudança por empresários, empreendedores, agricultores, burocratas e uma parte da população, principalmente no interior brasileiro. Ao longo dos anos foram processadas diversas informações sobre a mudança da capital no sistema Estado e no sistema cidade capital. Eram observações sobre a mudança, o local ideal, como fazê-la, a demarcação de um espaço, a inscrição constitucional e contraposições do Brasil Rural *vs.* Brasil Urbano, industrialização *vs.* agronegócio, liberalismo *vs.* socialismo, multilateralismo *vs.* alinhamento bilateral. A cidade capital encontrou na faísca de uma promessa de governo o fogeréu necessário para reformar-

-se num ato ao mesmo tempo conservador e arrojado para equilibrar a nação desequilibrando-a momentaneamente. Nessa oportunidade o poder resolveu para a cidade capital e o Estado a questão da aceitação da mudança comunicando, independentemente do entendimento e da multiplicidade de interlocutores, que a mudança era um ato de vontade nacional inequívoca, democrática, histórica e necessária para evitar a força, a violência e o descontrole – a capital frágil, exposta, volátil e distante da neutralidade que boa parte do território nacional queria para se fazer representar com igualdade de condições. Nada seria feito à revelia, o poder garantiu. O interesse nacional tutelado pelo Estado permitiu a superação (legislada politicamente) da dicotomia do código jurídico lícito/ilícito e outorgou à Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (Novacap) superpoderes decisórios para viabilizar a mudança sem entraves burocráticos, ou burocratizando exceções (como o presidente Rodrigues Alves havia feito ao outorgar “superpoderes” ao prefeito Pereira Passos, na antiga capital no início dos anos 1900, que desapropriou terrenos, prédios, casas e lojas e reformou regiões do Rio em nome da modernização).

Ao amor coube resolver a questão da paixão nacional. Como abandonar o símbolo de brasilidade, o Rio de Janeiro? A brasilidade continuaria (e continua) no Rio (assim como em qualquer cidade brasileira). Brasília tem outra missão: a nacionalidade. Não é a formação cultural da identidade nacional que a cidade capital advoga para si, mas a autorização para tutelá-la. Com isso a cidade capital, investindo no amor à pátria, reivindica o ordenamento da nacionalidade. A brasilidade pode ficar onde ela se quiser imaginar estar. Mas a nacionalidade é de domínio da cidade capital. O Rio de Janeiro “continuaria lindo” (como na canção de Gilberto Gil) enquanto a nacionalidade finalmente triunfaria, junto ao Estado-nação e ao território nacional dominado e integrado. E não pela força, pela guerra ou pelo conflito, mas pelo amor ao Brasil histórico e ao Brasil que se tornaria possível. O Brasil que era (e que o Rio tão bem representara até então, e mais do que isso, ajudara a formar) se encontraria em Brasília com o Brasil que poderia ser (o país do futuro em que tudo seria possível, principalmente o desenvolvimento e o alcance final da modernidade). Que brasileiro não amaria encontrar-se e continuar-

-se nesse novo Brasil? Mesmo que uma quantidade significativa de gente rejeitasse a ideia, prevaleceu a aceitação que o amor ajudou a comunicar e construir, impulsionado pelo próprio gênio carioca “nacional”, expresso nos arquitetos, engenheiros, elite burocrática e inclusive poetas e músicos que botaram a mão e as ideias na massa que modelou o imaginário brasileiro nos anos 1960 que aceitou a mudança. A mão na massa de cimento e concreto para erguer a cidade de fato ficou por conta de outros brasileiros e brasileiras, em sua maioria nordestinos, goianos e mineiros², e desse grupo a maioria negros e mestiços³, que construíram, ocuparam e, além de um país e uma cidade, imaginaram a oportunidade de uma nova vida.

A capital não mudou de endereço apenas porque o Rio era inseguro ou porque era necessário ou vantajoso se afastar de grandes contingentes populacionais. Mas essas duas observações e distinções (capital segura de ataques marítimos externos e longe de um grande contingente populacional) marcaram a diferença entre a capital daquele momento (Rio) e uma nova imaginada (Brasília), entrando e reentrando recursivamente no sistema cidade capital. A diferença entre o que *era* e o que *poderia vir a ser* se somou a outras distinções e observações e comunicações recursivas (interiorização do país, aproximação com o centro-norte, desenvolvimento da região amazônica), e complexificou a diferenciação ao ponto que mudar ou não mudar a capital deixou de ser o tema principal sobre esse assunto para ser parte de um tema maior: a capital que *era* e a que *poderia vir a ser* assumiu a posição da diferença do Brasil que *era* e o que *poderia vir a ser*. Contingências políticas, econômicas e culturais abriram uma janela para a decisão e a ação de mudar. A mudança não é uma consequência causal inevitável/evitável; antes, é uma funcionalização do sistema cidade capital na sociedade que se complexifica, estruturada por comunicações que, sobre esse tema “mudança da capital”, gerou o tema da diferença entre a capital que *era* e a que *poderia vir a ser* e que, evolucionariamente, terminou por favorecer a mudança.

O historiador francês Laurent Vidal (2009) propõe analisarmos a capital Brasília muito antes de sua materialização, desde a ideia de

2. Dados da CODEPLAN.

3. Idem.

centralização e conquista do território por Marquês de Pombal, no século XVIII, com várias incursões na história até chegarmos na cidade modernista. A ideia de mudança, esse percurso autopoiético de aumento contínuo de complexidade da imaginada nova cidade capital brasileira (em discussões ocorridas no próprio Rio de Janeiro) e do imaginado Brasil moderno começa a se observar e comunicar, gradualmente, a partir do tema da interiorização, do desenvolvimento regional, da industrialização e urbanização que poderia se espalhar pelo território nacional com acréscimos semânticos, econômicos e políticos para Estado e a identidade nacional.

Para o historiador Paulo Bertran (2011), ao se observar Brasília, não se pode dissociá-la do território que a abriga: “(...) a história do Planalto Central é interminável: pelas dimensões geológicas remonta, no mínimo, a 1 bilhão de anos. Pela escala arqueológica, da povoação indígena, pode retroceder a 12 mil anos ou muito mais” (BERTRAN, 2011, p. 484). O autor afirma ainda que a colonização do planalto por “colonizadores de extração luso-brasileira-africana, teria no mínimo dois séculos e meio” (BERTRAN, 2011, p. 484). Se condensarmos o tempo da nova capital brasileira nos três anos efetivos sua construção material, ou nos últimos 62 anos de sua história desde a inauguração, perdemos observações de como o tema da mudança e criação da nova capital avança evolucionariamente, ainda que uma evolução para incerteza.

A mudança da capital foi parte, mesmo apenas como ideia, do projeto colonizador português e seguiu constantemente debatida no repetidamente renovado projeto de nação. Brasília é o resultado de quase dois séculos de idealizações, discussões, projeções, desejos e esforços realizados e abortados até ser inaugurada em 1960. A capital, porém, nasceu de um esforço faraônico tão intenso que ofuscou o passado e o futuro da cidade, reduzindo a história e as análises da capital, muitas vezes, apenas ao esforço de construção da cidade e aos resultados mais literais dessa construção (fracasso/sucesso do projeto urbanístico e político). Uma análise quase sempre emaranhada nas motivações políticas do momento da construção (as questões políticas dos anos 1950 que culminaram no trauma de mais um golpe de estado nos anos 1960), na arquitetura e no urbanismo (o modernismo criticado), ou nas motivações políticas do momento da análise de quem observa a cidade.

O Estado-nação é um ente em permanente construção pedagógica e de reafirmação, essa construção no caso brasileiro se deu no Rio de Janeiro de forma inequívoca com a agitação política e econômica desde a chegada da corte portuguesa em 1808, depois a declaração da independência, a formação do Império, a Proclamação da República, as sucessivas manobras políticas de consolidação e tumulto dessa república até o curto período democrático que impulsionou a mudança da capital. O Rio ainda constrói e reconstrói a noção de nação no Brasil (como diversas outras regiões do país também o fazem). Esse papel foi descentralizado dramaticamente com a mudança da capital, a intensa urbanização do país, o crescimento de diversas e dinâmicas regiões metropolitanas e a complexificação do Estado nacional diante de um sistema internacional cada vez mais conectado e interdependente.

De uma perspectiva da mudança há uma história de Brasília anterior à construção da cidade: “E se o historiador se interessasse pelo tempo da cidade como projeto, entre pensamento mítico e ação concreta?” (VIDAL, 2009, p. 11). Do ponto de vista do território, nenhum espaço, nem mesmo o deserto, poderia ser o “meio do nada”, um vazio absoluto. Sua própria existência já é um significado. E no caso do Planalto Central brasileiro, esse “meio do nada” já era estudado, mapeado, ocupado (por povos originários e colonos, ainda que sem grande densidade humana) e compreendido como centro irradiador das nascentes que formam as principais bacias hidrográficas do país muito antes da capital ser construída. Este “meio do nada” é um local pleno para o qual Brasília é destinada a domar e ao mesmo tempo ser domada por ele entre um imponente céu e um chão ancestral onde percorrem hoje os brasileiros brasilienses.

Brasília foi inaugurada em 21 de abril de 1960. Quatro séculos antes disso o colonizador português ocupou territórios da costa atlântica da América do Sul. Os fortes e vilas construídos à revelia dos habitantes da terra eram intensamente fustigados pelos povos invadidos e por europeus concorrentes. A corte de D. João III, rei de Portugal à época do início da colonização portuguesa na América do Sul, em meados do século XVI, criou capitânias subdividindo o território ocupado pelos portugueses para ser gerido e ocupado por regentes vindos diretamente da nobreza portuguesa. A partir da segunda metade do século XVI os

portugueses intensificaram o domínio à força daquelas terras. Até então o esforço colonizador português se concentrava no Oceano Índico.

Em 1549 foi construída Salvador a partir de um decreto do monarca. O local foi escolhido com precaução e sob o controle direto da coroa, o plano da capital foi estabelecido e os prédios do poder foram desenhados e construídos. A sede do governo-geral abrigava a Suprema Corte, o governo e os principais agentes fiscais do rei. As historiadoras Lilia Schwarcz e Heloísa Starling contam que por causa da situação portuária, Salvador também logo se converteu em porto exportador do pau-brasil e, depois, da cana-de-açúcar (2015, p. 67). Salvador inaugura o modelo que vai marcar as duas primeiras capitais administrativas do território brasileiro: sede administrativa à mercê das transformações políticas e econômicas do colonizador e principal entreposto marítimo para o sistema mercantil internacional, basicamente as relações de monopólio com a coroa portuguesa. O Brasil colonial português vai se formando no litoral, se voltando para fora e “se condensando exclusivamente lá onde era possível produzir aqueles gêneros e se pudesse entregá-los com mais facilidade ao comércio internacional”, como descreve o historiador Caio Prado Júnior (1972, p. 235). Enquanto isso, restava à população nativa que não fora escravizada, catequizada ou exterminada, fugir para o interior. Naturalmente, as duas primeiras capitais brasileiras são litorâneas e voltadas para o exterior e é justamente essa lógica que vai retirar de Salvador o título de capital e entregá-lo ao Rio de Janeiro, em 1763.

O Rio de Janeiro, desde o século XVII vai se tornando o centro colonial de Portugal na colônia sul-americana. Entre 1630 e 1654, as cidades de Olinda e Recife, além de parte do território da capitania de Pernambuco, foram ocupadas por holandeses. Antes disso, em 1625, uma grande frota lusitana precisou expulsar holandeses de Salvador. O porto da capital administrativa do Vice-Reinado já não era local seguro e central para a coroa e seus negócios, levando em conta o fato de que parte do nordeste brasileiro, justamente a capitania mais rica de Pernambuco, permaneceu sitiada por três décadas. Com isso o tráfego marítimo entre a colônia e a metrópole fica reservado ao porto do Rio de Janeiro. A “capital” do sul da colônia ganha importância econômica e geopolítica, ainda mais quando foi encontrado ouro no interior do país, no final do século XVII, na região

que os portugueses chamavam de “Cataguás”, aludindo aos povos originários que migraram até lá escapando do litoral do Ceará, rumo ao que viria a ser Minas Gerais. Mais uma vez, como acontecia com a produção de açúcar, o destino do ouro estava além-mar e todo o esforço empreendido na colônia era para traçar o caminho do metal até a Europa. Ainda que tenha provocado a povoação mais concreta do que hoje é o estado de Minas Gerais, o sentido da exploração ainda era o litoral brasileiro, e, dessa vez, o porto principal e mais próximo era o Rio de Janeiro. Para explicar a mudança do centro colonial, soma-se a esses fatores a proximidade do Rio com a bacia do Prata e a colônia do Sacramento, hoje cidade uruguaia, importante posto avançado para a coroa portuguesa no sul do continente. Considerando a orientação da colonização portuguesa para o litoral brasileiro, o Rio de Janeiro era o que havia de mais central e aglutinador de interesses administrativos e comerciais no Brasil do século XVIII. Além disso, as questões de segurança, como bem demonstrou a invasão holandesa, fizeram de Salvador um posto frágil.

Mas a mudança para o novo centro administrativo do vice-reino demorou e só aconteceu de fato em 1763. O Rio de Janeiro, cidade fundada em 1565 após a expulsão dos franceses huguenotes e durante a duríssima guerra com povos originários confederados que não renunciavam à região, assume posto ainda mais importante apenas 25 anos depois de se tornar a capital da colônia sul-americana: torna-se, em 1808, a capital do Império português.

A monarquia absolutista estava em xeque no mundo ocidental desde o final do século XVIII. Os ideais iluministas e liberais que derrubaram a corte francesa, forjaram a república dos Estados Unidos e que inspiraram a Conjuração Mineira a sonhar também com uma república autônoma no Brasil, ainda em 1789 (com uma capital imaginada em Minas Gerais, já uma ideia de interiorização), promovem uma cadeia de ações e reações no mundo ocidental com consequências diretas para a formação do Estado brasileiro e da maioria dos Estados nacionais europeus e americanos ao longo do século XIX. Apesar dos ideais antiabsolutistas da época e das constantes e sangrentas revoltas no território colonial, é justamente a chegada da corte monárquica portuguesa no Brasil, em 1808, ao fugir da invasão de Napoleão Bonaparte à península ibérica,

que resulta na formação de um Estado brasileiro e, por consequência, sua capital nacional. Do simples estatuto de colônia, o Brasil ascende de fato em termos de Estado.

O Rio de Janeiro como capital nacional tinha uma diferença fundamental para qualquer outra capital do continente americano: era também a sede de um império europeu instalado na América — incorporando o que esse fato pode ter trazido de bom e de ruim ao país e à cidade.

A chegada da corte transformou o Rio de Janeiro. A cidade cresceu. Em seis anos saltou de 60 para 90 mil habitantes. Para abrigar e dar forma ao Estado, mediado pelo poder, obras são erguidas e casas desapropriadas para ocupação da corte e burocracia imperial. Uma nova elite local se forma ao redor da corte, somando-se à que chega de Portugal. Os fidalgos, militares e funcionários do segundo escalão chegavam aos milhares e o vice-rei os alojavam nas habitações desapropriadas na cidade. Para compensar a insatisfação dos residentes, principalmente comerciantes portugueses que moravam na cidade, o rei concedeu, até voltar para Portugal, em 1821, 235 títulos de nobreza e mais 4,5 mil títulos de cavaleiros, comendadores e grã-cruzes: “Assim, ao lado da nobreza titulada fora do país, surgia, aos poucos, uma nobreza da terra, ávida pelos mesmos símbolos de distinção” (SCHWARCZ, 2015, p.181). Sem espaço nos círculos de poder da França após a queda de Napoleão, artistas franceses como Debret e Montigny chegaram ao Rio de Janeiro e passaram a retratar a corte em pinturas e construções, lhe concedendo ares de grandeza num espaço tido anteriormente por selvagem e primitivo, mas que agora se esmerava para aceder às mais sofisticadas capitais da Europa. Após a morte da rainha Maria I, o príncipe regente D. João VI é coroado rei na capital em evento de grande pompa, ninguém jamais havia visto algo parecido acontecer no Brasil ou em qualquer lugar da América: a sucessão de um rei europeu. Outra grande festa se deu para chegada da arquiduquesa austríaca, Leopoldina Habsburgo, que em arranjo envolvendo as cortes inglesa, portuguesa e austríaca, se casaria com o herdeiro português, D. Pedro. O Brasil, ou melhor, a cidade capital brasileira vai se formando enquanto cria agora as memórias oficiais, como explica Schwarcz: “A cada festa a nação era fundada, a representação criava realidade — não o oposto —, assim como se aprimorava a engenharia do ritual” (2015, p. 199). Pela primeira vez, e talvez única, os arranjos

e as formas de atuar da nobreza governante do velho mundo tem como palco um país americano. Aos poucos, a capital do Reino Unido do Brasil, Portugal e Algarve, ganha identidade e se torna vitrine de um novo Império: cidade vibrante, onde circulam gentes e mercadorias de todo o mundo, sede de uma monarquia europeia instalada nos trópicos. Nada disso impede, no entanto, que justamente nessa época se inicie um debate sobre a mudança da capital a partir de uma concepção que toma força entre os conselheiros do rei e formadores de opinião.

Pelo menos duas personalidades influentes defenderam a ideia documentadamente à época de D. João VI. A primeira proposta parte do conselheiro Antônio Rodrigues Veloso de Oliveira, juiz e desembargador, que apresenta à corte do então príncipe regente, em 1810, uma monografia em que propõe uma nova maneira para distribuir o povoamento brasileiro. Uma das medidas seria levar a capital para o interior. Uma segunda proposta surge do jornalista liberal e crítico do império, Hipólito José da Costa, exilado em Londres, de onde imprimia o jornal criado por ele, *Correio Braziliense*. As propostas defendem que a capital no interior integraria o Brasil, seria mais segura para ataques de invasores e ajudaria a povoar o país. Costa sugere, inclusive, que a capital se situe na província de Goiás. Os autores sugerem também outras razões para mudança da capital: afastar o governo do povo e evitar revoltas populares e de escravos, como aconteceu no Haiti, em 1791, uma vez que no Rio de Janeiro daqueles tempos, dentre os 90 mil habitantes, havia 38 mil escravizados, além dos africanos livres, afirma Schwarcz (2015, p. 188). Além disso, sugerem também que afastar a administração pública de onde se fazem os negócios seria de grande valia para evitar vícios, fisiologismo e o prejuízo da causa pública. A ideia está condensada no texto da monografia de Antônio Veloso de Oliveira, de 1810:

(...) os negociantes, iludidos com o brilhante da Côrte, desejam fazer-se cortesãos, em vez de serem comerciantes: procuram condecorações e títulos, em vez de procurar sobressair em seu comércio, que é o que lhes convém, e interessa ao Estado. (...) É nesta consideração, além do manifesto interesse de ter a capital no centro da Monarquia, que temos por mais de uma vez dito que o Rio de Janeiro é imprópria para ser a residência da Côrte. (OLIVEIRA, in: VIDAL, 2009, p. 46).

Segundo Vidal (2009), o príncipe regente chegou a cogitar de fato a empreitada de uma mudança da capital, porém foi dissuadido pelo alto custo que tal ato teria. Além disso, é provável que a monarquia portuguesa no Brasil não estivesse tão interessada de fato em refazer-se num império, repovoar um território, reconstruir um futuro. Fazer prosperar o país era condição primordial, mas não havia aí um interesse maior do que permitir o crescimento das receitas para a corte. Ainda era o retorno à Lisboa, a velha capital Lisboa, o sentido do esforço do Estado monarquista estabelecido no Brasil. Para a verve nacionalista de Hipólito José da Costa, não mudar a capital por alegadas dificuldades financeiras, “miseráveis condições”, foi um ato em que “se roubou à sua alteza real, o príncipe regente, a glória incomparável de ser o fundador de uma cidade, que afixaria seu nome, se fazendo imortal para criação de uma vasta monarquia.” (COSTA, in: VIDAL, 2009, p. 46). Como um Alexandre nos trópicos.

Nenhuma das projeções de mudança da capital, mesmo a de Costa, autor mais crítico ao Império, previa uma mudança no regime do governo, muito pelo contrário, a ideia era que a mudança afirmasse a presença, a vontade e a capacidade de um Estado monarquista nos trópicos, capaz de se fazer valer no sistema internacional como importante ator. A capital funcionaria como vitrine funcional e útil de um Estado forte e integrado. As propostas, e mais expressamente no pensamento de Costa, não incluíam — ou deliberadamente excluía — qualquer participação do povo na empreitada. Aliás, o que era o que se definia por “povo brasileiro” na primeira metade do século XIX? Os povos originários, os negros, os mestiços, os brancos nascidos na terra, os portugueses? Quem eram os brasileiros? A resposta depende de perspectivas analíticas. Do ponto de vista político, de quem tinha direitos no país, e quem deveria trilhar os rumos do país, de acordo com os autores da ideia de mudança, eram os homens brancos, com posses e, de preferência, europeus. Essa era a população desejada para a nova cidade capital imaginada no início do século XIX.

Em 1821 a corte retorna à Portugal. O sentido de unidade brasileira entra em questão mais uma vez. A ex-colônia que se tornou sede do Império, e agora o deixa de ser, vai tornar-se colônia outra vez? De que

Estado o Rio de Janeiro é capital a partir de agora? Até o Dia da Independência, em 7 de setembro do ano seguinte, e a promulgação da Carta Constitucional do Brasil Independente, em 1824, mais uma vez o debate sobre a mudança da capital ganha importância dentro de uma discussão ainda maior: o que é, quem será e como se fará um Brasil de agora em diante? José Bonifácio (1763-1838) aprofundou no imaginário nacional a necessidade de uma nova capital, interiorana, para um novo país.

Bonifácio era brasileiro, nascido em Santos, originário de uma família rica. Em comparação com a história americana, pode ser considerado um dos *founding fathers* brasileiros, inclusive é chamado de “pai da independência”. Com o espaço aberto pelo retorno da corte e a movimentação independentista, Bonifácio vai se tornar um pensador da estruturação do Estado brasileiro com participação definitiva nesse projeto até o fim de sua vida. É nesse contexto, e inspirado em ideais de liberdade individual, igualdade de direitos cívicos e políticos — incluindo aí, inclusive, a abolição da escravatura —, que desenha o Projeto Bonifácio.

No que diz respeito à criação de uma nova capital, o projeto sustenta-se intrinsecamente ligado ao pensamento de José Bonifácio sobre como deveria ser o Estado brasileiro. Algumas ideias não diferem dos projetos da década anterior: a reorientação do povoamento brasileiro para o interior, que seria essencial para o desenvolvimento do país, e a proteção da capital que se faz necessária, uma vez que a condição litorânea a tornava frágil. Porém, a grande diferença é como Bonifácio constrói o pensamento para definir suas ideias. Para ele, a Revolução Francesa — o estadista esteve em Paris durante a revolução, em 1790, quando era estudante — mostrou que “não há sociedade nacional que não repouse sobre uma noção de povo claramente identificada” (VIDAL, 2009, p. 54).

Ao incluir no projeto de mudança da capital a noção de “povo brasileiro” e lhe dar importância, Bonifácio insere na concepção de uma cidade capital a ideia de identidade nacional que ultrapassa os monumentos, a sede administrativa e o ordenamento espacial visando uma gestão estatal eficiente, como afirma Vidal: “A mestiçagem, o direito à dignidade e à cidadania de cada comunidade racial constituem a base da sociedade brasileira, segundo o pensamento de José Bonifácio” (2009, p. 54). Para ele, a cidade capital assume papel de representação simbólica

de um povo ao mesmo tempo que o define, levando em consideração que se trata de um Estado-nação em construção, literalmente, após um processo de independência. O Projeto Bonifácio integra a capital — já com o nome de Brasília, sugerido pelo estadista — ao conceito de Brasil que propunha, como símbolo representativo e força irradiadora da nacionalidade brasileira. É preciso ressaltar, no entanto, que quando se referem a direitos políticos e predominância nos ditames do rumo da sociedade, são os brancos de origem europeia (ainda que brasileiros de nascimento) os preferidos por Bonifácio, não diferindo da maioria de seus pares políticos a época.

A construção de uma cidade capital, portanto, para Bonifácio, seria a construção de um país, um povo, uma economia própria e autossuficiente, um projeto social e uma forma de ocupação territorial que iria inserir um Brasil moderno, independente e integrado no contexto internacional. Em 1823, um ano após a Proclamação da Independência brasileira, Paulo Ferreira de Menezes Palmiro, um funcionário público pouco citado quando se conta a história de Brasília, entrega um estudo caudaloso para José Bonifácio sobre a mudança da capital — para a qual dá o nome de cidade Pedrália, em homenagem ao imperador D. Pedro I — com planta baixa da cidade, cálculos, localização exata, projeções urbanísticas e arquitetônicas detalhadas. Em junho do mesmo ano, Bonifácio segue dedicado à causa da mudança da capital e aproveita muito do estudo de Palmiro para apresentar à Assembleia Constituinte seu projeto de transferência, justificando a ideia em quatro argumentos: a segurança do Estado, o povoamento do território, o desenvolvimento do comércio e a preservação da unidade nacional.

Porém, o texto proposto por Bonifácio não teve tempo de ser debatido efetivamente porque em 12 de novembro de 1823, D. Pedro I dissolveu a Assembleia Constituinte, que seguia uma tendência de tentar limitar os poderes do imperador. Muitos deputados são presos e José Bonifácio é exilado na França. O imperador nomeia uma comissão para elaborar a Carta Constitucional mais ao gosto do Executivo, que deveria ser proeminente sobre o Legislativo. A ideia de mudança da capital fica de fora da Carta, publicada em 1824. E para afirmar o Rio de Janeiro como a definitiva capital do novo Império, D. Pedro I atribui ao francês

Grandjean de Montigny a tarefa de dotar a cidade de símbolos da nova nação que se pretende inaugurar: uma nação “europeia” e independente situada nos trópicos.

O Estado brasileiro, no entanto, sofreria instabilidades e renovações em pouco tempo. D. Pedro I retornará a Portugal na década seguinte e a forma de governar e manter o Brasil unido volta ao debate. Mais uma vez a mudança da capital entra em pauta nos círculos do governo. Novas propostas vão surgir, sempre calcadas no desejo de unir a fundação da capital ao ímpeto de afirmar uma nacionalidade brasileira. Dessa vez, o romantismo, o republicanismo e o positivismo serão os pavimentos que alimentam de comunicações o curso da história do Estado brasileiro rumo ao cerrado.

D. Pedro I, em 1831, deixa seu filho primogênito no Brasil, o príncipe D. Pedro II, então com seis anos de idade, e retorna para Portugal. O Brasil seria governado pelo parlamento até que o príncipe feito imperador atingisse a maioridade. Mais uma vez, é um arranjo de manutenção, não de ruptura. Mas há instabilidade nas fronteiras e no governo. É aberta oportunidade tanto para quem quer se desvencilhar de vez de Portugal quanto para quem quer o retorno do país à condição de colônia (ou algo semelhante). No entanto, aos 14 anos, D. Pedro II e o circuito em volta dele decidem antecipar seu acesso ao trono e pôr fim ao período de regência (quando teve José Bonifácio, de volta do exílio, como um de seus tutores). Se com a independência as estruturas coloniais foram mantidas, em que pese a orientação litorânea voltada para o exterior da ocupação brasileira, o jovem imperador, nascido no Brasil, provoca grandes esperanças de ser o agente principal da fundação de uma nação de fato, um país unificado por uma identidade própria realmente independente de Portugal, como descreve Vidal:

Parece estar sendo concluída a “brasileirização” do Brasil. As expectativas com sua chegada ao poder são enormes: espera-se simplesmente que ele proponha um novo projeto nacional, que legitime, com relação ao Brasil e aos brasileiros primeiro, às nações estrangeiras em seguida, a existência do Brasil independente, ou seja, do Brasil-nação e demonstre que o Brasil-nação distingue-se do Brasil colonial, quanto a sua capacidade de propor um projeto de modernização das estruturas econômicas e sociais. A ausência de uma verdadeira linha de

fratura durante o período da Independência torna a resolução desses problemas particularmente delicada. Mas é somente ao pagar esse preço que se pode cimentar os fragmentos colados do Império cuja unidade ainda é frágil. (VIDAL, 2009, p. 81-82).

Uma narrativa do que é de fato brasileiro é criada. É concebida e difundida uma cronologia para o Estado brasileiro. Criou-se deliberadamente o mito de que Pedro Álvares Cabral errou a rota para o Oceano Índico e “descobriu” o Brasil em 21 de abril de 1500, apesar do fato documentado desde o início das navegações de que existia um território onde hoje é situado o Brasil, pois a rota para a Índia previa uma aproximação da costa brasileira para, em seguida, em um arco, atravessar o Atlântico Sul e o Cabo da Boa Esperança até o Oceano Índico. Esse era o caminho estabelecido por Bartolomeu Dias desde a década de 80 do século XV. Outro ponto fundamental para unidade brasileira foi a adoção definitiva e impositiva da língua portuguesa, que assume oficialmente a predominância frente a “língua geral”, muito falada pelos brasileiros na época, além de outros dialetos de origens indígenas e africanas. Uma gramática, uma história e uma geografia “genuinamente brasileira” é estabelecida para fundar o Estado brasileiro como se ele sempre tivesse existido como tal, desde a chegada dos portugueses.

Salvador foi a cidade escolhida e fundada para sediar a administração de um enorme território desconhecido pelo colonizador e assegurá-lo de concorrentes, tomá-lo a força de quem o habitava desde tempos ancestrais e fazê-lo gerar riquezas para o sistema internacional incipiente. Em dado momento, a fragilidade da cidade e a falta de centralidade para o Brasil colonial promoveram o Rio de Janeiro a centro administrativo, atendendo melhor a essas necessidades. No entanto, como país independente, o Brasil precisava agora se enxergar de dentro para fora, sua capital não era mais a sede administrativa de um território ultramarino pertencente a um Império europeu — mesmo quando esse Império fora sediado temporariamente na colônia —, a capital passaria a ter a feição desse território independente, símbolo da identidade nacional. O processo começa desde a chegada da corte e agora precisa se cristalizar. A capital tem que ser o símbolo de modernização e legitimação do Brasil.

Esse é o espírito que anima Francisco Adolfo de Varnhagen, o visconde de Porto Seguro (1826-1878), historiador e diplomata, figura próxima ao imperador D. Pedro II. Varnhagen considera que esse projeto de Brasil perpassa por duas questões fundamentais: orientar a ocupação do país para o interior e fundar uma capital no centro do Brasil como marco fundamental dessa nova orientação. Dessa vez, a ciência, o espírito romântico da época e a construção de identidade que ele enseja são os conceitos centrais para a mudança da capital. Como historiador e pesquisador, Varnhagen é considerado o pai da historiografia brasileira, com a publicação em 1854 da “História Geral do Brasil”. Anos antes, em Coimbra, Lisboa, Madri e outras cidades europeias onde estudou e serviu como diplomata, reuniu extenso material documental da geografia e da história do Brasil naqueles países. Em 1849 publicou em Madri o “Memorial Orgânico”, onde dedicou diversas páginas tratando da mudança da capital. A base de sua ideia de mudança parte de estudos e pesquisas, tendo um sentido positivista, e pretende tanto modernizar o país quanto lhe conceder uma identidade nacional definitiva.

No que diz respeito ao romantismo, Varnhagen é de uma geração de brasileiros que viu o império nacional se fundar, a cultura econômica tradicional se modificar — a crescente importância do café e suas consequências para o país — e o país viver uma relativa urbanização, com fortalecimento do papel da cidade (em muito causada pelo estabelecimento da cultura do café em São Paulo) e o aumento de profissões liberais e serviços do Estado.

Nessa ótica a interiorização significa tornar o Brasil verdadeiramente brasileiro, assumir a Amazônia, aproximar sul e norte, povoar o centro-oeste “virgem”, fundar uma ideia de povo brasileiro que abrigue os brancos da elite em convívio com indígenas e negros “civilizados” e embranquecidos. Os alicerces que fundam a identidade nacional brasileira na ordem Estado, identidade nacional e território nacional são forjados no segundo reinado. Mas a capital ainda não passa de uma projeção imaginada de um Brasil moderno e integrado pelos ideais românticos que imaginam um país.

Em 1877, morando em Viena, Varnhagen pede licença de seu cargo de embaixador do Brasil na Áustria e decide fazer uma viagem para o

país natal. Vai do Rio de Janeiro à região que considerava o coração do Brasil. Chega finalmente no Planalto Central brasileiro, na província de Goyaz (atual Goiás), na cidade de Vila Formosa da Imperatriz (atual Formosa, cidade goiana pertencente ao chamado entorno de Brasília). Morre pouco depois de voltar ao Rio, no ano seguinte, aos 61 anos, com a saúde agravada pela viagem exaustiva, sem conseguir publicar a integralidade do estudo científico que fez do percurso. Varnhagen havia publicado a obra “A questão da capital: marítima ou no interior?” pouco antes de viajar, no mesmo ano de 1877, em Viena, reunindo seus escritos anteriores sobre a mudança da capital e que marca seu pensamento na história e na mudança de fato da capital. A viagem tem um caráter oficial que não se limita ao mapeamento da região onde seria fundada a futura capital (que Varnhagen quis batizar de Imperatória), pois também serviu de reconhecimento das regiões interioranas brasileiras que abrigariam novos colonos europeus. Na ideia de Varnhagen, e compartilhada pelo império, os europeus seriam os substitutos do trabalho escravo, com a progressiva abolição da escravatura. Se buscava construir uma noção de identidade brasileira genuína, no entanto, na visão de Varnhagen, essa identidade seria a continuidade do processo civilizador europeu. Um interior europeu e branco, produtivo e moderno, ao redor de uma capital nova, igualmente moderna.

Os debates e propostas de mudança da capital estão inseridos em um contexto, na metade final do século XIX, de grandes debates fundamentais da natureza do Estado e da nação brasileira. Dez anos depois da morte de Varnhagen, a escravidão seria abolida depois de intensos debates; no ano seguinte seria proclamada a república; o café definitivamente assumiria o papel de principal produto econômico do país, moldando em sua volta as relações políticas e econômicas brasileiras, internas e externas; os Estados Unidos vão se tornando o principal parceiro comercial do país; o Brasil aprofunda sua conquista identitária com novos símbolos, nova organização do Estado e nova promessa de um país moderno e integrado. Nesse contexto, o tema da nova capital segue presente, e dessa vez assumindo sua primeira materialização oficial através das palavras escritas em um artigo da mais nova constituição brasileira.

Mais uma vez não é o povo quem participa efetivamente na mudança da forma de governo do Estado brasileiro. Produto intrinsecamente militar e elitista, a Proclamação da República em 15 de novembro de 1889 é encorpada por uma polarização, de forma esquemática, entre uma visão de Brasil positivista e outra liberal — as duas elitistas. O ideal liberal é composto dos latifundiários e da rede de negócios que compõem a produção do café; já o positivista repousa no corpo militar, no serviço público e nas classes médias urbanas escolarizadas. Após a Proclamação da República, uma assembleia constituinte é formada e uma comissão de cinco juristas — dois liberais e três positivistas — é convocada para redação de um anteprojeto para constituição. Entram em debate a legitimação do Estado e a construção de uma sociedade brasileira com mais espaço para classe média, defendida especialmente pelos positivistas. Mudar a capital faz parte desses debates.

O texto da constituição que tratava da mudança da capital foi objeto de extenso debate: mais de trinta discursos ou intervenções no Congresso e vinte emendas ao artigo proposto inicialmente. Além da questão da mudança, a grande discussão era o futuro do Rio de Janeiro e o possível estado que ali se formaria. Além disso, o Congresso e os liberais queriam ter a palavra final sobre a mudança, tirando dos militares, então no executivo, o poder de decisão. Por fim, chega-se à redação final impressa na constituição promulgada em 1891, incluindo a demarcação de uma parte do Planalto Central para a União, a fim de abrigar a nova capital (inspirada na constituição americana que previa o território do futuro Distrito Federal).

Artigo 2: Cada uma das antigas províncias formará um Estado, e o antigo município neutro [Rio de Janeiro] constituirá o Distrito Federal, continuando a ser a Capital da União, enquanto não se der execução ao dispositivo do artigo seguinte.

Artigo 3: Fica pertencendo à União, no Planalto Central da República, uma zona de 14.400 quilômetros quadrados, que será oportunamente demarcada para nela estabelecer-se a futura capital federal. Parágrafo único: Efetuada a mudança da capital, o atual Distrito passará a constituir um Estado. (trecho da Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 24 de fevereiro de 1891).

Porém, o artigo 34 do mesmo texto reserva “de maneira privada” ao Congresso o poder de transferir a capital. O debate, portanto, não estava definido. A capital, é fato, seria transferida. A questão agora é quando e como. A partir do momento que deixa de ser uma possibilidade e é promovida a um lugar definido, o esforço do Estado para efetivar a mudança da cidade capital se torna uma missão. Obviamente, até pelo tempo em que se levou entre se tornar artigo na constituição e cidade de fato, a capital não é prioridade para parte do governo brasileiro. Primeiro é preciso solidificar substâncias constitutivas fundamentais do novo Estado, como definir melhor as estruturas de poder, o balanço das vontades que guiarão dali em diante a governança do país, e como elas se institucionalizariam.

No entanto, logo após a Proclamação da República, era interesse dos militares a rápida transferência da capital. Em uma cidade construída para esse fim o executivo assumiria de fato o comando das vontades do país. O Congresso não quis dar corpo para essa pressa. Ainda em 1891, após pedido do presidente da república, general Deodoro da Fonseca, o deputado piauiense, Joaquim Nogueira Paranaguá, apresenta o Projeto de Lei nº 71 e dá forma ao pedido do executivo para mudança da capital. É dado parecer negativo ao projeto, que previa o estudo do lugar proposto seguido da contratação, por concurso, de empresa que construiria os edifícios públicos imediatamente. O texto final da Lei diz que o Congresso reserva para si, mais uma vez, o momento de definição da mudança da capital.

Dessa maneira, a capital permaneceria ainda como ideal por mais 65 anos. Reviravoltas políticas e econômicas, a busca por democracia, golpes de Estado, a possibilidade comunista, duas grandes guerras mundiais e o encontro de uma cultura popular original vão modelando a identidade brasileira. A capital, se não uma resultante disso tudo, vai ser uma parte fundamental de como o Estado se vê e quer ser visto. Em 7 de setembro de 1922, na comemoração ao centenário do Dia da Independência do Brasil, foi colocada no Planalto Central, próximo à cidade de Planaltina, a pedra fundamental da nova capital brasileira. Não por coincidência, o ano de 1922 tem como marco a Semana de Arte Moderna, que “inaugura” (ao menos didaticamente) o modernismo brasileiro.

A região do futuro Distrito Federal havia sido definida em 1892 após intensos estudos realizados pela Comissão de Exploração do Planalto Central do Brasil, dirigida pelo engenheiro de origem belga, Luis Cruls, então diretor do Observatório Astronômico do Rio de Janeiro, e criada pelo governo do general-presidente Floriano Peixoto (1891-1894). A comissão ficou conhecida como Missão Cruls, formada por 22 membros (astrônomos, médicos, biólogos, geólogos, mecânicos, farmacêuticos e auxiliares), e o retângulo definido por ela para abrigar o Distrito Federal ficou sendo chamado como Quadrilátero Cruls. Respeitando o debate histórico para mudança da capital, além dos estudos prévios do diplomata e historiador Varnhagen, Cruls, utilizando instrumentos de coleta científica mais modernos que o diplomata paulista, delimitou o território onde se situaria a capital brasileira, descrita pelo botânico André Glaziou, que integrou a missão, como um “vastíssimo vale banhado pelos rios Torto, Gama, Vicente Pires e Riacho Fundo”, que lhe “impressionou profundamente pela calma severa e majestosa”. (VIDAL, 2009, p. 117)

As discussões no Congresso sobre como deveria ser feita a mudança, por quem e quanto custaria, não chegavam a conclusões. Nesse contexto histórico, ao ditar a nova orientação política e econômica brasileira, a partir dos anos 1930, Getúlio Vargas não pretende mudar a capital, mas insere a mudança no cenário, ainda que indiretamente, ao projetar o governo para um processo de modernização do Brasil (a partir de um prisma de foco nacionalista). Em 1933 o presidente encarrega geógrafos do Rio de Janeiro a estudarem uma nova divisão territorial do Brasil. Proposto um ano antes, por Teixeira de Freitas, um novo mapa interno do país previa dividir o território em 30 unidades, com a capital nacional definida em Belo Horizonte provisoriamente – quando as condições financeiras permitissem, a nova capital seria construída sob o nome de Ibéria ou Lusitânia, no Quadrilátero Cruls. A comissão de geógrafos rejeita a proposta de Teixeira para a divisão territorial, porém concorda com a mudança da capital para Belo Horizonte.

O estudo vai integrar as análises da Comissão Backhauser, composta por membros representativos de organizações científicas, técnicas e militares do Brasil. Dando escopo para a Revolução de 30 que tomou o poder, os estudos da Comissão vão servir de base para várias propostas

do Estado Novo (instituído em novo golpe de Getúlio, que agora permanecerá no poder de 1937 até 1945 como ditador). É nesse contexto que o Estado getulista cria, em 1938, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e lhe confia estudos sobre o Brasil, que resultam em um trabalho que aponta as mazelas do país.

Um dos estudos do IBGE reúne argumentos para mudança da capital e interiorização da ocupação do país, os mesmos levantados desde os tempos do Império: defender a vulnerabilidade do Rio de Janeiro como capital nacional e desafogar as massas urbanas do litoral, povoando o interior que urge ocupação. Para tanto, o estudo, seguindo a ideia proposta por Teixeira de Freitas e chancelada pela Comissão Backhauser, vai propor a mudança para Belo Horizonte, transformando a capital mineira provisoriamente em capital do país, promovendo as duas necessidades primordiais de interiorização e segurança, sem que para isso se faça um grande esforço financeiro para construir uma nova capital. A ideia não vai adiante.

Pouco antes da publicação do estudo do IBGE, outra cidade planejada foi inaugurada no interior do país: Goiânia nasceu para assumir o posto de capital do estado de Goiás. Inaugurada de fato em 1942, a cidade foi criada dez anos antes após longo esforço do estado de Goiás para mudar sua capital, cujos debates remontam ao século XVIII. A cidade representava um marco na política getulista de ocupação do Centro-Oeste brasileiro, que ficou conhecida como Marcha para o Oeste.

Para o presidente, os problemas do Brasil eram fruto da existência do que ele chamou de “dois Brasis”, um deles dinâmico e mais desenvolvido, na região litorânea do país, e o outro rural e atrasado situado no interior, com graves dificuldades econômicas. Concomitante a todo esse processo de tentar interiorizar o Brasil, o modernismo vai conquistando lugar na arquitetura e na cultura brasileira. Os primeiros prédios de inspiração modernista, em que pesou a filosofia e o traço de Le Corbusier, são inaugurados no país (Ministério da Educação Nacional, em 1936, no Rio de Janeiro, com projeto de Lucio Costa e a Pampulha, em 1942, em Belo Horizonte, desenhada por Oscar Niemeyer). A literatura conhece a segunda e terceira gerações do modernismo (1930-1945 e 1945-1960), com a poesia de Carlos Drummond de Andrade, Vinícius

de Moraes, João Cabral de Melo Neto, dentre outros, e a prosa regionalista de Graciliano Ramos, Jorge Amado, José Lins do Rego, Raquel de Queiroz e Guimarães Rosa, que valoriza o interior do Brasil e a gente interiorana. Na música, Heitor Villa-Lobos procura uma voz que se faça ouvir no mundo da música erudita como essencialmente brasileira; entre 1930 e 1945 compõe as nove celebres Bachianas Brasileiras, após anos de estudo do “Brasil profundo”. No teatro, Nelson Rodrigues inaugura uma dramaturgia marcadamente urbana, provocativa e sensual, com forte sotaque carioca e brasileiro. As outras artes seguem o mesmo caminho de valorização nacional (Tarsila do Amaral nas artes plásticas, Nelson Pereira dos Santos no cinema, entre outros). Nos estudos acadêmicos, o historiador Sergio Buarque de Holanda, o sociólogo Gilberto Freyre e o economista Celso Furtado, para citar apenas alguns autores, publicam obras seminais sobre a formação do povo brasileiro.

É nesse caldo cultural modernista, com entrâncias e reentrâncias de comunicações e observações sobre brasilidade no sistema Estado nacional, mediadas pelos meios de comunicação simbolicamente generalizados arte, poder, verdade, amor e dinheiro, que o Brasil vai assumindo a semântica de um país que se observa como um país inteiro, original, dinâmico, povoado e compreendido do litoral à Amazônia. A convergência do esforço criador que quer identificar e revelar a nação, o momento econômico favorável e a política externa buscando adequação aos novos contextos internacionais, vão culminar na ocupação efetiva do Planalto Central brasileiro com uma nova capital para o país. Brasília será um dos símbolos identitários resultantes dessa busca constante por modernidade e desenvolvimento; será a afirmação da capacidade e da vontade brasileira. Antes de chegar em Brasília, no entanto, vamos analisar dois contextos fundamentais para a construção da capital: o econômico e o da política externa brasileira.

Ao tomar posse da presidência da república, em 1956, Juscelino Kubitschek herdou um momento de queda das receitas do café, o principal produto de exportação brasileiro. Por outro lado, no período anterior ao seu governo, se acentuou o processo de substituição de importações, com uma economia cada vez mais voltada para o mercado interno, onde a produção doméstica cresceu, entre 1952 e 1956, a uma taxa de

40% a.a.. A participação dos importados no mercado caiu para 7% em 1956, antes ainda do projeto econômico desenvolvimentista de JK, tido como um dos responsáveis pelo fortalecimento do mercado interno brasileiro, com forte mão estatal.

O período do governo JK seguiu o ciclo de expansão iniciado com a relativamente rápida recuperação da economia brasileira do período de dificuldades vividos na Grande Depressão, na década de 1930. Ao longo do período, até os anos 1960, ocorreram mudanças econômicas e sociais significativas: o país se urbanizou de forma crescente e acentuada e o setor industrial ganhou relevância em detrimento da relativa queda de importância do setor agropecuário em termos de tamanho do espaço ocupado na macroeconomia do país.

No plano de governo apresentado por JK em sua candidatura, chamado Diretrizes Gerais do Plano Nacional de Desenvolvimento, a transformação estrutural do país era intrínseca ao projeto de desenvolvimento econômico. O caminho proposto era a política de industrialização, visando atender ao potencial de um enorme mercado interno, alicerçado nas bases de um país rico em recursos naturais. O discurso desenvolvimentista ganhou as eleições — e Brasília era a parte fundamental que promoveria esse desenvolvimento.

O Brasil vinha crescendo, até a eleição de JK, a uma taxa anual próxima de 3%. A população tinha atingido 60 milhões de habitantes, cuja maioria ainda vivia no campo. O setor agropecuário, em 1956, ainda era responsável por 21% do PIB, o mesmo peso da indústria de transformação. A expansão resultou de diversas medidas tomadas pelos governos frente às restrições impostas pelas conjunturas doméstica e internacional desde as administrações anteriores (Dutra, Vargas e Café Filho).

Uma vez eleito, o plano de um potencial governo JK se torna realidade e ganha o nome de Plano de Metas. A base do programa é clara: pesados investimentos públicos e privados nos setores industriais e de infraestrutura. O resultado é um crescimento substancial do PIB brasileiro: 7,7%, em 1957; 10,8%, em 1958; 9,8%, em 1959 e 9,4%, em 1960. O crescimento econômico reflete um momento de efervescência cultural.

Por outro lado, no mesmo período, a inflação atinge uma média de 24,7% a.a. Ainda que JK tenha herdado um Índice Geral de Preços alto,

de 12,2%, ela mais que dobrou. Nos dois últimos anos de seu governo a inflação girava na faixa de 30% a 40%. Para os anos posteriores ao governo JK, o legado foi, por um lado, uma economia robusta, e de outro, um problema inflacionário que requeria medidas urgentes.

Outra meta pretendida por JK era aumentar o padrão de vida do brasileiro. Alguns números revelam que pode ter sido bem-sucedido — mesmo levando em consideração que seu governo herdou uma tendência positiva desses resultados e que o Brasil, apesar da melhora relativa, manteve problemas importantes intocados. A expectativa de vida do brasileiro passou de 45,9 para 52,7 anos; a mortalidade infantil caiu de 144,7 para 118,1 em cada mil nascimentos e o analfabetismo deixou de ser maioria entre a população com mais de 15 anos — embora, como alerta Gambiagi, “ainda assim, em 1960 a proporção de analfabetos permanecia elevadíssima, atingindo cerca de 40% da população naquela faixa etária” (2011, p. 29). Mas a grande transformação econômica causada em boa parte pelos anos do governo JK foram as mudanças estruturais pelas quais passaram a economia brasileira. Como dito anteriormente, o setor agropecuário ainda se equiparava ao industrial até 1956. A queda foi substancial logo em seguida. Se em 1950 o setor agropecuário respondia por 24,3% do PIB, frente a 24,1% da indústria, em 1960 os números são de 17,8% e 32,2%, respectivamente. A orientação econômica atinge um ápice e ganha um símbolo com o desenvolvimento do setor automobilístico. Entraram no país montadoras estrangeiras, criou-se definitivamente um mercado de peças e serviços e a rede de autoestradas cresceu significativamente — a Belém-Brasília é a rodovia mais emblemática desse momento. Se a nova capital viria para integrar o Brasil, o automóvel era o veículo dessa integração.

Obviamente, indicadores econômicos não revelam todas as mazelas pelas quais o Brasil ainda passava nos anos que antecederam a inauguração da capital, muito menos o conturbado momento político de polarização cada vez mais próxima do conflito, culminando na ditadura militar a partir de 1964. Mas percebe-se um ambiente favorável, otimista, de grande expectativa e com resultados econômicos reais que impunham essa expectativa, mesmo levando em consideração as partes extremamente problemáticas resultantes desse momento econômico.

No contexto da política externa, o Brasil por muito tempo praticou uma política em que a prevalência das relações políticas e econômicas eram orientadas para apenas um país. Mesmo que tenha buscado, em diversos momentos, modificar esse comportamento, essa orientação foi o modelo mais constante na história da política externa brasileira até pelo menos a metade do século XX.

Hoje o cenário internacional é diferente de quando se inaugurou Brasília, e a política externa brasileira se posiciona aberta ao sistema internacional como um ator muito mais ciente de si e de seu papel — para além de ser defensor de primeira hora de organismos multilaterais. Altos e baixos dessa projeção internacional são constantes, ainda mais em momentos em que a economia apresenta dificuldades. Mesmo assim, o Brasil foi importante centro esportivo do mundo por duas vezes nos últimos anos, manteve-se como uma das maiores economias do planeta, tem voz em esferas regionais e globais do sistema internacional, inclusive em organismos mais recentes como BRICS, IBAS e cúpulas do G20.

Muito do caminho trilhado para o contexto atual nasce de oscilações da relação de alinhamento do Brasil com os Estados Unidos. Uma parte relevante dessas oscilações acontece no governo JK, no período anterior à inauguração de Brasília. O Brasil assumiu aos poucos um discurso multilateral — desde a Liga da Nações, culminando na Política Externa Independente, a PEI, do governo posterior ao de Kubitschek —, e o período JK ficou marcado pela aproximação com outros países além das grandes potências de sempre, em que pesem os vizinhos, com a Operação Pan-Americana, lançada em 1956, por exemplo.

Quando foi proclamada a república brasileira, já fazia 29 anos, desde 1870, que os Estados Unidos eram o principal mercado para as exportações do país — apesar de ainda não serem a primeira fonte de importações, em detrimento da Alemanha e Grã-Bretanha. O início da república, no final do século XIX, foi o momento definitivo da aproximação brasileira com os Estados Unidos, a primeira potência mundial a reconhecer o novo Estado brasileiro. Ainda assim, o alinhamento com os americanos em questões de política externa, não foi sempre absoluto. Em assuntos territoriais nacionais e sobre a ação de empresas americanas no norte do país, bem como na defesa pela igualdade jurídica de

todas as nações, o Brasil se posicionou em oposição à potência norte-americana algumas vezes. Contudo, a partir da Primeira Guerra, se consolidou a predominância comercial com os EUA, em relação a qualquer outro país, e o alinhamento externo automático se intensifica.

A partir da década de 1930, com o governo Vargas definindo o desenvolvimentismo como tema importante do governo, as relações com os EUA permaneceram primordiais para o Brasil, porém, ao fazer uso de uma relação pendular com o país norte-americano e a Alemanha, a política externa é utilizada como alavanca para industrializar o Brasil. Além do comportamento comercial ambíguo, a presença de grandes colônias de alemães, italianos e japoneses no Brasil provocaram incerteza no sistema internacional sobre quem o país apoiaria na Segunda Guerra. No entanto, logo após o ataque a Pearl Harbor, o Brasil rompeu relações com os países do Eixo, a quem mais tarde declararia guerra. As transformações sociais e econômicas pelas quais passariam o Brasil, acentuadamente a partir das décadas de 1930 e 1940, vão ajudando a inserir o país no cenário internacional.

O alinhamento do Brasil com os EUA vai perdendo o caráter automático. Um fator fundamental, além da Operação Pan-Americana, que foi posterior, é a criação da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), em 1948, no âmbito da ONU, com forte oposição dos Estados Unidos à fundação da entidade. Os americanos preferiam o órgão já existente (o Conselho Interamericano Econômico e Social), onde poderiam exercer maior influência. A CEPAL é a grande promotora, na América Latina, e em que pese, no Brasil, das políticas de substituições de importações pela industrialização e aquecimento do mercado interno.

O lançamento da Operação Pan-Americana, em seguida, marca um momento de ruptura com a política de alinhamento brasileiro e revela um contexto em que a política externa deixa de ter como meta apenas manter uma relação privilegiada com os EUA, onde o objetivo era manter o preço do café (diplomacia do café) e de matérias-primas, sendo, em contrapartida, ator de influência regional para os americanos.

Nesse contexto de ênfase à integração regional e aproximação com atores multilaterais (acordos foram assinados com a República Democrática Alemã, em 1958, e com a URSS, em 1959, por exemplo), o Estado

brasileiro no contexto internacional busca se fazer ouvir no sistema internacional de forma a projetar uma imagem de si recusando o filtro que o alinhamento a um único país por tanto tempo o condicionou. O Estado quer ter uma identidade própria sem vestir máscaras desenhadas alhures para fazer valer sua busca por dinamismo econômico, social e político. Se para ser visto e ouvido é necessária determinada vestimenta, então que seja uma de fabricação própria. Brasília começa a ser construída.

A fundação de uma cidade é sempre o começo de uma nova história, mesmo que ela seja erguida literalmente por cima de uma outra história/cidade, como a Cidade do México foi construída por cima de Tenochtitlán e o México espanhol por cima do Império Asteca. Se não houve uma sobreposição, a ocupação no Distrito Federal brasileiro se dá sobre 22 sítios arqueológicos pré-coloniais na região — alguns remontando há mais de oito mil anos — e mais 723 na região vizinha de Goiás e Tocantins. É impossível afirmar que Brasília surgiu no meio do nada, tanto pela história que a terra, o solo, contam, quanto pela história do Estado brasileiro, principalmente a partir de 1822. Brasília é a história do Estado brasileiro, é a sua própria história, é a história do povo que a construiu e a habita, mas também é a história do Planalto Central, junto com todas as regiões vizinhas.

As tribos Jê, Xavante, Xerente e Xacriabá passavam pela região do DF por diversas vias terrestres e fluviais. As vias foram utilizadas pelos colonos. Os dados da Companhia de Planejamento do Distrito Federal (Codeplan) listam algumas das vias daquele tempo: Estrada Geral do Sertão, Picada da Bahia, Picada de Goiás, Estrada Real dos Goyazes, Estrada dos Currais, Estrada do Sal, Caminho das Minas dos Goyazes, Estrada dos Couros e Estrada da Contagem de São João. Muitos desses caminhos davam ao sul do atual Distrito Federal, no povoado de Santa Luzia (atual Luziânia) e são percorridos por homens desde tempos imemoriais. Além disso, as mesmas estradas levaram escravos fugidos e alforriados a formarem quilombos no Planalto Central a partir do início do século XVIII, como os quilombos Calunga e Cedro. Os ameríndios e escravos negros (ou ex-escravos), e suas identidades negra e ameríndia não são traços “apagáveis” da constituição do povo que habitou e habita o Planalto Central, como imaginou Varnhagen. Brasília carrega em suas

cores os matizes diversos constituintes do povo brasileiro, com as tensões e problemáticas históricas da nação. A história de Brasília vai além da história de sua própria construção no ideário da nação e na concretude de sua materialidade, a cidade é também a história de ameríndios e negros, homens e mulheres de todas as origens que ocupam o Planalto Central desde muito tempo. Em 2011, oito famílias de uma comunidade indígena das etnias Kariri, Xocó e Tuxá foram retiradas da região norte do Plano Piloto para criação do bairro Noroeste, um dos bairros mais caros do DF. Essa história acontece no presente.

O escritor austríaco Stefan Zweig cunhou no título de seu livro escrito no Brasil uma expressão que desde então se tornou mítica para a nação brasileira: “Brasil, um país do futuro”⁴. A frase sintetiza a imagem do gigante adormecido de quem aqui e acolá se ouve ecoar um ronco estrondoso; abrigo de uma utopia tropical calcada na mestiçagem irrevogável, no tempero abundante e na apologia do afeto; território fadado à paz, à hospitalidade, à preguiça, ao colorido, à alegria, à festividade inata, ao atraso despreocupado, à violência tolerável; chão da união das três raças tristes: o europeu, o negro e o ameríndio. Incluindo nesse caldeirão de tipos o que o economista Eduardo Gianetti (2016) chama de “biodiversidade” da geografia e “sociodiversidade” da história, formase o caldo resultante das tensões essenciais brasileiras. Assim se apresenta uma utopia nacional que celebra o carnaval, o samba, o futebol e a mestiçagem, forjada na esperança que credita à adesão imperiosa a esse modo de ser a almejada superação das mazelas persistentes no país.

O Rio de Janeiro é o símbolo permanente dessa brasilidade. Brasília seria o fruto, a materialização da capacidade desse espírito brasileiro utópico. E por fixar essa capacidade, também é a suspensão de uma brasilidade construída até ali. Brasília marca o início de uma nova utopia que ainda está em formação e que pode nunca vir a ser formada de fato. Brasília está aquém e além, ao mesmo tempo, do que poderia ser

4. Apesar do termo já ter sido utilizado anteriormente, inclusive em obras estrangeiras, foi a partir do livro do escritor austríaco que ganhou notoriedade. Outros livros com o mesmo título foram escritos em 1909, pelo holandês N.R. de Leeuw e 1912 pelo alemão Heinrich Schüller, além de O país do futuro (1922), do italiano Francesco Bianco e o estudo Brasil, o país do futuro para a imigração Judaica (1928).

o *zeitgeist* do final dos anos 1950. A cidade capital reorganiza e é reorganizada pelos elementos Estado, identidade nacional e território nacional e muda de endereço. Os efeitos são nacionais e regionais.

A maneira como o presidente Juscelino Kubitschek tomou suas decisões e pela qual os arquitetos Lúcio Costa e Oscar Niemeyer pensaram e desenharam e modelaram a capital, todas são questões extensamente documentadas que contam apenas a história do projeto e da forma que uma parte da capital tomou, mesmo que ainda ocupem boa parte do imaginário quando se comenta ou se critica Brasília. Caso outro projeto de outros arquitetos houvesse ganhado o concurso promovido para desenhar a capital, a maioria das questões que propomos neste trabalho seriam as mesmas ou semelhantes. Para nós, é a Brasília como símbolo (não como concepção modernista) que nos interessa no momento.

Mas eis que apenas quatro anos após a inauguração da capital, em 1964, o Brasil se vê mais uma vez dividido, outra vez uma democracia interrompida, outra vez o país do futuro enquanto preso novamente a um presente provisório guiado por uma ditadura militar. A capital da esperança se torna a capital do totalitarismo, do silêncio obediente e da decisão unilateral. Os problemas econômicos dos quais a construção da capital fez parte, a renúncia de Jânio Quadros, o medo do avanço do comunismo, ou do retorno de JK após o governo de seu vice, João Goulart, além do próprio governo *goulartiano* com tendências reformistas à esquerda, tudo se soma para justificar o golpe militar como necessário para quem o praticou. Se Brasília chegou a representar o ideal de nacionalidade em que a população e seus idealizadores encontraram ali o marco comum que se somaria à língua, ao território unificado e ao modo de ser brasileiro, Brasília agora definitivamente servia simbolicamente a alguns de seus propósitos mais antigos: capital longe do litoral e segura da interferência externa e interna. Com o passar do tempo a ditadura abranda e finda nos anos 1980. Antes disso, Brasília segue crescendo como uma cidade destinada a ser metrópole e continua atraindo brasileiros de todas as partes – indo de encontro à ideia de que é uma “capital longe do povo”, uma vez que o povo não para de a ocupar, sendo ainda grande polo de migração no país.

Brasília não foi capaz de modificar nem consolidar o país no sentido mais profundo que por algum momento se esperou (ou se delirou): colocá-lo definitivamente no rumo do desenvolvimento e da estabilidade econômica e política de um modo singular e brasileiro. Mas Brasília aproximou, de fato, litoral e interior. A cidade é hoje ponte aérea entre as que tem mais pousos e decolagens no país. Rodovias antes inviáveis hoje ligam norte, sul, sudeste, nordeste e centro-oeste irradiando do Planalto Central como as nascentes dos rios. Cidades como Cuiabá, Campo Grande, Belém, Porto Velho, Rio Branco, Boa Vista, Manaus, Palmas, Macapá e Goiânia se aproximaram do restante do país. É possível enumerar diversas outras vantagens econômicas e sociais que a criação da capital fomentou, bem como questionar se outra opção que não a interiorização da capital também teria trazido benefícios para o país. No campo estético Brasília alcançou um lugar de destaque internacional, se tornando patrimônio cultural da humanidade tombado pela UNESCO, em 1987, com a maior área tombada pela entidade (112,25 quilômetros quadrados).

Trazendo a existência da capital para a dimensão do ser humano que a habita; da pessoa que a percorre de ônibus, metrô, bicicleta, automóvel, a pé; da gente que disputa e compartilha os espaços da cidade; dos agentes públicos e privados que a modificam, a conservam, a estudam, a destroem e a constroem; das pessoas presentes na cidade comum que ignoram/são ignoradas pela escala do projeto de cidade capital e Estado-nação que Brasília representa, bem como estão intimamente ligados a este projeto pelo simples fato de estarem numa capital planejada; trazendo, enfim, a análise de Brasília para a escala do indivíduo, é preciso tanto levar em conta o desejo utópico modernista de mudar o mundo deliberadamente explícito no projeto para a cidade elaborado por Lúcio Costa quanto ignorá-lo na medida do possível. Só assim seria possível imaginar e observar o cidadão comum na cidade comum que Brasília é, ao mesmo tempo consciente da cidade incomum que ela também é. Nessa escala é possível vislumbrar a problemática da identidade regional e a formação peculiar que essa identidade sofre por ser fruto de uma construção social exercida num espaço essencialmente controlado pelo Estado-nação — e que também o controla.

3.2 O modernismo e Brasília

Algumas críticas que alegam o “fracasso de Brasília” defendem como um dos motivos a ruptura que a capital promove com uma arquitetura considerada mais “pura” e realmente representativa do Brasil real. Por exemplo, o escritor e ensaísta americano Benjamin Moser (2016) fala do fracasso da capital ao dizer que, evocando o futuro, Brasília “simplesmente empurrou a nação em direção ao seu próprio passado triste” (MOSER, 2016, p. 53), com uma megalomania, diferente das “(...) cidades construídas por gerações mais antigas de brasileiros, lugares como Olinda, Paraty e Ouro Preto” (MOSER, 2016, p. 53), descritas pelo autor como “autenticamente brasileiras” (o que talvez seja verdade, se se considerar o autenticamente brasileiro como a construção colonial do ímpeto português/europeu através do trabalho escravo). Para Moser, esses lugares que ele considera o Brasil autêntico são “íntimos, confortáveis, desprovidos da pretensão de rivalizar com florestas e montanhas e desertos do Brasil” (MOSER, 2016, p. 42). Ainda que nem florestas, nem montanhas e nem desertos sejam a paisagem natural do Planalto Central. O antropólogo americano James Holston (1993) enxergou duas premissas principais que motivaram a construção de Brasília. A primeira premissa seria que o plano desenvolvido para a nova cidade seria capaz de criar uma ordem social segundo os valores que inspiraram o projeto. A segunda premissa seria que esse plano inspiraria e motivaria uma mudança no percurso do desenvolvimento nacional, em que o progresso materializado na construção da própria capital seria disseminado país a fora numa corrente de inovação rumo a um futuro próximo próspero e desenvolvido. Em consequência disso, há nas análises científicas, como do próprio Holston, e do senso comum sobre Brasília, dois pontos de partida: as premissas falharam ou as premissas deram certo⁵. Neste trabalho buscamos evitar tomar essas premissas

5. Holston (2012) assim descreve sua pesquisa baseada nessas premissas: “Entre outros temas, o livro sustenta que os extraordinários privilégios e desigualdades de Brasília – segundo vários indicadores, a cidade mais desigual do Brasil na época da minha pesquisa – foram gerados não necessariamente pelos fatos subsequentes à sua inauguração, mas sobretudo pelas premissas dos modelos modernistas urbanísticos, arquitetônicos e burocráticos de cita cidadina que guiaram sua fundação”. (HOLSTON, in: XAVIER, 2012, p. 306)

como ponto de partida para observar Brasília pelo risco de focar nas comunicações e na imaginação de um projeto aplicado, encaixando o objeto empírico nessa demarcação, ao invés de observar a imaginação e as comunicações do sistema cidade e o ambiente complexo em irritações/interações correntes.

Holston descreve a chegada por rodovia ao Planalto Central “desolado” que rapidamente se transforma quando se aproxima da capital: “uma jornada de separação. Faz o viajante confrontar-se com a separação entre a Brasília modernista e o Brasil de todos os dias; entre os densos povoamentos do litoral e o vazio do interior (...); entre o subdesenvolvido e o incoerentemente moderno” (HOLSTON, 1993, p. 4). A descrição dessa chegada pelo autor, ocorrida em 1982, vai nortear o trabalho etnográfico de Holston em Brasília: a cidade modernista como objeto transformador era uma utopia emprestada de propostas marxistas adaptadas ao movimento modernista que terminaria por fracassar, ainda mais em um país pobre. O fato se comprovaria duplamente: o país manteve problemas socioeconômicos e políticos históricos e a pretensão de se criar uma ordem social a partir do projeto urbano da capital também não deu certo, numa cidade, como ele vai demonstrar, cheia de paradoxos e problemas.

O desenvolvimento econômico e social experimentado pelo Brasil (com altos e baixos) nos últimos quarenta anos, desde que Holston esteve em Brasília fazendo sua pesquisa de campo no início dos anos 1980, transformaram a paisagem do Planalto Central. A paisagem de fato já vinha se transformando com os projetos de interiorização do Brasil desde a primeira república e com os ciclos econômicos que exploraram regiões do interior do país. O crescimento da cidade de Campo Grande, no que viria ser o Mato Grosso do Sul, fundada em 1899, já era o início de uma demonstração da incorporação da região central para os planos do país. Ainda nos anos 20 e 30 do século XX, Goiânia e Belo Horizonte foram cidades que reafirmaram esse sentido. Anápolis, fundada em 1873, em região que atualmente fica entre Brasília e Goiânia, se tornou um dos principais centros logísticos do país, um dos maiores polos farmoquímicos da América Latina e um importante centro industrial e comercial. A pecuária e o plantio de grãos avançaram de tal maneira

para o centro-oeste brasileiro, desde os primórdios do século XX, que hoje o agronegócio da região é um dos principais esteios econômicos do país. O triângulo mineiro (Uberaba, Uberlândia e Araguari), Paracatu (MG), Catalão (GO), Posse, Barreiras e Luis Eduardo Magalhães (BA), todas são cidades de uma região central com dinamismo econômico rural e industrial. Esse movimento não é consequência de Brasília, nem Brasília é consequência desse movimento dinâmico; na verdade, um é parte do outro e a expansão do interior é inescapável: de 1900 a 2007, a produção de grãos passou de 210 mil para 47 milhões de toneladas, crescendo 224 vezes; a população do Centro-Oeste (que representa espacialmente 25% do território nacional), incluindo Rondônia (que fez parte do Mato-Grosso até 1943) e Tocantins (que era Goiás até 1988), cresceu 44 vezes de 1900 até 2008, saltando de 372 mil pessoas para 16,5 milhões (quase 7 milhões somente na região entre o DF e Goiânia); entre 1920 e 2007 o rebanho bovino saltou de 5,85 para 86,5 milhões de cabeças (MIRIGAYA, In: PAVIANI et al., 2010).

A interiorização do país é um projeto que começou com Portugal. Projeto muito mais difícil de pôr em prática do que de idealizar. Nos tempos do Império brasileiro, uma das maiores preocupações de um dos principais advogados da mudança da capital naquele tempo, Francisco de Varnhagen, era como trazer população produtiva para região (a aposta dele era nos imigrantes europeus). A tendência de interiorização é histórica. O modernismo foi um importante movimento com grande reverberação na imaginação cultural brasileira, aliada ao desenvolvimentismo em um momento de otimismo global no pós-guerra. Ele não encerra, no entanto, o que motivou e o que resultou a mudança da capital. A crítica aos preceitos modernistas aplicados também não explica o fracasso/sucesso da transformação profunda que a mudança da capital provocaria. Temos cautela ao dar crédito demais para o governo JK, para Lúcio Costa e Oscar Niemeyer, para o modernismo na arquitetura ao se analisar Brasília. Creditamos as resultantes da cidade ao rearranjo do Estado, do território nacional e da identidade nacional que vinha ocorrendo no Brasil e do qual Brasília é devedora e credora ao mesmo tempo. Os veículos para a mudança da capital (projeto modernista e desenvolvimentista) não são em si a trajetória da capital – ainda

que a trajetória não seria percorrida sem esses veículos. Ao analisar brevemente (na última seção desse capítulo) as lutas, a especulação e as disputas por espaço no território do DF por migrantes e trabalhadores, percebe-se que dinâmicas de segregação, para além de questões modernistas, são partes de um Estado historicamente segregador, clientelista e paternalista para grupos mais qualificados para o trabalho e de famílias tradicionais, e por um outro lado rígido, burocrata e arbitrário para camadas mais pobres da população, além das lógicas imobiliárias que se repetem em todo país. Essas características são invariáveis na história brasileira e ultrapassam debates sobre a estética modernista na história da urbanização do país.

Em Brasília, há um lugar que ocupa a outra face da forma da capital planejada. É um lugar comumente unificado como massa amorfa e sem nuances, uma antítese, um negativo de Brasília tão parte de Brasília quanto ela própria, mas quase sempre analisada como algo que deu errado, uma falha no projeto, um efeito colateral desagradável, algo que precisa ser corrigido. A partir dessa premissa, a tendência é “coisificar” as regiões do DF que não são o Plano Piloto e considerar existir uma não-Brasília, abordando esses lugares quase sempre de forma unificada e taxativa, como Moser (2016, p. 19): “Afirmado criar uma nova sociedade, Brasília (...) simplesmente criou mais favelas”; e o ainda mais enfático Peter Hall (2002):

A verdadeira falha, exatamente como em Chandigar, foi ver-se crescer, ao lado da cidade planejada, outra, não planejada. Só que aqui, ela era bem maior. A favela brasileira, como sua equivalente de qualquer outro país em desenvolvimento, é uma figura familiar na paisagem urbana: uma das mais conhecidas enxameia bem à vista de todos (...). (HALL, 2002, p. 255-256)

Ideias assim definem espaços habitados por mais de 3 milhões de pessoas por simples abrigos dormitórios de pobres e marginalizados, ignorando as camadas, as relações, as individualidades, as vontades ali presentes e a resultante disso tudo na formação identitária da capital da qual é parte histórica. O risco de observar a mudança da capital brasileira, seus efeitos e a contemporaneidade da cidade a partir da análise de ideologias urbanas e arquitetônicas do modernismo e as políticas socio-

econômicas que o implantaram, é observar o Distrito Federal como um todo atrelado a esses elementos, ou seja, o que não é modernismo não é observado. A articulação entre Estado, identidade nacional e território nacional, mediados pelo poder e o amor, nos permitem observar o sistema social cidade capital. O que resta é a cidade comum e, para a nossa pesquisa, seria pouco produtivo observá-la partindo de premissas de transformação do país, de projeto modernista, de planos de governo em 1950. Qualquer projeto vencedor do concurso para mudar a capital, calcado em qualquer escola arquitetônica, resultaria nas mesmas entradas e saídas que terminariam por forjar uma cidade capital e uma cidade comum dividindo e disputando o espaço do Distrito Federal. Não é um exercício de futurologia, certamente haveria resultados muito diferentes em inúmeros aspectos, mas no que nos interessa, o arranjo é o mesmo: a articulação dos elementos para continuidade do sistema Estado e cidade capital gerando efeitos de uma relação sistêmica entre sistemas funcionalmente diferenciados, a cidade capital e a cidade comum.

Nossa crítica sobre como o tema da arquitetura termina por demarcar grande parte dos debates sobre Brasília por uma perspectiva do determinismo modernista (a cidade sem ruas, sem esquinas, setorizada, segregada, artificial, sem identidade, utópica), se encontra com a crítica à arquitetura do filósofo Umberto Eco (2012). O autor identifica um duplo equívoco em uma leitura que implica à arquitetura duas funções errôneas: a primeira que o código de funções que a arquitetura emprega estão fora de seu campo, na sociologia, na política, na economia, dos quais ela pega emprestado, reservando seu papel a implementá-las sobre as premissas da arquitetura enquanto linguagem, saber e prática; a outra é que ao acionar-se enquanto sistema para implementar suas ações, a arquitetura teria superpoderes de guiar os rumos dos homens.

Não desconsideramos os efeitos estéticos das motivações modernistas e o que isso implica na contemporaneidade da cidade. Assim como o arquiteto pode buscar em outros campos o código da arquitetura que irá implementar, outros campos também buscam no código da arquitetura análises e críticas que irão propor. Não há problemas nisso. Seja um trabalho antropológico, sociológico, historiográfico ou geográfico ou de qualquer outro campo, a arquitetura, ainda mais em

uma cidade tão marcada simbolicamente por ela, oferece elementos preciosos de análise. Não é nossa intenção descaracterizar isso em nossa crítica à Brasília modernista. O que nos interessa é chamar atenção para o risco dessa análise totalizar Brasília culturalmente a uma crítica estética, neutralizando e até mesmo inviabilizando o olhar, e até mesmo a auto-observação, para a cidade comum que pouco se interessa pela Carta de Atenas que inspirou o modernismo arquitetônico imaginado e aplicado por Lúcio Costa. Talvez por Brasília não ter buscado resolver diferenças de cidades concorrentes, como coube a Camberra na Austrália, ou regiões concorrentes, como coube a Washington nos Estados Unidos, mas ter anunciado na verdade o reencontro de um país real consigo mesmo imaginado (e vice-versa), marque tão profundamente a face estética da empreitada da mudança. Assim, a capital do futuro fica estacionada nessa função, como observa Humberto Eco:

Em teoria, e formulando a exigência de modo paradoxal, Brasília teria sido uma cidade do futuro se tivesse sido construída sobre rodas, ou com elementos pré-fabricados e desmontáveis, ou ainda segundo formas e orientações tão maleáveis que pudesse assumir significados diferentes a depender da situação; em vez disso, foi construída como um monumento mais perene que o bronze e está lentamente sucumbindo à sorte dos grandes monumentos do passado, que a história preencherá de outros sentidos e que serão modificados pelos eventos, ao passo que queiram conhecê-los. (ECO, in: XAVIER, 2012, p. 224)

A cidade capital, mesmo monumental em sua forma materializada, absorve bem qualquer modificação, aliás, ela as provoca quando precisa (quando muda de endereço, por exemplo). Apenas uma modificação requer mais atenção: a questão da capitalidade. A cidade comum, essa que pode, historicamente, preencher de novos significados a monumentalidade da cidade capital, também sofre, por efeito rebote, das questões da capitalidade. Um exemplo disso é cidade do Rio de Janeiro, destituída de capitalidade e impregnada por ela ao mesmo tempo, resultando em relações problemáticas na cidade comum. Vamos falar um pouco sobre isso na próxima seção.

3.3 Capitalidade: debate permanente

Uma das apostas para a mudança da capital para Brasília é que ela estaria bem capacitada para ordenar o território nacional por não ser um território político histórico. Não é um estado federativo, não é um município – ainda que atualmente tenha voz ativa nos âmbitos decisórios nacionais para os interesses regionais com senadores, deputados federais e executivo eleito, operando como um sistema fechado único diante de um ambiente de 26 estados e mais de 5,6 mil municípios. A desterritorialização histórica de Brasília era ainda mais aguda quando o Distrito Federal não elegia deputados federais, senadores e nem governadores. A inclusão no sistema político eletivo é mais uma evidência de que a desterritorialização simbólica do DF será superada por uma regionalidade física e política inescapável, afinal a capital está situada em uma região do país. Mas os sistemas jurídico, político, econômico e legislativo do Estado a atribuem características que a permitem, em diversas esferas, o paradoxo de ser um território nacional sem ser um território regional (indivisibilidade municipal, tributação e receitas especiais, operando ora como estado federativo ora como município). É esse paradoxo que escancara a função da cidade capital: operar o território nacional, a identidade nacional e o Estado-nação (enquanto mega-organização). Por essa razão, a cidade capital pode estar em qualquer lugar, até mesmo em mais de uma cidade.

São baseadas nessa tríade (Estado, território e identidade) algumas argumentações de quem advoga a capitalidade nacional do Rio de Janeiro, que deveria torná-la a segunda capital do país⁶. As argumentações para cada elemento: 1) o Estado enquanto organização está situado no Rio na forma de várias entidades federais presentes na antiga capital e 222 mil⁷ servidores públicos federais (entre aposentados e ativos). Mas esse fato como argumento para capitalidade do Rio perde força uma vez que a

6. Os cientistas sociais Lynch, Souza e Ramiro propõem a ideia na obra “Rio 2º Distrito Federal – Diagnóstico da crise estatual e defesa da federalização”, com apoio de intelectuais como Merval Pereira e Ruy Castro, e políticos como o ex-prefeito de Niterói (RJ), Rodrigo Neves.

7. O Distrito Federal possui 310 mil servidores, segundo dados do Painel Estatístico de Pessoal do Governo Federal.

maior parte desse número de servidores está voltado para atuações predominantemente regionais (escolas, universidades, hospitais), embora os serviços sejam prestados por órgãos federais. Esse grande número de servidores não seria uma evidência de como o Rio opera o Estado enquanto megaorganização nacional, mas apenas uma evidência de que o Estado nacional está presente no Rio através de instituições e muitos servidores, com fortes implicações para a cidade, mas nem tão fortes para o Estado, o território nacional e a identidade nacional; 2) a identidade nacional é um elemento acoplado ao Rio de Janeiro por várias razões: a quantidade de tempo que o Rio foi capital administrativa do país (quase dois séculos); a quantidade de impressões (literalmente) cariocas em filmes, páginas, discos, ondas de rádio; a qualidade de se tornar capital de todo império português com a presença do Estado (o rei e a corte) temporariamente no início do século XIX; a qualidade de espaço de debate de inúmeras questões nacionais e formas de organização do país ao longo da história. Fatos como esses se perpetuam representados na nacionalidade dos times de futebol do Rio, nos eventos culturais (políticos, esportivos e artísticos), no turismo nacional e internacional, na potência imagética de regionalidade travestida de nacional da paisagem da Baía de Guanabara, do Cristo Redentor, do carnaval, do samba. Portanto, em algum imaginário, apesar de que primordialmente internacional e local do próprio Rio, o Rio de Janeiro é (não *ainda é porque merece*, mas é de fato) uma capital nacional do Brasil, ainda que a capitalidade esteja definida apenas por comunicações baseadas na falta de conhecimento, paixões ou opiniões – embasadas por dados ou não; 3) o ordenamento do território nacional teria uma centralidade no Rio de Janeiro. Para ser mais central, o Rio de Janeiro hoje precisa assumir a alcunha regional de “eixo Rio-São Paulo”, sozinho já não está conectado com protagonismo socioeconomicamente nem politicamente ao restante do país.

Para inflar a capitalidade do Rio na proposta de duas capitais para o Brasil, o cientista político Christian Lynch (2021) critica a capitalidade de Brasília em duas frentes: a cidade capital (cidade dominada pelo poder autorreferente e inescrupuloso) e a cidade comum (vazia, sem dinamismo, longe dos setores produtivos, neutralizadora do espaço público). O autor quer investigar se é possível extrapolar os argumentos

mais comuns da crítica a Brasília (projeto eleitoreiro de JK, a classe política em Brasília estaria alienada dos setores produtivos da realidade brasileira, os espaços vazios modernistas neutralizam “o povo” na cidade) para argumentar que a conformação e a posição da capital contribuem para a crise democrática brasileira. É preciso, no entanto, considerar que o trabalho em conjunto dos autores advoga explicitamente que o Rio de Janeiro volte a ser capital abrigando o Congresso Nacional, ministérios e a presença sazonal do presidente da república. A questão de fundo, na realidade, é menos a crise democrática brasileira e mais a crise econômica e política do Rio de Janeiro (muito causada pela perda de capitalidade, segundo os autores, e a capitalidade regional do estado do Rio de Janeiro que seria um peso para a cidade).

Lynch descreve, com base em Lawrence Vale (apud LYNCH, 2021), três tipos de capitais modernas: as evolucionárias (Londres, Paris, Viena, Berlim – cidades que evoluíram mais ou menos organicamente ao status de capital); as que deixaram e tornaram a ser capitais (Roma, Moscou, Atenas); as que por ruptura com a evolução surgem de uma decisão (Washington e Camberra). Brasília se enquadraria nesse terceiro tipo, surgida de uma modernização periférica “(...) oscilando entre o autoritarismo burocrático e o liberalismo oligárquico (...)” (LYNCH, 2021, p. 25).

Para o autor, a mudança da capital foi um ato autoritário e antidemocrático, visando afastar o Estado da multidão que o Rio abrigava, numa ruptura com a região que mais se industrializava e se urbanizava no país (eixo Rio-São Paulo), que pressionava os governos e experimentavam o florescimento da democracia brasileira, em um passo para trás nesse processo. Os dados de urbanização e industrialização ocorridos no país nos últimos 62 anos da inauguração de Brasília revelam outras informações: a tendência da urbanização se consolidou e o país alcançou 80% da população urbanizada em 2010, contra 45% nos anos 1960; o auge do grau de industrialização nacional e participação no PIB ocorreu na década de 1970/80, após a mudança da capital – a partir dos anos 1980/90 a tendência foi de desindustrialização, com queda mais acentuada a partir da crise de 2008. É preciso levar em consideração também que o país não era um paraíso que retrocedeu bem como não era um problema que se resolveu. Seria difícil especular o que teria acontecido

caso a capital tivesse permanecido no Rio de Janeiro. O golpe de Estado em 1964 se deu no Rio de Janeiro, Brasília ainda era uma capital incipiente. Se a mudança para a capital se deu em um governo democrático (ainda que que autor teça argumentos com certa elasticidade para afirmar que a mudança foi antidemocrática), a consolidação da cidade capital em Brasília foi durante a ditadura.

O golpe fora dado no Rio mas a consolidação aconteceu na nova capital, e a configuração espacial da cidade modernista foi de fato um item relevante. Mas a cidade era despovoada na década de 1960, o que não é mais um fato. Protestos nacionais contam com a população local para formar a multidão. Alguns dos últimos protestos em Brasília reúnem milhares de pessoas e acontecem em meio a uma população que somando a região metropolitana se aproxima dos 4 milhões de habitantes. Não existe mais capital longe do povo. Esse argumento não foi suficiente para o Rio de Janeiro manter a capitalidade, bem como não é para que Brasília o faça agora (nem para perdê-la). Os argumentos de Lynch (2021) permanecem primordialmente em torno da questão populacional.

Essa questão traz à tona nosso debate sobre a cidade capital e a cidade comum. De fato, qual a população da cidade de Brasília? O DF tem apenas 10,7% do seu território ocupado por equipamentos urbanos. São nesses 10,7% que estão presentes os mais de 3 milhões de habitantes, adensados principalmente na região centro-sudoeste do DF. Apesar das distâncias, a maior quantidade de pessoas está reunida em uma região que se distancia em torno de até 30 quilômetros do centro do Plano Piloto. Não é uma distância muito diferente de outras metrópoles, ainda mais por estar integrada por malha rodoviária, ônibus, a quarta frota de carros no país (e a maior em números relativos à população) e metrô. Não quer dizer que a cidade não seja segregada, muito pelo contrário. Em termos da relação habitação/trabalho, é inquestionável. Nesse caso a problemática é menos a distância e mais a concentração da oferta de empregos em um núcleo preponderante⁸. Mas isso não quer dizer que não seja relativamente integrada, formando uma malha urbana densa, dinâmica e populosa.

8. Cerca de 60% dos postos de trabalho se concentram no Plano Piloto, que detém apenas 8,17% da população. (PAVIANI, in: XAVIER, 2012, p. 429).

A discussão em torno da questão população/distância aqui proposta tem uma finalidade: esse não é um fator determinante para a capitalidade da cidade capital. Temos no mundo capitais densamente povoadas, como Paris e Londres, e pouco povoadas como Ottawa e Camberra (para focar em exemplos de países desenvolvidos, já afirmando com isso também que esse não é um fator determinante para o desenvolvimento dos países ou não). Devolver a capitalidade ao Rio de Janeiro seria principalmente um gesto em direção à pretensa centralidade da representação do que é ser brasileiro. É preciso combinar com o restante do país.

A capitalidade seria o que, então? Acreditamos que a diferenciação sistêmica entre cidade capital e cidade comum possa apresentar algumas evidências. Segundo o dicionário Houaiss, considerando a etimologia da palavra de origem latina, capital é relativo à “cabeça, parte superior, parte principal”. Uma das definições do dicionário Houaiss, também relacionada à etimologia latina, é a “que traz a morte; fatal; mortal”. A capital, nesse caso, é a da pena capital, a que define por último, a que sentencia. Outra definição do dicionário é: “principal cidade de um país, estado, província, departamento etc., onde fica concentrada a alta administração”. Essa definição talvez contribua para a confusão sobre o conceito de capitalidade. A definição corrente de cidade capital como a “principal” de uma nação sobrepõe dois fatores: a importância econômica e cultural e a sede da administração. Aqui consideramos que a cidade capital enquanto sistema social diferenciado funcionalmente é a sede administrativa, a materialidade física e simbólica do Estado enquanto megaorganização com a capacidade centralizadora de tutelar a identidade nacional (em termos de nacionalidade burocrática) e o território nacional. Essa é a cabeça do Estado. A cidade principal, ou as principais cidades de um país, o são por critérios diferentes, autorreferenciadas por outras comunicações e outras operações de outros meios de comunicação simbolicamente generalizados que podem prevalecer além do amor e do poder operados pelo Estado e a cidade capital. As cidades principais regionais, ou até nacionais, podem estar mais ligadas a noções de centralidade cultural (Rio de Janeiro, São Paulo, Recife, Salvador, Belém); econômicas (São Paulo); turísticas (Rio de Janeiro, Fortaleza, Natal, Florianópolis); inovação tecnológica (Curitiba), dentre

outras. Da mesma forma que é impossível afirmar que Brasília é a principal cidade do Brasil, é impossível dizer que seria o Rio de Janeiro, São Paulo ou Belo Horizonte ou qualquer outra. Além de ser um processo dinâmico (Recife já foi a mais rica, Salvador a sede administrativa colonial, Rio a mais populosa e hoje São Paulo é superlativa na maioria dos aspectos), o Estado se arranja com todas as potencialidades e disputas e se beneficia dessa dinâmica. A capitalidade no que diz respeito à administração pública está em Brasília e aparentemente não quer estar em nenhum outro lugar por enquanto. Outras noções que podem tornar outras cidades em capitais nacionais estão em debate, cabe saber se um debate regional ou de fato nacional.

3.4 “Brasília de verdade”

Uma diferença fundamental entre a cidade capital e a cidade comum é a cadência de cada uma. Enquanto a primeira tem a pulsação da História, limitada por escalas e métricas em compassos previsíveis ou ao menos conformados em uma plausibilidade, a segunda transita por intervalos mais obscuros, improváveis, espalhados no encontro fantasmagórico entre o dia e a noite. A cidade comum amanhece e anoitece. A cidade capital liga e desliga. É sobre ligar/desligar a referência quando se diz que Brasília esvazia, tira recesso, está de férias, está calma, está agitada, retornou de um hiato. A cidade comum não oscila nesse sentido, não cessa, não suspende. Ela amanhece e anoitece em moto-perpétuo, como acomete a qualquer cidade. É preciso olhar para a cidade comum para perceber Brasília quando a cidade capital desliga. Do contrário se imagina que há um vazio, um intervalo, um entreato em Brasília. Se há, é apenas no espetáculo político da cidade capital. A cidade comum não tem intervalos, se muito, tem sossego nos feriados. São cadências distintas. Suspeitamos, por isso, que a diferença entre as duas é mais uma questão de ritmo, de tempo, do que de espaço.

A Praça do Relógio, no centro de Taguatinga, recebe esse nome por conta de um relógio doado em 1970 pelo presidente da Citizen Watch Company. Brasília tem a fama de não abrigar praças tradicionais como as das cidades ibero-americanas, a não ser a inóspita Praça dos Três Poderes e outras poucas, muito diferentes da *plaza de armas* das capitais

de países da América Latina ou das praças comuns das cidades brasileiras. A Praça do Relógio, em Taguatinga, é uma praça como as corriqueiras praças Brasil afora. No DF existem várias. O relógio que fez sua fama está situado no topo do obelisco hexagonal que o suporta e deveria badalar a cada hora, mas a falta de manutenção o deixa quase sempre estacionado em um tempo que não passa, marcando um horário eterno, enquanto a cidade pulsa ao seu redor. Taguatinga, Brazlândia, Guará, Gama, Samambaia, Ceilândia, Sobradinho, Planaltina, Águas Claras, Riacho Fundo, Recanto das Emas, São Sebastião, Vila Telebrasília, Vila Planalto, Santa Maria, Núcleo Bandeirante, dentre outras regiões do Distrito Federal, todas vivem um ritmo diferente do centro do Plano Piloto. As quadras e ruas comerciais do Plano Piloto também vivem um ritmo diferente do centro do Plano Piloto (onde opera a cidade capital de fato). Esses são os espaços dos transeuntes, do trânsito, do assalto, do encontro fortuito, da brincadeira nos parquinhos, das vezes nas ruas noite adentro, dos bares, das brigas, dos acidentes, dos assassinatos violentos, dos marginalizados dormindo ao léu, das prostitutas, dos traficantes, das sirenes, dos ambulatórios dos hospitais, da agitação na saída da escola ao meio-dia, do ambulante, da movimentação na porta das igrejas e templos, dos comerciantes de sinal de trânsito, dos motoqueiros a mil, da gente que anda apressada, da gente que senta nos bancos, dos turistas, dos golpistas de porta de banco (e dos de dentro), dos migrantes e imigrantes, dos cachorros de rua e dos de coleira, dos mecânicos e suas carcaças de aço, do sussurro solene dos cemitérios. Essa paisagem é a cidade comum. Poderíamos estar descrevendo qualquer cidade brasileira de médio a grande porte, mas estamos falando de Brasília, que repete em diferentes núcleos essa mesma dinâmica.

A antropóloga brasileira Antonádia Borges (2003), ao propor um estudo etnográfico da região administrativa Recanto das Emas, discorre o conceito generalizado naquela região (e em outras do DF) do “tempo de Brasília”. Esse foi o termo utilizado como métrica para o assentamento habitacional da população que não cessava (e não cessa) de chegar no Distrito Federal de todas as partes do país (principalmente das mais pobres, pois as mais ricas tendem a chegar de avião e se estabelecer em imóveis cedidos pelo Estado, alugados ou próprios próximos ao centro,

e se inserem imediatamente em seus próprios tempos de Brasília). A quantidade de anos comprovados de moradia no DF e outras variáveis, o “tempo de Brasília”, definia o direito ou não aos lotes doados pelo governo nos assentamentos.

Os tempos em Brasília seguem ritmos difusos. A cidade capital e sua realidade sociopolítica operando o Estado, a identidade e o território nacional, se acopla e desacopla de eventos como eleições nacionais, eleições regionais municipais (fora do DF, que não tem esse evento), votações, recessos, decisões colegiadas, reuniões, prazos que nascem, prazos que encerram, grupos de trabalho, comissões, comitativas e outras sazonalidades político-administrativas. Mas quando o país elege prefeitos, a cidade comum que não os elege, entra no ritmo da cidade capital que observa placidamente a política efervescente no restante do país. Nesse caso, o tempo da cidade capital e o da cidade comum coincidem. Protestos nacionais, marchas, caravanas, acampamentos: paisagem corriqueira da cidade comum por um lado enquanto fonte de comunicações de intenso processamento pela máquina estatal operada pela cidade capital. Uma agitação política no âmbito do poder ou manifestação de grupos nas ruas da Esplanada dos Ministérios dificilmente será percebida para além da paisagem cotidiana na cidade comum (fora os atores políticos, os agentes de segurança envolvidos e os ambulantes que aproveitam o movimento para vender seus produtos), a não ser que seja muito grande ou que envolva questões regionais ou nacionais que movimentem o imaginário das cidades comuns brasileiras (impeachment de um presidente, por exemplo, ou protestos generalizados no país que também sucederam em Brasília, como aconteceu em 2013). Nos eventos quando corriqueiros (em sua maioria) o tempo da cidade capital apressa, se agita; o da cidade comum segue seu curso cotidiano. São tempos diferentes.

Observamos o movimento dinâmico que anima a urbe brasiliense. A percepção subjetiva do pesquisador de que o brasiliense morador do Plano Piloto mora em uma Brasília supostamente considerada como a *verdadeira* Brasília, se soma com a perspectiva de que essa mesma verdadeira cidade é a Brasília que deve ser preservada (tombada) enquanto uma(s) outra(s) cidade(s) cresce(m) a partir de um ordenamento não planejado, e muitas vezes não desejado, com implicações identitárias e

socioeconômicas para milhões de pessoas da Brasília que é o “resto”, uma “grande favela”, uma “falha no planejamento”. Essa percepção subjetiva e individual encontra ecos que confirmam/refutam essa percepção em obras de arte da cidade, em opiniões de intelectuais que falam do triunfo e do fracasso da cidade, em discursos políticos que falam “Mais Brasil e Menos Brasília”⁹, no ordenamento urbano idiossincrático, nas leis, nas pesquisas científicas.

No filme *Branco sai, preto fica*, de Adirley Queirós, o cineasta imagina uma Brasília em que o centro do poder exige dos habitantes um passaporte para entrar no espaço urbano central. Na obra ficcional, o autor imagina, no limite, a situação da diferenciação entre a cidade comum e a cidade capital explícita em um passaporte necessário para sair de uma e entrar na outra. O autor trabalha ainda com questões de raça que permeiam as relações da cidade comum com o ambiente complexo urbano, de forma que o sistema cidade comum debate essas interações em seu percurso autopoietico (a maioria das vezes com violência), o que para Brasília cidade capital são ambientes de indiferença. No romance *A noite da espera*, do escritor Milton Hatoum, Brasília é o cenário da trama vivenciada por jovens brasileiros. Um dos personagens, Lázaro, é morador de assentamentos em Ceilândia, uma futura região administrativa ainda em processo de ocupação nos anos 1970, quando a trama se passa. No lugar distante do centro, o garoto é filho de mãe solteira, cozinheira e que trabalha na casa de diplomatas no Plano Piloto. As passagens em que Lázaro ou Ceilândia estão presentes na obra revelam as relações entre a cidade capital e a cidade comum, rotineiras para quem “sai” de uma e “entra” na outra cotidianamente – quais passaportes se fazem necessários? – mas estranhas para os moradores do Plano Piloto que só fazem essa passagem se escolherem fazer. Uma materialização não ficcional dessa diferenciação é o tombamento da cidade modernista, ordenado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), que ao definir a topografia do que é o espaço a ser preservado por seu valor histórico e cultural em escala mundial (tombamento pela UNESCO), termina também por traçar a fronteira entre o que deveria

9. Esse foi slogan de campanha do presidente Jair Bolsonaro e lema de governo.

ser a cidade capital e o que não é, recortando e neutralizando a cidade comum (e causando um problema: o Plano Piloto também é a cidade comum, o tombamento, nesse sentido, é arbitrário e diz respeito a uma questão regional, e não nacional).

A Constituição Federal brasileira, de 1988, determina a República Federativa do Brasil como formada pela união indissolúvel dos estados, municípios e do Distrito Federal, logo no artigo 1º. Os entes federativos, portanto, são a União, os 26 estados, os mais de 5,6 mil municípios e o Distrito Federal. Para dar conta dessa complexidade, o ordenamento jurídico é organizado em normas fundamentais regidas pela Constituição Federal, constituição dos estados regionais e leis. O Distrito Federal, por ser um híbrido entre o estado e o município, é regido por uma Lei Orgânica.

Por diversas razões, a legislação brasileira, ao longo do tempo, vem aproximando o DF mais de um estado do que de um município¹⁰, uma delas é a própria dimensão do território do DF, com 5,7 mil km² que, ainda que pequeno em relação a outros estados do país, comporta extensa malha urbana e uma ainda mais extensa área rural e de vegetação. Outras razões foram expostas pelo ex-ministro do Supremo Tribunal Federal brasileiro, Carlos Ayres Britto, ao relatar uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI nº 3.756/2007), que tratava do ordenamento fiscal do DF, justamente em relação ao seu caráter híbrido. O ministro listou:

(...) o Distrito Federal está bem mais próximo da estruturação dos Estados-membros do que da arquitetura constitucional dos Municípios. Isso porque: a) ao tratar da competência concorrente, a Lei Maior colocou o Distrito Federal em pé de igualdade com os Estados e a União (art. 24); b) ao versar o tema da intervenção, a Constituição dispôs que a “União não intervirá nos Estados nem no Distrito Federal” (art. 34), reservando para os Municípios um artigo em apartado (art. 35); c) o Distrito Federal tem, em plenitude, os três orgânicos Poderes estatais, ao passo que os Municípios somente dois (inciso I do art. 29); d) a Constituição tratou de maneira uniforme os Estados-membros e o Distrito Federal quanto ao número de deputados distritais, à duração dos

10. Essa é uma tendência também no District of Columbia, que se confunde territorialmente com a capital dos Estados Unidos, Washington.

respectivos mandatos, aos subsídios dos parlamentares, etc. (§ 3º do art. 32); e) no tocante à legitimação para propositura de ação direta de inconstitucionalidade perante o STF, a Magna Carta dispensou à Mesa da Câmara Legislativa do Distrito Federal o mesmo tratamento dado às assembleias legislativas estaduais (inciso IV do art. 103); f) no modelo constitucional brasileiro, o Distrito Federal se coloca ao lado dos Estados-membros para compor a pessoa jurídica da União; g) tanto os Estados-membros como o Distrito Federal participam da formação da vontade legislativa da União (arts. 45 e 46). (ADI nº 3.756/2007 – Ministro relator, Carlos Ayres Britto).

Esses fatos se somam à autonomia dada ao DF para se autogovernar pela Constituição Federal, no artigo 32, que também deixa clara a indivisibilidade do DF: “O Distrito Federal, vedada sua divisão em Municípios, reger-se-á por lei orgânica (...)”. Em decisão de 2008 pelo Supremo Tribunal Federal, a Lei Orgânica do DF ganhou status de Constituição Estadual (ADI nº 980). Apesar disso, a organização dos poderes no DF define a operação de apenas dois poderes no ente federado: o executivo e o legislativo. Apesar da menção do ministro Ayres Britto à presença dos três poderes estatais operando de maneira orgânica no DF, com o executivo (Governo do Distrito Federal), o legislativo (Câmara Legislativa) e o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT), é preciso ressaltar que este último é um órgão federal pertencente à União, ainda que exerça jurisdição no DF. Nesse caso, no que diz respeito aos poderes, o DF é como os municípios, opera autonomamente poderes legislativo e executivo.

Para perspectivas do direito, do plexo de normas que constituem a organização administrativa do DF e sua relação com os outros entes da república, o caráter híbrido de Brasília (entre um estado-membro da república e um município) é a principal diferenciação que marca o sistema cidade capital para o restante do país. A cidade capital não pode ser uma cidade comum, caso contrário, como explicar, por exemplo, que a União custeie constitucionalmente os entes locais Poder Judiciário, Ministério Público, Polícia Civil e Militar e Corpo de Bombeiros, contando ainda com um fundo próprio de assistência financeira para execução de serviços públicos no DF? Apenas para um sistema singular, diferenciado, se justificaria tais privilégios perante o restante dos entes da federação — não que estes privilégios não sejam questionados país

afora quando se afirma, por exemplo, que Brasília é a “Ilha da Fantasia”. Da mesma maneira, se a cidade capital não fosse um sistema autorreferente, diferenciado da cidade comum, como explicar para a população local a diferença política, em que não se vota a cada para vereadores e prefeitos como o restante do país (considerando ainda mais que não se votava de maneira nenhuma de 1960 até 1988)? São nas relações diante dessa diferença, processadas pela intervenção dos meios de comunicação simbolicamente generalizados amor e poder, que a comunicação da cidade capital é aceita, permitindo que ela prossiga seu curso autorreferente. Por amor à pátria, a capital merece todos os cuidados necessários para sua segurança e continuidade, ela é símbolo como a bandeira, o hino nacional, a língua oficial, um marco histórico que precisa ser cuidado e preservado e defendido. O sistema jurídico brasileiro, por sua vez, precisa resolver o problema da cidade capital marcando sua diferença para a cidade comum, de forma que a continuidade da existência da cidade capital seja minimamente garantida pelo poder operando o código lícito/ilícito, condição necessária para que o próprio sistema jurídico nacional marque sua diferença para os demais poderes e opere seus elementos (o plexo jurídico) a partir de uma centralidade inequívoca territorialmente assegurada na cidade capital. De maneira ainda mais abrangente, o direito envolve as interações entre os poderes estatais (executivo, legislativo e judiciário) de maneira que cada um garanta a existência da cidade capital. O executivo federal e o Congresso Nacional não atentarão contra a cidade capital e, no máximo, vão intervir na cidade comum para que esta não afete o funcionamento da cidade capital, como, por exemplo, em ocasiões de protestos, passeatas, comícios que advoguem temas do interesse nacional, onde o exército pode ser convocado ou a organização do espaço urbano é administrada pelos entes federais acima dos entes locais. Os trâmites autorregulados do Congresso Nacional também garantem que quaisquer alterações no sistema cidade capital precise de ampla discussão e integre o debate nacional, onde as alterações que modifiquem significativamente a estrutura organizacional do DF necessitem de emenda na Constituição Federal.

Diferenciar a cidade capital da cidade comum, nessa perspectiva, nasce de uma necessidade do Estado para que suas próprias operações

se situem com o máximo de estabilidade possível na cidade comum que abriga a cidade capital, sem que a primeira perturbe demais a segunda. As diferenciações que essa natureza híbrida do sistema jurídico e administrativo do DF ensejam nos processos regionais do DF participam do cotidiano da vida em Brasília como efeito colateral. É o interesse nacional, advogado pelo Estado-nação como seu elemento fundador, o tema motivador para que as seleções e acoplamentos estruturais que a cidade capital realiza estejam direcionados a garantir estabilidade para si e seus elementos fundamentais: o Estado, a identidade nacional e o território nacional. Tornaremos a discutir, no próximo capítulo, como esses elementos formam a cidade capital e são formados por ela. Por ora, nos interessa avançar para a descrição de Brasília sob a perspectiva jurídico-administrativa.

A organização administrativa do Distrito Federal é tema do segundo capítulo da Lei Orgânica do DF. Ele que define que o DF se organiza em regiões administrativas, o que convencionou-se chamar cidade-satélite. Essa é a saída para a indivisibilidade do território da capital, como descrita na Constituição Federal, mas que, na prática, é repleta de subdivisões. As regiões pretendem descentralizar a administração e otimizar recursos. Na Lei Orgânica está prevista a possibilidade de que os administradores regionais sejam eleitos, tema de grande polêmica regional e com uma área nebulosa perante a interpretação da vedação constitucional para indivisibilidade do território do DF. Por essa razão, até hoje tal possibilidade não avançou. Também é previsto na Lei Orgânica representação participativa da população, com um Conselho de Representantes Comunitários, com funções consultivas e fiscalizadoras. Para que tais conselhos existam, se faz necessário projeto de lei elaborado pelo Governo do Distrito Federal, o que nunca ocorreu. A criação ou extinção de regiões administrativas fica a cargo da Câmara Legislativa. Cabe mencionar também que a eleição para os deputados distritais, que serão os titulares dos votos nas operações da Câmara, não tem qualquer obrigação ou cota de fato distrital no DF, no sentido de regionalização. Os deputados são eleitos livremente sem qualquer necessidade de ligação com territórios do DF (a não ser a este como um todo).

O Distrito Federal tem a competência, como a um estado ou município, de instituir tributos e impostos de variadas naturezas. As operações ocorrem, em grande parte, utilizando-se um dos últimos bancos “estaduais” (entre aspas por se tratar do DF) do país, o Banco de Brasília. As receitas e as dívidas públicas funcionam de maneira semelhante à dos estados. A distribuição do orçamento é uma das principais consequências da distinção cidade capital e cidade comum, marcada pela prerrogativa da indivisibilidade do Distrito Federal que, por sua vez, tem por consequência e escolha de um modelo de gestão por regiões administrativas. A Lei Orgânica do DF prevê a destinação anual de recursos às administrações regionais para atendimento de despesas de custeio e investimento, prioritariamente. Essa definição, conseqüentemente, torna as regiões administrativas em órgãos públicos. Os planos orçamentários são definidos de maneira centralizada, com a observância de se distribuir os recursos em consonância com o plano diretor de ordenamento territorial e atendendo às especificidades de cada região administrativa. Essa relação de planejamento e execução orçamentária fica a cargo de determinações legais entre o Governo do Distrito Federal e a Câmara Legislativa, de maneira centralizada como em um município. Apesar de todas as obrigações e salvaguardas para a correta instrumentalização do orçamento, a prática é que a centralização da operação atenderá, prioritariamente, aos interesses da cidade capital e, em seguida, aos da cidade comum. Dito de outra forma, as necessidades de investimento e custeio da cidade comum terão por prioridade as que interessem à cidade capital. Com a distribuição orçamentária observamos de maneira mais nítida na cidade empírica a diferença entre a cidade comum e a cidade capital. A região administrativa que abriga o aparato estatal nacional em sua grande maioria é a região central do Plano Piloto. É a região que tende a ser chamada de Brasília, por ser o desenho de Lúcio Costa. Um dos valores da Lei Orgânica do Distrito Federal, o décimo primeiro, é: “zelar pelo conjunto urbanístico de Brasília, tombado sob a inscrição nº 532 do Livro do Tombo Histórico (...)”. O conjunto urbanístico tombado é o Plano Piloto. Não é de se espantar que este seja o espaço mais conservado, de maior qualidade de vida e mais seguro do Distrito Federal, e quanto mais próximo fisicamente dele, melhores os dados socioeconômicos.

Do orçamento para o Distrito Federal em 2022, a Lei Orçamentária Anual previu R\$ 48 bilhões, dos quais R\$ 32,2 bilhões são de receitas próprias do DF e R\$ 16,2 bilhões são provenientes do Fundo Constitucional (FCDF), previsto como repasse obrigatório para custeio de diversas atividades no DF, como descrevemos anteriormente. Boa parte desse valor é destinado para custear obrigações do ente federativo e os repasses e investimentos se dão por temas (saúde, educação, segurança etc.). As pastas distribuem os valores por obrigações das regiões e de acordo com o plano orçamentário quadrienal. A batalha política pelas porcentagens desse orçamento passa pela Câmara Legislativa, pelas pastas do executivo e pela população em consultas populares sobre a distribuição orçamentaria. Seja como se der a distribuição, uma garantia é inviolável: garantir o zelo do conjunto urbanístico do Plano Piloto.

O IDH médio do Distrito Federal (DF) – que compreende a cidade de Brasília em sua totalidade populacional – é o maior do país, segundos dados do IBGE. A renda média do DF, R\$ 5,1 mil, supera em muito a renda média nacional de R\$ 1,4 mil. A média, no entanto, revela apenas o tamanho da desigualdade presente em Brasília: a renda média da Ceilândia, região mais populosa do DF, é abaixo da média nacional, com R\$ 1,1 mil. As regiões mais pobres da Ceilândia, conhecidas como Sol Nascente e Pôr do Sol (e que se tornaram RAs recentemente), tem renda média de R\$ 642. Esses valores de renda estão caindo na região, enquanto sobem os dados referentes à evasão escolar e violência. De outro lado, o Lago Sul tem a maior renda média do país: R\$ 23,5 mil. Ao sistema Brasília-cidade-capital não interessa a renda ou o problema de um buraco ou uma escola sem professor no bairro do Sol Nascente, distante mais de 40 quilômetros da Esplanada dos Ministérios e da Praça dos Três Poderes. Esses fatos interessam somente à cidade comum.

Essas diferenças que descrevemos sucedem no plexo jurídico e tornam perceptíveis, se não formas, ao menos contornos entre a cidade capital e a cidade comum. Essa dualidade jurídica operada pelos códigos de lícito/ilícito é mediada pelo poder. É o poder como meio de comunicação simbolicamente generalizado que impulsiona a aceitação do “tempo de Brasília”, como descrito por Borges (2003), por exemplo. Essas diferenças que resultam nas divisões do espaço, das habitações, se dão no tempo

das decisões jurídico burocráticas. Com o passar dos anos, a cidade tem seguido a cartilha das metrópoles: a conurbação. Espaços que se sobrepõem e se amalgamam: não é possível para uma pessoa que não conheça bem a região saber onde termina Taguatinga e onde começa Ceilândia, Samambaia, Águas Claras; Núcleo Bandeirante, Candangolândia e Guará; Plano Piloto e Cruzeiro; Gama, Santa Maria, Recanto das Emas e Riacho Fundo I e II; hoje a exceção são os núcleos separados (Sobradinho, Planaltina e Brazlândia dentre 33 RAs). A cidade que já foi poli nucleada tende à conurbação e essa soma pode incluir cidades do Goiás próximas à Brasília como Águas Lindas, Santo Antônio do Descoberto, Valparaíso, Luziânia, Novo Gama, dentre outras da área metropolitana de Brasília (AMB), que receberam o excedente da população do DF (o DF que sempre recebeu migrantes passou a migrar para moradias mais baratas em regiões próximas). A metrópole tende ao encontro espacial entre as diferentes estruturas urbanas (com toda sua problemática socioeconômica típica brasileira), mas uma insistente percepção de tempos diferentes convivendo entre a cidade capital e a cidade comum tem dificuldades de compreender o Plano Piloto como o centro de uma grande cidade (e não o Plano em si uma cidade rodeada por exceções). Essa diferença de percepção temporal do que o espaço já confirma é uma operação da cidade comum afetada pela potência da cidade capital. O amor à pátria, como é característica do meio de comunicação operado por códigos de aceitação/rejeição e intimidade/não intimidade, encaminha a cidade comum a aceitar/imaginar que separar claramente o espaço urbano entre o que é e o que não é capital, mesmo internamente no Distrito Federal (que é juridicamente um todo que se confunde com a capital federal), é uma forma de continuidade segura para a cidade capital permanecer operante na cidade comum. Esse é um efeito da cidade comum, não da cidade capital que pouco se importa se o DF vai se observar como uma grande cidade ou com outras divisões, desde que o conjunto decisório seja preservado, tanto é que juridicamente só temos brasilienses nascidos no DF, e não ceilandenses, taguatingueses, gamenses. Para a cidade capital, basta que exista um centro e uma periferia e que o centro garanta essa divisão. Aldo Paviani resume bem a questão:

Todos estão de acordo: a capital do Brasil é Brasília. O que não possui consenso é que o plano piloto seja apenas o centro da capital. Portanto, não há unanimidade, apesar de a Lei Maior determinar que Brasília agregue o todo urbano do Distrito Federal (DF). O plano piloto de Brasília cristalizou-se como núcleo central. Por isso, define-se a cidade como o conjunto urbano formado pelo centro que se agrega aos demais núcleos (as anteriormente denominadas cidades-satélites). Determina a lei que se denomine cidade apenas as sedes municipais. Em vista disso, Morumbi é bairro de São Paulo; Ipanema, do Rio de Janeiro; Moinhos de Vento, de Porto Alegre, assim por diante. Por similaridade, o plano piloto é o bairro central da capital federal. Ademais, o DF tem somente um município, que é Brasília, e tomá-la como sendo apenas o plano piloto é falsear o processo de urbanização e as estatísticas (...). (PAVIANI, in: XAVIER, 2012, p. 427).

A “Brasília de verdade” que tanto incomodou este autor ao reconhecê-la nas falas dos visitantes da cidade na infância, seria, portanto, toda a malha urbana do DF, e, porque não, a rural também. A questão do espaço assume sua feição mais verdadeira: a diferença em Brasília é uma questão de tempo. Houve o tempo em que o Plano Piloto se confundia solitário com Brasília e os demais núcleos que iam surgindo (Cidade Livre, Taguatinga, Sobradinho, Gama, Ceilândia – esta, a partir do terrível nome de “erradicação de invasões”), seriam satélites distantes, um outro indefinido e superável pela imaginação de que o que não se está vendo, não existe. As dinâmicas da cidade comum não permitiram esse arranjo. Uma vez aceito, o tempo de Brasília subverte a própria lógica da segregação ao, a partir dela, integrar (com lutas, desordenadamente e à revelia do poder público) a cidade. A arquiteta Silvia Ficher define assim essa relação: “(...) plano piloto e seu entorno se complementam, a lógica de um leva inexoravelmente à existência do outro” (2012, p. 363). O amor à pátria (travestido na paixão ao projeto de mudança, planejamento e construção da capital) mantém persistentemente a noção de que existe uma unidade urbana em Brasília a ser garantida: a unidade do Plano Piloto que precisa ser continuada (a “Brasília de verdade”). Ficher explica criticamente: “Para defender e preservar a sua completude, foi definido um cinturão verde – melhor dizendo, um *cordon sanitaire* – e adotada uma política de expansão pela implantação de subúrbios e cidade-dormitórios para abrigar a população mais pobre – as

“cidades-satélites” (2012, p. 364). O cordão sanitário e a cidade-satélite são termos emprestados a Le Corbusier e sua observação modernista para a cidade pretensamente perfeita. A cidade de fato vai ignorar os termos e pretensões arquitetônicas ao circular pelos espaços em tempos e movimentos imprevisíveis. A resultante é a inevitável conurbação que a cidade comum quer impedir para preservar a cidade capital, ao invés de ordená-la a partir da ótica da própria existência (já irrevogável) da cidade comum e não da perspectiva de uma preservação do que já está garantido, legislado e consolidado. O tempo da “Brasília de verdade”, tombada, estacionada no imaginário, consagrada nacionalmente, gosta e quer manter esse tempo estático ao não se reinventar a cada mudança de governo, a cada nova eleição, a cada crise socioeconômica ou política. Em outras palavras, o arranjo entre o Estado nacional, a identidade nacional e o território nacional operado na cidade capital (e pela cidade capital), quer o tempo kafkaniano da burocracia, o tempo indefinido do poder, o tempo indefinido do amor à pátria. Esse tempo permite a operação do ligar/desligar da cidade ao qual nos referimos no início dessa seção. A cidade comum, por sua vez, condensa tantos tempos quanto pessoas, opera nas necessidades urgentes da vida cotidiana e na contingência de múltiplas e renovadas informações. Essa multiplicidade caótica abre a janela para o tempo das possibilidades, inclusive a da cidade comum manter-se eternamente apartada de suas potencialidades por sua própria autorreferência paralisante.

CAPÍTULO 4

Esboços para uma teoria da cidade capital

Neste ponto esperamos ter apresentado algumas evidências de uma ideia que aos poucos afirma-se como conceito: a cidade capital é um sistema autorreferente que se acopla, é ambiente, se diferencia e opera sua existência simbioticamente junto a uma cidade comum. As duas coincidem no espaço. A precedência de uma ante a outra é variável (depende se capitais planejadas, capitais orgânicas, capitais que voltam a sê-lo). Também apresentamos, no segundo capítulo, outro conceito necessário para podermos teorizar sobre a cidade capital: a cidade comum é um sistema autorreferente cuja diferença para o ambiente complexo lhe dá a forma que percebemos de cidade: o plexo de comunicações e subsistemas que estruturam o sistema social cidade.

A cidade capital tem dois limites bem definidos: uma fronteira que a diferencia do restante do país e recebe o nome, geralmente, de Distrito Federal (como no caso brasileiro), e uma fronteira interna com demarcações jurídicas e espaciais que a diferenciam da cidade comum que a envolve. Normas, leis e regulações operam a programação da cidade capital e sua função: organizar os elementos Estado nacional, identidade nacional e território nacional. As fronteiras da cidade comum são mais fluidas. Ela organiza a vida das pessoas, as trocas, as interações e se auto-organiza nessa operação que ocorre no tempo indefinido dos ciclos da vida e da morte. A cidade comum pulsa; a cidade capital pensa.

4.1 Elementos do sistema

Ao falar de temas como Estado-nação, identidade nacional, território nacional, cidade capital e cidades em geral, a linguagem de poder é acionada quase que imediatamente. Difícil falar desses temas sem mencionar o poder. Não podemos dizer o mesmo para o amor. Esse é um meio de comunicação simbolicamente generalizado muito mais conectado às observações de relações interpessoais, de individualidades e ordenamentos sociais como família e religião. Amor está relacionado à reunião, ao encontro amoroso do outro em si e de si no outro. E é nesse ponto que acreditamos ser possível falar de amor e cidade capital.

A relação com a pátria é um estado complexo. Tudo depende da pátria em questão (se está sendo destruída, se é de onde se quer fugir ou retornar, ou se é o ambiente mais ou menos seguro de existência). Também depende do indivíduo. Identificar-se com a pátria é uma construção social não natural, não é dada *a priori*, porque depende de como a pátria se apresenta ao indivíduo e de como este se apresenta à pátria. Sempre será possível adotar uma nova pátria. Sempre será possível, ao adotar uma nova pátria, viver em nostalgia. O Estado-nação, a identidade nacional e o território nacional não são capazes, sozinhos, de construir a pátria, de comunicar a pátria, de continuar a pátria¹. O que fará um indivíduo conscientemente morrer pela pátria? Muito provavelmente esse ato extremo (que reverbera em maior ou menor grau em todo indivíduo acoplado a uma sociedade) é mediado pelo poder e pelo amor.

Bandeira, hino, mapa, língua são comunicações que comunicam a pátria e que, ao serem observadas, comunicam uma diferença entre pátrias (não entre sociedades; de um ponto de vista sistêmico, não existe uma “sociedade brasileira” e uma “sociedade argentina” e uma

1. O historiador inglês Eric Hobsbawm (2013) enumera as razões para contingência da identificação nacional: “Primeiro, as ideologias oficiais de Estados e movimentos não são orientações para aquilo que está nas mentes de seus seguidores e cidadãos, mesmo dos mais leais entre eles. Segundo, e mais especificamente, não podemos presumir que, para a maioria das pessoas, a identificação nacional – quando existe – exclui ou é sempre superior ao restante do conjunto de identificações de outro tipo, mesmo quando possa ser sentida como superior às outras. Terceiro, a identificação nacional e tudo o que se acredita nela implicado pode mudar e deslocar-se no tempo, mesmo em períodos muito curtos.” (HOBSBAWM, 2013, p. 20)

“sociedade portuguesa”: existe a sociedade mundial e existem diferentes Estados-nações, pátrias, nacionalidades acopladas a ela). A diferença sistêmica que o Estado, a identidade nacional e o território nacional operam criando diferentes “sociedades nacionais” é a invenção extremamente contingente da pátria e da tutela da pátria pelo Estado-nação. O sistema Estado-nação, assim como a pátria, resulta de comunicações e auto-observações em determinado território a partir de determinado grupo de pessoas ao longo do tempo. As evidências estão presentes no cotidiano das cidades da nação, como enumera o historiador Shlomo Sand: “O ensino da história da instrução cívica no sistema educacional nacional, as festas nacionais, os dias de recordação, as cerimônias oficiais, o nome das ruas, os monumentos aos mortos, os documentários de televisão (...)” (SAND, 2014, p. 35).

A volatilidade é observável historicamente na constante reconfiguração de Estados-nações e a permanente contingência de novas pátrias se autodeterminarem dentro de territórios pretensamente nacionais, por diferenciação (Catalunha e Espanha, Palestina e Israel, Índia e Paquistão, Tibet e China). Portanto, daí já temos uma diferenciação fundamental: Estado-nação não é igual à pátria. Para fins de análise, Hobsbawm (2013) considera que o nacionalismo é anterior à nação. A nação seria o que viria depois, imaginada e organizada pelo Estado para perpetuar-se. É nesse sentido que aproximamos pátria e nacionalismo em nossa análise. Não buscaremos definir esses conceitos, tarefas complexas que exigem dos pesquisadores obras específicas sobre os temas e de difícil conclusão. Nos basta perceber que dentro de um Estado-nação diferentes pátrias podem coabitar (mesmo no caso do Brasil, brasileiros podem estar mais ligados historicamente a suas peculiaridades regionais do que ao que pretensamente une o país). Isso sem recorrer ao caso ainda mais proeminente dos grupos de estrangeiros em um Estado-nação e dos que tiveram suas pátrias interrompidas.

O Estado-nação busca unidade para pretensamente igualar-se à pátria. Essa sobreposição inclui o território, como explica Hobsbawm: “A equação nação = Estado = povo e, especialmente, povo soberano, vinculou indubitavelmente a nação ao território, pois a estrutura e a definição dos Estados eram agora essencialmente territoriais” (HOB-

BAWM, 2013, p. 32). Extrapolamos a fórmula de Hobsbawm, conscientemente construída pelo Estado, para o que acreditamos que a cidade capital pretenda operar: território nacional = identidade nacional = Estado-nação. Todos esses são elementos relativamente frágeis, voláteis e contingentes. Nada está dado e tudo é possível. Daí entram o amor e o poder para conferir previsibilidade e a possibilidade de que as comunicações da pátria estruturem o sistema social Estado-nação. Não existe Estado-nação sem luta, sem guerra, sem oposição, sem violência, sem controle, sem coerção, sem paixão: em algum ponto da história, todos esses elementos ocorreram e muitos continuam ocorrendo. Esses processos hipercomplexos e modernos não são nossos objetos de observação. Passamos por aqui porque não é possível alcançarmos a cidade capital sem ter esse horizonte na paisagem.

O sistema cidade capital é constituído de três elementos principais: a identidade nacional, o Estado e o território nacional. A articulação entre esses elementos e entre os elementos e o ambiente da cidade capital resulta em comunicações que fundam o sistema cidade capital, sistema este que funda e opera em si esses mesmos elementos. Nessa circularidade estrutural e autopoietica da cidade capital, o indivíduo não ocupa um espaço, ele é, na verdade, ambiente do sistema cidade capital. A diferença sistema/ambiente entre o sistema psíquico e o sistema social cidade capital independe da presença, da naturalidade ou mesmo da nacionalidade do indivíduo, desde que ele se relacione com o Estado-nação, ele se torna ambiente da cidade capital e vice-versa, nem que seja apenas na forma de mais um dado burocrático ou de um usuário afetado pela referência do fuso horário oficial definido a partir da capital. O indivíduo que está em um Estado-nação se relaciona invariavelmente com a cidade capital pelo plexo burocrático operado por ela relacionado ao Estado, ao território nacional e à identidade nacional, numa remissão para o mais elementar do funcionamento desses elementos: certidão de nascimento, números de cadastros, formulários preenchidos, documentos, fiscalizações, tributação oficial.

O ordenamento estatal não é o Estado. Nos últimos três séculos, após a Revolução Francesa e a Declaração de Independência dos Estados Unidos, o aparato estatal passa a ser construído em torno de uma Cons-

tituição. O ordenamento estatal parte de um conjunto de princípios que passaram a ser reunidos nesse documento formal com garantias e balanços. O Estado pode sustentar-se em sua Constituição no que diz respeito à forma de governo e ao regime burocrático, em uma forma escrita, que busca estabilidade, orientação, balança, motivação decisória. Mas o texto constitucional não é suficiente para concretizar em absoluto a representação do que é o Estado. Como o poder e o amor, o Estado não está nas coisas, sejam elas um documento formal como uma Constituição, os costumes de um povo ou a capital nacional da nação. O Estado é contingente e, além da burocracia, depende primordialmente de confiança e imaginação.

O Estado se estrutura na busca por totalidade. O Estado quer dizer que a inexistência do Estado significa barbárie, selvageria, traços aos quais estiveram entregues os homens primitivos. O antropólogo francês Pierre Clastres (2013) questiona análises clássicas dos povos das Américas ao mostrar que a classificação “científica” de alguns ameríndios parte de um polo negativo, um polo de falha, um polo de ausência: povo sem Estado, povo sem cultura, povo sem História. Sem noção de poder, sem noção de mercado, sem noção de escrita: ao observar os ameríndios, os colonizadores, os teóricos e os estadistas europeus se viram diante da própria imagem do passado. Se convencionou que o Estado é a condição da civilização e o fim da barbárie. Pelo estudo de Clastres (2013), pode-se afirmar, no entanto, que a ausência de hierarquia, de excedente produtivo e de sacralização do trabalho é apenas outra forma de se viver em sociedade, que por sua vez também pode ser sustentável, tecnológica e organizada. A estabilidade que tais sociedades atingiram, desconhecedoras de um aparato estatal, torna para elas, segundo Clastres, inviável o surgimento de um Estado. E foi por isso que assim permaneceram. Houve um tempo em que afirmar o atraso dessas sociedades estudadas nas Américas, na Ásia, na África e nas ilhas do pacífico era o suficiente para vislumbrar o surgimento e explicar o que era o Estado, que surgiria diante da necessidade de resolver o problema — ou mantê-lo através do próprio Estado — entre dominantes e dominados, opressores e oprimidos, ricos e pobres, nas interações complexas entre propriedade e comunidade. Mas Clastres propõe que algumas sociedades primitivas

não sofriam desse problema para precisar resolvê-lo. Pelo contrário, se realizassem o “avanço” para o Estado, estariam arruinadas. Elas eram contra o Estado antes mesmo dele existir.

Pode-se dizer que a Constituição, os costumes, a língua, o território, a bandeira, o ordenamento jurídico, a vizinhança, o sistema internacional, são capazes de flagrar o que há de concreto no Estado (e a identidade e território nacionais); mais ainda quando este se materializa em um espaço físico definido, debatido e erguido pelo próprio Estado: a capital nacional planejada. Mas essa concretude perceptível também não dá conta de explicar o que é o Estado e muito menos de aplacar a sensação de desconfiança sobre o Estado, comum a tantas crenças e ideologias, resumida na frase notória do economista francês Frédéric Bastiat: “o Estado é a grande ficção através da qual todo mundo tenta viver às custas de todo mundo”.

Antes da ideia de Estado-nação ser forjada pelos Estados europeus após o aprofundamento da ideia de Razão de Estado desenvolvida por homens como Maquiavel e o cardeal Richelieu, até o final do século XVIII havia aproximadamente 20 dos que hoje são conhecidos como Estados-nação. O cientista político King (1999) organiza cronologicamente a evolução do Estado-nação em três etapas. A primeira é a pré-nacional, período que vai dos primórdios da civilização há milênios até a Revolução Francesa. Em seguida viria a fase de formação de Estados, dividida em um primeiro período que compreende os 130 anos entre o Congresso de Viena (1815) e a formação das Nações Unidas (1945). Nessa etapa, a quantidade de Estados-nação triplicou para 67. O último período seria os 45 anos entre 1945 e 1990, onde os Estados-nação triplicaram novamente para 186. King considera que hoje estamos na fase pós-nacional do desenvolvimento societário e cultural, o que também se chama de globalização. Em todos esses períodos, além da multiplicação de Estados-nação no mundo há uma outra constante: a urbanização. Se até o final do século XVIII menos de 3% da população vivia em áreas urbanas, em 2014 esse número saltou para 54%. Prevê-se que até 2025 o número deva subir para 60%. A cidade, cada vez mais, é o *locus* do homem.

Como esses fenômenos da sociedade funcionalmente diferenciada – o surgimento e multiplicação dos Estados-nação e a urbanização – estão

situados na cidade? A hipercomplexidade da cidade enquanto sistema social, ao se auto-observar enquanto sistema, ao se diferenciar do rural, de tudo que não é cidade e de seus subsistemas internos, ao articular esses inúmeros e cada vez mais complexos subsistemas, todas as comunicações que operam essas diferenças geram as comunicações que permitem a intensificação da urbanização e a articulação de Estados-nação. As cidades hipercomplexas e globalizadas não encerram o Estado-nação, mas o dão sustentação. Inclusive blocos internacionais unificados sob um plexo jurídico comum, as vezes com moeda comum e livre fronteira, surgem como consequência da complexificação das grandes cidades e das interações com o ambiente. Quanto mais se firmarem e se unificarem, a reorganização do Estado, do território e da identidade formarão um muito mais complicado Estado. Essa é uma tendência contingente apresentada em organismos como a União Europeia e outros blocos internacionais, com maior ou menor integração, e com ainda menos garantias que as relações atomizadas dos atuais Estados-nação.

O Estado se confirmou na sociedade enquanto sistema e este fato se deu com a consolidação na noção de nacionalidade. À queda do Muro de Berlim alguns teóricos vislumbraram na internacionalização liberal do capitalismo, agora sem contenção, o fim do nacionalismo, ou ao menos o seu arrefecimento. Mesmo tendo escrito essas palavras antes da queda do muro, em 1983², o historiador e cientista político americano, nascido na China, Benedict Anderson (2019), foi mais certo (comprovado nos eventos recentes como a guerra russa-ucraniana na Europa, o discurso de presidentes nacionais-populistas e a implementação de suas políticas, as questões separatistas e reformistas em diversas regiões do globo): “A realidade é muito simples: não se enxerga, nem remotamente, o ‘fim da era do nacionalismo’, que por tanto tempo foi profetizado. Na verdade, a condição nacional [*nation-ness*] é o valor de maior legitimidade universal na vida política de nossos tempos” (ANDERSON, 2019, p. 28).

A generalização do nacionalismo ou da ideia de nacionalidade vem de um efeito emocional profundo que é difícil mensurar, tanto quanto é

2. A edição referenciada nesta pesquisa (2019) foi reeditada pelo autor em 1991, ou seja, mesmo após a queda do Muro, o autor não embarcou na ideia de fim do nacionalismo e manteve a afirmação que referenciamos.

difícil conceituar nação, nacionalidade e nacionalismo. Recusando qualquer pretensão ontológica, observamos o nacionalismo como subsistema da nacionalidade, que por sua vez é subsistema do sistema identidade nacional. O nacionalismo é o componente emocional da nacionalidade. Essa programação é operada socialmente pelo amor enquanto meio de comunicação simbolicamente generalizado. Através do código de intimidade/não intimidade, a pertença a uma ideia de nação é organizada pelo Estado através dos símbolos do amor à pátria. Para Anderson, a nação é uma comunidade política imaginada. Os membros de uma nação, por menor que seja, não conhecerão jamais a maioria dos seus compatriotas, por isso a nação é imaginada. E essa imaginação está calcada em uma “camaradagem horizontal”. Essa relação de afeto, que se enxerga a si no outro imaginado, através de símbolos como a língua nacional, a bandeira, o hino nacional e o território nacional – e muitas vezes etnia (raça, credo, construções de uma origem comum) – é a operação do amor na forma de amor à pátria. Esse é o sentido do meio de comunicação amor que a cidade capital tutela para generalizar a identidade nacional, para instrumentalizar a nacionalidade e assim garantir o território nacional e o funcionamento do Estado-nação.

A cidade capital se diferencia da cidade comum em busca de liberdade para operar seus elementos. A garantia do Estado, do território e da identidade nacional passa pela capacidade da capital de fomentar consenso onde prevalece diferenças. Essa função é facilitada pelas mediações do amor e do poder em comunicações que forjaram o Estado-nação. No caso do Brasil, foi necessário, em dado momento, a invenção da tradição de que o país existia desde o “descobrimento”, em 1500. Esse é o Brasil que o Rio de Janeiro advoga tutelar com a pretensa capitalidade da cidade. Brasília rompe com essa necessidade ao se forjar como nova tradição, como novo Brasil, como nova nação. A cidade capital radicaliza o Estado-nação em um novo mito histórico: o Brasil vai se desenvolver ao olhar para si a partir da interiorização. Essa radicalização seria difícil no Rio, tão atrelado ao Brasil-nação histórico imaginado a partir de sua antiga capital. A Biblioteca Nacional e o Museu Nacional nunca deixaram o Rio de Janeiro, dentre outras entidades culturais nacionais. Por enquanto, a nacionalidade que a cidade capital Brasília quer tutelar

ainda não os requereu efetivamente. Uma nova biblioteca e um novo museu podem surgir (já estão construídos para isso) e essa é a função da cidade capital: assegurar que a nação imaginada renove a camaradagem horizontal pela imaginação de uma convergência inequívoca. Isso pode acontecer, no nível cultural, descentralizadamente.

As divisões do país, assim como ocorre no restante dos Estados-nações na contemporaneidade, parecem reivindicar novas tradições mais uma vez. Essa operação é arriscada e a cidade capital é o instrumento que a megaorganização Estado dispõe para continuar-se. As tradições asseguradas pela brasilidade estão sendo revisitadas, a transmissão da memória se dá pela operação estatal tutelada pela cidade capital, mas a memória em si está sendo reconfigurada constantemente. Quanto mais estabelecida a cidade capital, quanto mais assegurada sua existência na cidade comum, quanto mais aceita, quanto mais operacional, maior a garantia de que as transformações ocorram em consenso. Ou seja, quanto maior for o poder da cidade capital e sua operação burocrática, maior a chance do Estado-nação se estabilizar distante de uma ruptura grave. Isso porque quanto menor o poder, maior a presença da violência, da coerção, das armas, do fechamento dos espaços de debate. A interdição das comunicações do poder, quando ocorre, é sobreposta pela força. O amor à pátria reivindicado pela força quando se sobrepõe ao poder, tende a buscar no nacionalismo argumentos e tradições para continuar-se. Isso quer dizer que a estruturação do Estado-nação por comunicações históricas, antropológicas, arqueológicas, pelas memórias garantidas pela educação cívica, como descrita por Sand (2014), presente nos nomes das ruas, nas festas nacionais, nas cerimônias oficiais, pode servir tanto à democracia quanto à ditadura. A cidade capital precisa da memória para continuar-se, mas a natureza do governo que ela opera não tem nenhuma garantia se esse ou aquele modelo. Afinal, todos modelos reivindicam a soberania popular, como explica o cientista político indiano Partha Chatterjee:

Não há dúvidas de que a legitimidade do Estado moderno está hoje firme e claramente ancorada em um conceito de soberania popular. Esta é, obviamente, a base da política democrática moderna, mas a ideia da soberania popular tem uma influência mais universal que a

ideia da democracia. Mesmo os regimes modernos mais antidemocráticos têm de reclamar legitimidade não sobre o direito divino, a sucessão dinástica ou o direito de conquista, mas sobre o desejo do povo, qualquer que seja a forma pela qual esse desejo se expresse. Autocracias, ditaduras militares, regimes de partido único – todos governam, ou afirmam governar, em nome do povo. (CHATTERJEE, 2004, posição 1241)

A cidade comum pode advogar a potência de garantir que a cidade capital trará a paz interna, a organização pela camaradagem nacional, o bem de todos. Mas a operação do Estado, da identidade e do território é fria e a cidade capital é cirúrgica (como foi quando se situava no Rio de Janeiro e “inventou” a nação brasileira que existiria desde os 1500). A operação do passado, da memória, da tradição pela contemporaneidade da cidade capital é contingente, como descreve Sand: “O passado sofreu uma grande cirurgia estética: as rugas profundas foram dissimuladas por autores de romances históricos, ensaístas e jornalistas. Foi assim que pôde ser destilado um retrato nacional do passado, orgulhoso, purificado e imponente” (2014, p. 37). O que a cidade capital quer assegurar mas não pode garantir é que o Estado, a identidade e o território sejam operados com eficiência e consenso que viria de um equilíbrio entre a cidade capital e a cidade comum (e aqui nos referimos a todas as cidades de uma nação e não apenas a que abriga a capital), na relação complexa com o ambiente econômico, político e rural, com a clareza da diferença entre as duas e o fortalecimento da nacionalidade na operação da cidade capital, do amor à pátria restrito e garantido pelo poder presente e atuante em sua acepção mais segura: meio de comunicação simbolicamente generalizado que impede a força e a violência.

A tutela nacional operada pela cidade capital inclui, portanto, mais um elemento, esse ainda mais difuso e complexo: o povo. A identificação nacional na forma de sentimento e imaginação de uma camaradagem em larga escala é fenômeno recente, mas não por isso pouco potente. Não dá para afirmar que a identidade nacional substitui a derrocada da religião como centro de identificação (junto com as relações íntimas familiares) dos indivíduos, até porque o fenômeno do Estado-nação extrapola a Europa e o ocidente, e o que se considera

religião não é algo idêntico em países como Índia e China, ainda assim fortemente conectados às operações do Estado-nação. Mesmo assim, é a partir dos séculos XVII e XVIII que o imaginário nacional se consolida e vai assumir a preponderância das relações humanas, se não como sentimento unívoco (como afirmamos, a pátria e o nacionalismo são contingentes e podem mudar de endereço), mas como premissa para relações econômicas, políticas e sociais. A noção de “povo” é fundamental para a concepção da ideia de nação. No limite, povo = nação. O Estado foi quem deu um caráter determinante para a diferenciação entre povos.

O povo, portanto, se estabelece pela diferença para outros povos. Signos e símbolos históricos são generalizados em uma operação dos meios de comunicação simbolicamente generalizados poder e amor (também arte, dinheiro e verdade) e as diferenciações forjam os Estados-nações. Estes vão organizar os símbolos através da imprensa, dos meios de difusão e do plexo jurídico com um propósito: continuar-se. Os limites dessa relação se dão com as imigrações e as diferenças não generalizadas (diferentes crenças, dialetos, identificações históricas). As dinâmicas socioeconômicas em escala mundial mantêm sempre no limite a noção de povo como unidade. Ainda assim, é essa pretensa unidade o que a cidade capital propõe como condição de sua própria existência em um acoplamento frouxo (porque permite contingências) com a identidade nacional e o território nacional. A unidade entre identidade e território (na equação Estado-nação = identidade nacional = território nacional) configura-se em torno da potência de uma noção de que o povo é possuidor de um território, que este é coletivo e que desde a menor fração (o cubículo em um prédio de uma grande cidade ou a pequena propriedade ou uma esquina) até as fronteiras com outros Estados-nações são uma posse reivindicada pela identificação nacional. Essa é uma operação do meio de comunicação simbolicamente generalizado amor, ou seja, começa de um sentimento de identificação e do desejo de continuidade e reunião. Os meios de difusão (mapas, símbolos como a bandeira e o hino, livros, filmes, e a própria língua) garantem a generalização dessa identificação amorosa. A cidade capital participa dessa relação quando ordena, limita, normatiza, burocratiza esse amálgama do afeto à pátria. Sem violência, sem coerção, sem força, mas com persuasão, opera com o poder a acei-

tação de que ela, a cidade capital, oferece a possibilidade da continuidade e renovação da identificação nacional.

4.2 Amor, poder e cidade capital

O cantor popular brasileiro, Criolo, em sua música “Não existe amor em SP”, se referindo a cidade de São Paulo, percorre as ruas da cidade, observa os grafites nos muros, observa o outro, percebe a vaidade e a ganância que prevalecem, ao mesmo tempo descreve a cidade “doce” do cartão postal: “São Paulo é um buquê; buquê são flores mortas num lindo arranjo, arranjo feito para você”. Criolo descreve as almas vazias nos bares e, ao desejar ao outro que despreza que morra em um mar de fel, afirma “aqui, ninguém vai pro céu”. O cantor clama por “um gole de vida” e conclui: “Não é preciso morrer pra se ver Deus”. Apesar do título da canção, essas afirmações apaixonadas revelam justamente o amor enquanto paixão que transborda no que o cantor busca e observa e para o qual se entrega em uma relação de desejo/rejeição, intimidade/não intimidade. É o amor que admite o negativo, que está aberto para a morte, a morte de perder-se no outro (a cidade que não ama) em uma entrega que pode não ter mais volta. O cantor quer ser amado pela cidade porque ama a cidade. E sofre de amor.

Outro cantor popular, Sérgio Sampaio, no ano em que morreu, 1993, viveu um curto período em Brasília, onde compôs a canção que leva o nome da cidade, “Brasília”. A primeira impressão do cantor: “cidade que eu um dia falei que era fria, sem alma, nem era Brasil. Que não se tomava café na esquina num papo com quem nunca viu”. Em seguida o cantor encontra a cidade ao encontrar-se nela: “E mesmo com o ar desse jeito tão seco, consigo cantar no seu chão. Quase me sinto em casa em meio a suas asas”. E conclui, ao decidir que quer conhecer e aprender a cidade: “O olho do amor desconhece a armadilha. Assim vim ver Brasília”. Mais uma vez, como na falta de amor em São Paulo cantada por Criolo, o amor aqui é uma busca, um desencontro de si no outro com quem busca reunir-se para reencontrar-se. Mais uma vez a cidade joga com a sedução, a armadilha que o amor seduz no jogo desejo/rejeição. É a mesma relação que Alceu Valença canta na canção “Te amo, Brasília”: “Se teu amor foi hipocrisia, adeus Brasília, vou morrer de saudade”. O

refrão vem depois do cantor, solitário e perdido nos cantos da cidade, encontrar finalmente a alteridade e reencontrar-se nela: “Qual é o seu nome? Me chamo Brasília. Sabia que um dia ia te encontrar”. O cantor pernambucano não se ilude: “Ela só queria, eu quase acredito, quebrar o meu mito e me abandonar”. O amor não resolve a relação com a cidade, o amor não acalma nem quer pacificar, nem neutralizar o indivíduo ou o manter isolado, inerte, obediente. O amor permite a negação, a perdição, a armadilha.

O cantor e compositor Renato Russo se queixa da vida e não da cidade nos versos de “Tédio (Com um T bem grande pra você)”: “Moramos na cidade, também o presidente, e todos vão fingindo viver decentemente. Só que eu não pretendo ser tão decadente, não. Tédio com um T bem grande pra você”. O negativo do amor está na vida deslocada, desperdiçada. É o mesmo amor que o rapper X, do grupo musical Câmbio Negro, cantou nos anos 1990 para falar da Ceilândia (DF) na canção “Ceilândia, Revanche do Gueto”. O desperdício não é o tédio da vida de um jovem de classe média buscando propósito, aqui o desperdício é da própria vida desgastada pelas dificuldades que o lugar impõe ao indivíduo. Ainda assim, a relação desejo/rejeição codificada pelo amor se apresenta na descrição das dinâmicas urbanas que observa: “Prostitutas nas esquinas, churrasquinho de gato. A boca na rua de baixo. Moleque troca o ferro pelo fumo barato. Cana recebe seu troco pra manter o puteiro aberto e, é certo, semana que vem tá na área de novo, paparicando o cafetão e babando o seu ovo. Assim é a minha quebrada, pontos bons e pontos ruins, enfim. Aqui é assim. Gosto mesmo assim. Nasci pra ela e ela pra mim. Ceilândia. Mesmo que muitos considerem parada indigesta, pra quem sobrevive na bocada, véi, todo dia é festa”.

O amor que regula a relação do sistema cidade comum e seu ambiente opera completamente diferente do amor que regula a relação do sistema cidade capital e seu ambiente. Enquanto o primeiro opera o código intimidade/não intimidade no que a cidade oferece em seus subsistemas de lazer, trabalho e família (dentre outros), o segundo não busca nas relações da urbe dinâmica nem rejeição nem desejo, nem intimidade nem a falta dela. Se a cidade comum, nas palavras de Bob Dylan, na canção “Mississippi”, “é apenas uma floresta com mais jogos para se jogar”, é no

jogo que o amor vai operar como meio de comunicação simbolicamente generalizado, facilitando a permanência do desejo de permanência no indivíduo que ora vive, ora morre, ora se perde, ora se reencontra na cidade. A cidade capital, por sua vez, não quer permanência de sistemas psíquicos específicos acoplados a ela, o que ela precisa é da permanência genérica de sistemas psíquicos acoplados a ela (o “povo”). Ou seja, a dinâmica da alternância é a permanência que a cidade capital procura. A operação não é através do código intimidade/não intimidade, mas do apego/desapego (ou reunião/separação). A burocracia que o sistema cidade capital opera se baseia na estruturação do imprevisível com o qual o Estado lida: a vontade, a política, o acidente, o problema, o conflito. Se a capital participar de um sistema de Estado democrático, a volatilidade e contingência são ainda maiores e a capacidade de absorver alternância se faz ainda mais necessária (ainda que num estado autoritário a potencialidade da alternância seja muito mais radical em sentido absoluto – um ditador cai, cai todo regime). O amor, nesse caso, vai se aproximar da política, da mediação de conflito, da neutralidade. É o amor sem *eros*. O amor erótico é sanguíneo, opera na febre. Se o amor sem *eros* deixa de ser amor, temos aqui uma outra questão que a cidade capital não está interessada em resolver, muito menos o Estado, a identidade nacional ou o território nacional. Não é o caso do amor obsceno ou pornográfico – o amor sem *eros* descrito por Han (2017) e Luhmann (2006), como abordamos no primeiro capítulo –, mas é quase isso. A cidade capital quer um amante passivo e o código em que vai operar é o apego/desapego. A cidade capital vai encaminhar o amante para o desapego se utilizando do amor à pátria e à nacionalidade. A intenção é fomentar o apego de si (patriótico) e ao mesmo tempo o desapego da própria cidade capital, ela precisa abarcar novos apegados para continuar existindo na operação dissenso/consenso (ainda que algumas “cadeiras” muito específicas da cidade capital sejam vitalícias, a própria vida do ocupante encerra e não há hereditariedade nesse caso, como no tempo dos príncipes). A pátria não é a cidade capital, ela é uma operação comunicativa, um sistema social, na interação dos elementos Estado, identidade nacional e território nacional. A pátria/nação traz elementos como a língua, a memória, a tradição, dos quais a cidade capital só se interessa formalmente, sem

paixão. A cidade capital, diferentemente da pátria, não quer um amante apegado, ainda mais em um Estado democrático. É um amor hipócrita, como cantou Alceu Valença. A cidade capital quer que se ame o amor à pátria. Essa é a maneira de se estabilizar o amor em relação à cidade capital. Não é o amor a esse ou àquele governo, partido, visão de mundo; não é o amor a essa ou àquela utopia que pretensamente anima a vontade nacional. A cidade capital opera o amor como o amor à utopia que anima as utopias nacionais (a própria invenção do Estado-nação). Não é o amor a essa ou àquela forma de se ordenar o Estado, o território ou a uma determinada identidade nacional imaginada em um determinado recorte de tempo. A cidade capital quer o amor à utopia de que existe inequivocamente e permanentemente um Estado, um território e uma identidade nacional que atravessa todas as intempéries do caos mundial, e que essa existência se revela e se renova permanentemente e determinadamente no amor à pátria. A cidade capital, por isso, quer tornar estática a complexidade dinâmica do ambiente pátrio (história, língua, imaginário) materializando no tempo e no espaço a forma formal do que não poderia ter forma sem ela: a unidade nacional. Não é preciso estar apegado ou apaixonado pela cidade capital para isso. A burocracia que opera a cidade capital precisa ser permanentemente renovada. A máxima da ditadura brasileira para a pátria era “Ame-o *ou* deixe-o”; se a cidade capital tivesse um slogan particular, a variação dessa máxima seria “Ame-a *e* deixe-a”. Por isso mesmo, no caso brasileiro, a nacionalidade fica em Brasília enquanto a brasilidade pode permanecer no Rio de Janeiro, em Recife, na ideia do que é a Amazônia (ou em qualquer outro lugar do território ou na imaginação).

A naturalidade é uma relação intensa desde as antigas sociedades. Ser de um lugar, essa conexão terrena, é muito próxima socialmente e biologicamente e literalmente do parto, do nascer de fato. Por isso a relação de naturalidade é uma relação maternal/paternal e, por essa razão, uma relação impessoal que se torna, no limite, uma relação pessoal: não há nada mais pessoal do que nascer, talvez apenas morrer (que também está ligado à terra: é comum a preferência dos vivos por regressar o corpo ao final da vida para o local onde se nasceu). O lugar de onde se é reúne-se a quem é desse lugar na intimidade, na autopercepção,

na autodescrição; em certa medida, o lugar torna-se a si mesmo uma descrição daqueles que de lá são – o soteropolitano é Salvador tanto quanto Salvador é o soteropolitano. Essa reunião/separação é uma operação muito semelhante à operação do amor que codifica a intimidade. Ao programar a personalidade, o amor codificado gera comunicações desde o âmbito das normas e símbolos e rituais do matrimônio até a partilha da herança e responsabilização pelos cuidados dos mais vulneráveis. O sistema social família se estrutura e se funcionaliza por essas comunicações. E todas são programadas socialmente pelos códigos intimidade/não intimidade e reunião/separação e desejo/rejeição por entrâncias e reentrâncias no sistema família (e, portanto, refletida nas comunicações do direito, da política, da economia). A naturalidade envolve questões semelhantes a essa operação desde a base afetiva até as comunicações dos códigos intimidade/não intimidade (ser ou não ser natural) e reunião/separação (estar ou não estar reunido – no caso, localizado na cidade natal). A cidade capital transfigura a naturalidade em nacionalidade num afrouxamento e ao mesmo tempo ampliação da relação com o território em uma relação de apego/desapego. A cidade capital afirma que todos nascidos (ou adotados) pelo território são naturais dessa nacionalidade – a nacionalidade como naturalidade. A cidade comum fortifica a relação com o território. Vê-se que a luta mais perigosa pela conformação territorial da soberania ucraniana travada pelos ucranianos e russos no início de 2022 não se deu nas fronteiras, nos limites nacionais, até porque são esses que estão em jogo; as lutas com maior risco de ruptura radical se deram nas cercanias das grandes cidades comuns e na capital, principalmente, extremamente difícil de se tomarem de assalto sem uma dramática destruição das cidades. As cidades que o Estado russo irá “tomar” do Estado ucraniano, se isso ocorrer, passarão a sobrepor a naturalidade não mais com a nacionalidade ucraniana, mas com a russa. Traduzindo para o que queremos analisar: a coincidência entre nacionalidade e naturalidade é contingente. É nessa coincidência contingente entre o que é nacional e natural que a cidade capital é estruturada por comunicações relacionadas ao tema amoroso no que diz respeito à nacionalidade e à naturalidade pela atuação do meio de comunicação simbolicamente generalizado amor.

A improbabilidade de seleção e aceitação de que uma cidade reúna a naturalidade e a nacionalidade travestida de unidade e que é projetada em diversas outras cidades, como opera a cidade capital, é amenizada ou tornada palatável ou tornada aceita pela atuação generalizada dos símbolos do amor à pátria (nem sempre funciona).

Por essas razões, o poder que a cidade capital opera não é o poder da *palavra final*. A palavra final, a que encerra a comunicação, a que define, taxa e conclui, ela não tem poder de fato e justamente por isso precisa finalizar algo (é por falta de poder que o ditador exerce o excesso de força para se impor com a *palavra final*). A palavra final pode se tornar ato violento, ela quer calar. O poder é o contrário, ele quer permitir continuidade, ele quer ser a *palavra inicial*, a que vai se propagar, a que vai orientar as próximas palavras sempre referentes a ele. Quanto mais próximo da palavra final estiver essa propagação, mais distante do poder. Portanto, uma cidade capital dá palavras iniciais. São normas, regulações, decisões que vão continuar o poder em novas comunicações a partir delas, tornando mais comunicações prováveis e aceitas pelo poder que iniciou e motivou a comunicação. Mesmo um juiz da corte decisória maior brasileira, o Supremo Tribunal Federal (STF), não encerra a comunicação com a decisão que profere. Justamente essa decisão será a comunicação que irá permitir outras comunicações a partir dela, que se iniciam, nessa decisão que não é palavra final, mas inicial (ainda que seja no momento de um julgamento em última instância). As autarquias e agências, os ministérios, o Congresso Nacional, o STF, todas são instâncias do poder na cidade capital que iniciam as decisões buscando consenso. São atos que combinam seleção e motivação, vinculando o poder às comunicações. A cidade capital é estruturada pelas comunicações do Estado, da identidade nacional e do território nacional mediadas pelo poder que inicia as comunicações perante o restante do país. Esse vínculo poderoso é a essência de ser da cidade capital. O programa da capitalidade, portanto, é executado através de códigos de lícito/ilícito e aceitação/rejeição pelo meio de comunicação simbolicamente generalizado poder.

Para o filósofo renascentista florentino Nicolau Maquiavel (2010), o amor cria vínculo mais frágil que o temor. Para o autor, por serem essencialmente maus, os homens romperão os vínculos amorosos com mais

facilidade do que os poderosos, os vínculos do temor. Essa concepção perdura até hoje em pelo menos um sentido: o de que infligir temor significa ser poderoso. Mas essa operação aconselhada por Maquiavel para os príncipes do século XVI (infligir temor nos súditos), parte inteiramente de uma relação amorosa, e não de poder. Maquiavel sugere: “(...) um Príncipe sábio, amando os homens como eles querem e sendo por eles temido como ele quer, deve basear-se sobre o que é seu e não sobre o que é dos outros. Enfim, deve somente procurar evitar ser odiado, como foi dito”. (MAQUIAVEL, 2010, p. 39). Entre ser amado e infligir temor, o risco é ser odiado, e diante dessa possibilidade que não é benéfica para a liderança, o príncipe deve buscar ser temido sem ser odiado (o oposto de ser amado). A mão que afaga e quer ser afagada é a mesma que castiga quando o amor falha, é pouco, não é fiel. Essa relação de amor e força é operada justamente pela falta de poder. Essa é a grande transformação evolutiva para o Estado que tutela a nacionalidade: o amor não afaga nem castiga, ele reúne e organiza – e nessa organização a punição ocorre pela tutela da violência pelo Estado, numa operação da conjuração entre amor e poder: a justiça (como afirmado por Tillich). A centralidade da decisão que pune, que reúne, que protege e é protegida não é mais do rei e da corte, mas de um sistema cujo plexo normativo se dá pela substituição da força pelo poder simbolicamente generalizado. A cidade capital é a resultante dessa operação do poder que generaliza centralidade, neutralidade e justiça por códigos de aproximação e distanciamento para identificar o que é lícito/ilícito. Esse processo será aceito quanto mais for generalizada a ideia de camaradagem horizontal através da identificação nacional, ou seja, do amor à pátria – outra reunião do poder e do amor promovida pela cidade capital enquanto máquina operativa do Estado-nação que organiza o *nation-ness*, a qualidade de ser nacional.

4.3 Cidade capital é um sistema social

Para a cidade capital, as pessoas integram seu ambiente complexo e a operação de redução da complexidade que a cidade capital opera, num processo autopoiético, se dá na articulação de seus elementos (identidade nacional, Estado e território nacional), de maneira que a continui-

dade da existência da cidade capital não diz respeito primordialmente a sua territorialidade regional (em que cidade se situa), ou aos habitantes da cidade comum que a abriga, mas à territorialidade nacional do Estado-nação; também não diz respeito primordialmente ao ordenamento do Estado enquanto modo de governo, mas à própria existência de um Estado; e, finalmente, não diz respeito primordialmente à identidade nacional construída por opiniões ou escolhas ou seleções de outros sistemas (nacionalismos, regionalismos, culturas tradicionais), mas à identidade nacional que a própria cidade capital constitui e é constituída por ela como elemento fundamental, ou seja, a identidade nacional que a cidade capital carrega não é a do brasileiro ou a do americano ou a do argentino, mas a de si mesma enquanto unidade básica (não queremos dizer ontológica, mas elementar, celular), isso quer dizer que a identidade nacional brasileira não está contida na cidade capital brasileira, a identidade nacional que a cidade capital contém e é contida por ela, é o próprio elemento identidade nacional (em si mesmo um sistema autorreferente). Por isso a capital pode situar-se em qualquer cidade de um Estado-nação a depender de contingências específicas, mesmo uma cidade que ainda não exista – se ela vier a existir –, assim como qualquer cidade capital pode expandir sua projeção administrativa a depender da variação do território nacional, englobando outras naturalidades e, ainda, qualquer cidade capital pode abrigar desde uma ditadura a uma monarquia ou um sistema presidencialista de governo. A cidade capital pode, inclusive, estar em mais de uma cidade comum, como ocorre em países como a África do Sul. O que não existe é uma cidade capital sem Estado, sem território nacional e sem identidade nacional, ainda que os três elementos sejam, enquanto sistemas sociais eles próprios, variáveis e até mais do que isso, voláteis — aliás, é na contingência das relações desses três elementos com o mundo e entre si mesmos que a diferença sistema/ambiente define a existência do sistema cidade capital. Por exemplo, vejamos o caso de Jerusalém. Ainda que um governo americano ou brasileiro de ocasião localize nela sua representação nacional perante o Estado de Israel, indo contra a recomendação da Organização das Nações Unidas, e emulando para o resto do mundo na imemorial cidade oriental uma capital de Estado reconhecida internacionalmente,

esta não será cidade capital se não houver em si um Estado, um território nacional e uma identidade nacional — Jerusalém não contém esses três elementos, mas é contida por várias versões concomitantes e diferentes destes (Palestina e Israel na problemática questão territorial e de Estado, e cristãos e armênios e outros muçulmanos na questão de identidade que se somam aos judeus e palestinos). Ainda que Israel mantenha o status para si de Jerusalém como cidade capital de seu Estado (mantendo em Tel Aviv a capital econômica, onde se situam as embaixadas dos países que se relacionam com Israel e com isso um grande plexo burocrático) e um maior aparato material estatal na cidade (afinal, Israel é um Estado que existe formalmente, diferentemente da Palestina), a diferença sistema/ambiente, nesse caso, é de difícil observação no que diz respeito a limites, o que torna Jerusalém uma cidade extraordinária no ponto de vista de ordenamento social e político e suspensa no aspecto funcional por não ser cidade capital inequívoca perante si e a comunidade internacional ou mesmo entre as populações que a disputam e ocupam.

A questão não é quão abrangente, volátil e flexível os elementos identidade nacional, Estado e território nacional possam ser, a questão é que eles existam inequivocamente. A existência e manutenção da cidade capital não depende de uma identidade nacional brasileira ou palestina ou chinesa, mas da articulação entre Estado, identidade nacional e território nacional, quais sejam eles. A operação desses elementos dentro do sistema é a condição de existência do sistema cidade capital. Se a complexidade do conjunto *brasilidade, cultura brasileira, história do Brasil, brasileiros, estrangeiros*, e o conjunto de sistemas sociais do continental país sul-americano penetrassem os limites da cidade capital para constituí-la, esta seria imediatamente destruída para se tornar uma cidade qualquer brasileira, em disputa por sentidos e funções outras e mais imprevisíveis que o de uma cidade capital. É no limite de duas faces (uma interna – autorreferência – e outra externa – heterorreferência), na diferença com o conjunto *brasilidade, cultura brasileira, história do Brasil, brasileiros, estrangeiros*, que a cidade capital opera a diferença que a constitui. O sistema cidade capital não é a cidade que representa mais o país e sua população e as características e história desse país perante outras cidades (apesar de que podem, e isso será sempre discu-

tível, coincidir em vários aspectos, inclusive historicamente, como já foi no Brasil e é o caso da França, do Peru, do México, da Argentina, por exemplo), mas a cidade que representa mais em si mesma pela forma mais redutível possível os elementos que são forjados pela cidade capital ao mesmo tempo que a forjam, quais sejam, mais uma vez: a identidade nacional, o Estado e o território nacional. A identidade que a cidade capital quer manter se situa no processo autorreferente da cidade capital da relação entre os elementos que a constitui. Se essa relação consegue ser mais que um vislumbre embaçado por sua própria auto-observação da relação entre a cidade capital e a cidade comum, ou seja, a diferença entre a cidade comum e a cidade capital esteja clara, de fato a cidade capital alcança uma redução da complexidade de seu ambiente (a regionalidade e o conjunto *brasilidade, cultura brasileira, história do Brasil, brasileiros, estrangeiros*, no caso do Brasil). É provável que, ao longo do tempo, por diversas razões, a cidade comum Rio de Janeiro tenha embaçado a capacidade de auto-observação da cidade capital, numa crescente relação de desconfiança. Soma-se a isso outras articulações históricas e de momento no que diz respeito ao Estado brasileiro e ao território nacional, e o fato é que a cidade capital rearticulou e foi, ao mesmo tempo, rearticulada por esses elementos em busca de preservação do sistema. A opção foi a construção do velho sistema cidade capital em uma nova cidade. Dito de outra forma, cidades capitais não mudam essencialmente quando mudam de endereço, o que mudam são as articulações entre os elementos que a constituem, irritados por um ambiente complexo, de maneira que sua localidade possa variar para preservar-se. A estabilidade da cidade capital, analogamente ao que propõe Luhmann para os sistemas, é uma estabilidade dinâmica, e não estável:

Portanto, esta teoria não trata, como nas teorias clássicas de equilíbrio, de um retorno a um estado estável de repouso após a absorção de perturbações, mas do asseguramento da renovação ininterrupta dos elementos sistêmicos; ou, formulado mais sucintamente: ela não trata de uma estabilidade estática, mas dinâmica. Todos os elementos desaparecem; eles não podem se manter como elementos no tempo; eles têm, portanto, de ser continuamente produzidos novamente com base na constelação de elementos que seja atual num dado momento. (LUHMANN, 2016, p. 69-70).

A relação duplamente contingente de cada sistema cidade capital e cidade comum, em que uma é *alter* e a outra *ego*, e vice-versa, e considerando que cada *ego* também atua como *alter* de seu próprio *alter ego*, os efeitos de sentido resultantes dessas relações preparam em cada sistema cidade, ao longo do tempo, previsibilidade, prevenção e antecipação do comportamento de uma em relação a outra. Essas ações materializadas remetem, por fim, a uma relação de confiança/desconfiança entre os sistemas sociais cidade capital e cidade comum.

A cidade comum que abriga uma cidade capital sela a relação a partir de uma confiança desconfiada. A cidade capital impulsiona e oferece à cidade comum opções extraordinárias em relação ao complexo ambiente das cidades, e, nesse caso, a confiança adquire a forma de garantia. O senso comum brasileiro afirma, dentre outras comunicações, que a capital brasileira foi construída para ficar longe do povo. Talvez nos momentos iniciais enquanto a capital era construída e seus prédios habitacionais eram vazios, a sensação se sustentasse (ainda que ignorasse as populações que já estavam na cidade desde antes e as que não paravam de chegar desde 1956 para construir a cidade e trabalhar na cidade). Não há real segurança na pretensa distância do inimigo externo e, principalmente, do interno. Apesar de dificultar a operação do invasor, a depender da força armada que ataque, e considerando a guerra digital, as guerras de satélites e aéreas, esteja onde estiver, a capital sofrerá; no caso interno faz menos sentido ainda: onde 4 milhões de pessoas vivem (e mais ainda se somarmos a conurbação em curso formada por Brasília-Anápolis-Goiânia e as cidades menores entre elas) não há possibilidade de segurança plena (do ponto de vista estatal). Com tantas pessoas o salto abrupto para desconfiança pela cidade comum, que pode ocorrer em ocasião de, por exemplo, revoluções, vai contar com muito mais gente que o 5 de outubro de 1789 em Versalhes, na França, ou o ano de 1917 em São Petersburgo, na Rússia, ocasiões em que as cidades capitais sofreram risco de destruição e efetivamente encontraram mudança abrupta e de grande instabilidade. Nas revoluções, a depender dos efeitos nos elementos Estado, território nacional e identidade nacional, a cidade capital vai abaixo, material e organizacionalmente.

A cidade capital, por essa e outras razões (naturais e da humanidade), mantém uma permanente confiança desconfiada da cidade comum. O tempo e os efeitos dos riscos vivenciados podem gerar ações graduais perpetrados pela cidade capital em direção à confiança ou a mais desconfiança em relação à cidade comum. Quando Washington, nos Estados Unidos, é queimada pelos ingleses em 1812 em um ensaio de retomada das colônias, a cidade capital se fortalece na cidade comum. A confiança aumenta ainda mais quando na Guerra Civil de 1863 o presidente Abraham Lincoln decide por montar o esforço de guerra e permanecer na capital, ainda que essa se situasse dentro do território confederado e fosse óbvio objeto de disputa e arriscado para o comandante em chefe durante o esforço de guerra. A cidade capital americana, nessa ocasião, reconfigura os elementos Estado, território nacional e identidade nacional novamente e é reconfigurada por eles cada vez mais confiante na cidade comum que a abriga. Contudo, isso não é suficiente para que a cidade capital confie na cidade comum na mesma medida que o contrário acontece. Pelo menos não em termos de confiança na organização política da cidade comum e no que os efeitos dessa organização no interior do sistema cidade comum poderão afetar a cidade capital. Preventivamente, a cidade capital, acoplada aos sistemas direito, ordenamento legislativo e executivo, age para neutralizar a possibilidade do fortalecimento político regional. Até hoje os habitantes da capital Washington não elegem congressistas para o Congresso Nacional americano. Passaram a eleger prefeitos apenas nos anos 1970 — aqui cabe o comentário de que, em pleno sul dos Estados Unidos, ainda operando com limitações raciais, a cidade de Washington era neutralizada politicamente em grande medida pelo temor conservador de um avanço liberal na cidade, o que de fato aconteceu e a capital progressista foi a primeira cidade de grande porte a eleger um prefeito negro nos Estados Unidos, o que vem se repetindo ao longo dos anos, com prefeitos eleitos entre homens e mulheres negras da capital, o que demonstra que a confiança conquistada pela cidade comum naquele momento, a partir de uma desconfiança que existia há mais de 100 anos antes, já não importava mais para cidade capital, apenas para alguns indivíduos.

Em Brasília passou-se a se eleger governador a partir da Constituição de 1988, mas a mesma Constituição assegura, por desconfiança da cidade capital diante da cidade comum, que o Distrito Federal não seja politicamente divisível, ou seja, não permita o surgimento de municípios. Ainda que existam localidades concretas que se assemelham a cidades no Distrito Federal, as antigamente chamadas cidades-satélites, e algumas sejam inclusive anteriores à construção de Brasília, como Brazlândia e Planaltina, nenhuma tem municipalidade (prefeitura, câmara, pastas do executivo, tributação e orçamento descentralizado em relação ao DF). A intensificação da regionalização política da cidade comum, com efeitos de aumento de complexidade nas relações entre os elementos constituintes da cidade comum, é percebida com grande desconfiança pela cidade capital. Apenas com o tempo essa operação pode caminhar rumo a algum nível de confiança. Por exemplo, já corre a algum tempo no Congresso Nacional proposta de alteração na Constituição que modifique a proibição de divisão política no DF, mesmo não alterando a questão da municipalidade, para que seja possível a eleição direta para administradores regionais das regiões administrativas e, do mesmo modo, já surgiram propostas de mudança da capital brasileira novamente, ou separação do Plano Piloto do restante do Distrito Federal com a região resultante se tornando um novo estado da federação brasileira ou incorporado pelo Goiás. Nenhuma dessas propostas tem grande repercussão, mas somente o fato de existirem já demonstram que a relação confiança/desconfiança participa da interação sistêmica cidade capital e cidade comum em Brasília. É provável que com o tempo novas configurações regionais se possibilitem para cidade comum Brasília, como ocorreu com a possibilidade de eleição para governador e deputados regionais (distritais) surgida na Constituição Federal de 1988 e que se tornou concreta em 1990, e para representantes nacionais (deputados federais e senadores), ocorrida pela primeira vez em 1986. Contudo, essa mudança da desconfiança para confiança leva tempo, como nos explica Luhmann (2016), após mencionar como no caso da relação em que predomina a confiança, a mudança para a desconfiança pode ser abrupta e, justamente por isso, a relação tende a se estabilizar na confiança, uma

vez que os sistemas, nesse caso, conhecem bem essa possibilidade de mudança abrupta, o que não ocorre na relação de desconfiança:

O caminho inverso, a transição da desconfiança para a confiança, soluciona problemas bem diferentes daquele; não é um salto abrupto, mas um salto que só se realiza, quando muito, lentamente. Ele mantém-se dependente de apoios complementares (p. ex. do direito). Aqui não se desce monte abaixo, mas custosamente monte acima em direção a uma ordem social mais complexa. (LUHMANN, 2016, p. 152).

A confiança é o espaço necessário para a cidade capital operar a programação política. Nessa programação da política, com a função de legislar e tomar decisões que se vinculem ao coletivo através de votos, declarações, discursos e projetos, o meio de comunicação simbolicamente generalizado poder opera o código governo/oposição. A autoridade e a legitimidade se tornam meios para continuidade das comunicações (leis, decisões, normas). Essa operação política extrapola modelos de governo e sofre pressões e impulsionamentos da opinião pública, dos lobbys, dos sindicatos, dos grupos organizados, da imprensa, das empresas. Os elementos Estado, identidade e território, articulados pela cidade capital e materializados no plexo burocrático e espacial da cidade, oferecem o palco para que a relação política aconteça e se projete no tempo e no espaço do país. Essa é a política do consenso, da convergência, da *palavra inicial*, como elaboramos anteriormente. A diferenciação para cidade comum é preponderante para que a cidade capital opere a programação política nas características mais seguras. Esse distanciamento é, provavelmente, o mote que indica comunicações de frieza, pragmatismo, desapego, enclausuramento, impessoalidade, desumanização e, no limite, irrealidade que comumente se atribui em observações da cidade capital, como se ela estivesse desatrelada da realidade emergente do país (e não fosse ela própria uma das realidades emergentes do país). Essa política desapaixonada, política da impossibilidade de reunião com *eros*, é uma operação consciente da cidade capital. O escritor e filósofo Alain Badiou (2019) descreve essa programação política como a dominante. Ela é caracterizada pelo ordenamento da autoridade em todos os níveis do Estado (municipal, estadual, nacional), com participação da polícia, do exército, dos governos, do judiciário, das entidades organizadas como sindicatos e

partidos políticos, que resulta em um conjunto de políticos profissionais e administradores especializados que operam o que Badiou descreve como uma “diferença pacífica, fundada num acordo latente relativo à sociedade e suas instituições” (2019, p. 53).

Em resumo, a definição seria a seguinte: a política é o conjunto dos processos que dizem respeito ao controle e à gestão do aparelho de Estado. Essa definição parece convir para todas as formas adotadas pelos Estados desde o aparecimento, há 3 mil ou 4 mil anos, das monarquias imperiais chinesa e egípcia até os Estados “democráticos” modernos. (BADIOU, 2019, p. 52)

Existe uma outra política. Ela não é consensual. Ela discute a própria política. Nela *philia* se reúne a *thymos* na ação de grupos ou indivíduos animados por *eros* em uma conjuração de coragem, amizade e amor. A camaradagem que a alma não parte necessariamente da identificação nacional, até porque ela pode nascer das ações e posicionamentos políticos de um indivíduo, um artista, um mendigo, um pastor, um padre, um jornalista, um fotógrafo, um médico, um agricultor, um assassino: não importa o ator. Existe uma política que não importa onde ela aconteça, ela deve seu tributo ao que não é consenso, ao que não está institucionalizado, ao que não pode se resolver pragmaticamente porque é contingente e ainda não está sistematizada. Essa política está calcada no objetivo, na transformação que simplesmente deseja, mesmo que mal formulado o desejo. Para o bem e para o mau. Ela é quase espontânea quando é reativa. Nasce também de anseios não reativos ao (des)ordenamento social, mas de intimidades não resolvidas com o ciclo da vida e a passagem do tempo no espaço.

Quando essa política é coletiva, Badiou explica: “Trata-se de um desacordo intrapopular fundamental, irreconciliável, quanto aos objetivos e aos meios empregados.” (BADIOU, 2019, p. 53). Essa política não é estabilizada. Apesar de observada pela cidade capital, ela acontece nos campos e na cidade comum. Essa dualidade política, elas se irritam. E demarcam profundamente a diferença entre a cidade capital e a cidade comum.

POSFÁCIO

Quando falamos de uma “ancestralidade” no Planalto Central, não recorremos a alguma noção de homogeneidade, cronologia sucessiva de causa e efeito ou de predominância de traços do passado no presente do cerrado, ao menos não com a ingenuidade nostálgica de um homem original do Planalto Central que tenha existido e permaneça de alguma maneira nas populações do Brasil central. O que afirmamos é que as evidências de uma ocupação – ainda que irregular – ancestral do Planalto Central, como em qualquer lugar, revela que os espaços são sempre uma reinauguração no tempo a cada aparição dos homens e seus efeitos. Não existe uma Brasília ancestral, anterior a 1960, que assegure uma reivindicação de que a Brasília que está deva sempre permanecer (como tentam fazer alguns com o Rio de Janeiro o imaginando como centro permanente do Brasil ou da brasilidade). A aparição humana de 1960 não estabilizou uma Brasília no Planalto Central eternamente. O que percebemos é uma miríade de realidades hoje e no passado, a cada movimentação humana interna e em direção ao Planalto Central, que reinaugura e reconfigura o espaço para novas possibilidades. Essa dinâmica sucede desde a década de 1950, desde as bandeiras dois ou três séculos atrás, desde as passadas pelas rotas ancestrais percorridas por outras imaginações já há muito esquecidas. O modernismo de Brasília

não cristalizou nada além de fornecer novos insumos para uma nação que se constrói recursivamente na imaginação das pessoas deste horizonte tropical-amazônico-atlântico: um cosmos reunido na pólis política do centro equidistante do território brasileiro.

Policarpo Quaresma é a personagem principal do romance “O triste fim de Policarpo Quaresma”, de Lima Barreto. Quaresma era um patriota. Vivia na capital no final do século XIX, no período hoje chamado pela historiografia de Primeira República. Ninguém sabia de onde vinha, se de São Paulo, do Rio Grande do Sul ou do Pará. Isso se dava, o narrador explica, porque Quaresma não carregava qualquer traço de regionalismo. Era, antes de tudo, um brasileiro. O violão, à época, era instrumento maldito. Coisa do populacho, associado ao batuque, à bagunça, à desordem (mesma designação que se dava para vários elementos que viriam se tornar símbolos nacionais, como o Samba, o Boi-Bumbá, o Coco, o Maxixe, o Maracatu, o Frevo, o Forró, a Capoeira). Mas Quaresma, um respeitado funcionário público de origem militar, sabia que o violão à brasileira era típico, seria incorporado ao nacional, e fazia aulas de violão com um compositor e seresteiro famoso da cidade, para espanto e admiração de toda vizinhança. Quaresma acreditava que tudo que fosse nacional, do Oiapoque ao Chuí, era melhor, era mais, era especial, vencia todas as imaginações que pudessem imaginar outras pátrias. O radicalismo chegou a tal ponto (não era xenofobia, porque Quaresma jamais distratou alguém de outra nacionalidade e nem estava atento a isso, tão absorto que vivia na sua brasilidade) que Quaresma resolveu aprender a ler e escrever em Tupi, porque essa sim, poderia se dizer que é uma língua genuinamente brasileira. O amor republicano de Quaresma superava o amor às mundanidades, às paixões. Barreto descreve:

Policarpo era patriota. Dede moço, aí pelos vinte anos, o amor da pátria tomou-o todo inteiro. Não fora o amor comum, palrador e vazio; fora um sentimento sério, grave e absorvente. Nada de ambições políticas ou administrativas; o que Quaresma pensou, ou melhor: o que o patriotismo o fez pensar foi num conhecimento inteiro do Brasil, levando-o a meditações sobre os seus recursos, para depois então apontar os remédios, as medidas progressivas, com pleno conhecimento de causa.

Em algum momento da narrativa, o patriotismo de Quaresma o leva ao ridículo público. É afastado do trabalho, onde era respeitado e tinha posição de certo destaque. Consegue se aposentar e mudar para um sítio, na região rural próxima à capital, onde acredita que vai tirar da terra seu sustento, afinal, igual a terra brasileira não há. Irrompe uma revolta de marinheiros que, amotinados, atacam a capital (episódio real da história brasileira conhecida como Revolta da Armada) e Quaresma, militar reformado, se voluntaria para proteger a pátria. Apesar de vitorioso e respeitado pelas ações que tomou durante a revolta, ao questionar execuções de alguns presos políticos oficialmente ao presidente, é taxado como traidor e executado. Morre pela pátria, literalmente. As passagens do livro têm como cenário a capital, a política ali exercida e as relações em volta do amor e do poder, sempre em tom crítico e tragicômico. A irrealdade patriótica apaixonada que Quaresma vive, por fim, o torna mais digno, ético e justo que a realidade nacional que o mata. O aparato patriótico estatal é frio, duro, impessoal e a paixão de Quaresma era quente, pura, encantada. O choque é inevitável.

Essa menção ao romance se dá nessa altura do texto porque, além de uma comunicação relevante para o assunto cidade capital, traz à luz uma razão pessoal do pesquisador. Na feitura desta pesquisa revisei diversas posições e percepções que as carrego desde a infância, afinal, estamos debatendo identidade e recorri com frequência a minhas memórias e conhecimentos advindos da naturalidade brasiliense. São consciências e formações cognitivas marcadas na memória e na imaginação que, confrontadas com dados, leituras e a batalha travada com a linguagem para escrever essas palavras, revelaram em mim e para mim o Policarpo Quaresma em mim contido. A diferença para o personagem de Lima Barreto é que minha paixão é regional, supera a nacional. Acredito que essa é uma tendência no mundo urbano, ao menos em partes. O Estado brasileiro já se afirmou e já matou muitos Policarpós de carne e osso e outros por outros motivos desde a Revolta da Armada, na década final do século XIX. Já foram muitos governos, decisões, inclusive uma mudança de capital. O patriotismo é intelectualmente (desde Quaresma) demodê. Soma-se o fato de que o mundo globalizado, conectado e informado, paradoxalmente, estimula regionalismos. Mas na política tradicional,

a tendência desta terceira década do século XXI revela o contrário: o fortalecimento de nacionalismos, em diversas comunicações, inclusive na eleição de presidentes “patrióticos” mundo afora, assim taxados por recorrerem ao nacionalismo como projeto de governo (por mais confuso que isso soe), e guerras constantes. Os simbolismos nacionais e regionais se reconfiguram, se ressignificam e são comunicados por diversas perspectivas, muitas vezes conflitantes. O Policarpo em mim, percebi ao longo deste trabalho, quer acreditar que a cidade capital é capaz de resolver essas questões, tanto quanto a cidade comum pode se emancipar para a glória regional. Quaresma era exagerado em seu patriotismo e, obviamente, neste trabalho de pesquisa essa percepção foi exagerada para ser revelada na consciência do autor (e na descrição deste parágrafo) e assim poder ser desviada. Ou seja, ao observar minha observação mais íntima de Brasília, pude delimitá-la para evitá-la. Esse foi o primeiro objetivo ainda antes de iniciar o trabalho: observar Brasília cientificamente, incluindo a auto-observação como um dos elementos presente na observação. Nem sempre fui bem-sucedido.

Por construir todo o pensamento dessa pesquisa teórica a partir de uma diferença (a cidade capital e a cidade comum que observo ao observar observações de Brasília), o encontro com as teorias do sociólogo alemão Niklas Luhmann foram uma chave metodológica e teórica fundamentais. A diferenciação entre ambiente e sistema traçam uma possibilidade teórica riquíssima de potencialidades. A primeira constatação ao percorrer os textos de Luhmann e tentar dialogar e criticá-los é a dificuldade em captar o trabalho do autor, decifrar seu código semântico e aplicá-lo. Esse foi o segundo objetivo deste trabalho e, ainda mais que a aniquilação do ufanista em mim, acredito que nesse quesito o sucesso é extremamente reduzido. Falta muito o que compreender das teorias luhmannianas, muito mais do que foi compreendido. Esse é um empreendimento teórico inicial que busca, ao se fazer-se, tanto contribuir quanto absorver diálogos e *feedbacks* para revisitar leituras, aprofundá-las e começar tantas outras da vastíssima obra do autor alemão. Essa é uma introdução à noção de que sistemas sociais existem e podem ser descritos. Se não obtivemos sucesso na descrição, não invalida a tentativa introdutória, que pode ser reconstruída.

Não faltam referências para se falar de cidades e para se falar de Brasília. Saltam comunicações nas bibliotecas, nos meios de difusão, nas conversas, nos filmes, em inúmeras produções culturais. Mas a perspectiva de observar as cidades e observar Brasília pelo prisma das teorias de sistemas sociais de Luhmann e pelas atuações dos meios comunicação simbolicamente generalizados, de uma forma abrangente e teórica, ao que tudo indica, é nova. Por isso mesmo, extremamente insegura e sem referências. Esse risco que corremos nos capítulos 2 e 3 foi minimizado justamente pela extensa bibliografia disponível sobre os temas das cidades e das capitais brasileiras. O risco ficou por conta das diferenças propostas e analisadas entre a cidade capital e a cidade comum. Muito embora não haveria este trabalho sem a assunção desses riscos. O que falta é uma melhor sistematização da leitura e da escrita, o que se refletiu nas possíveis incoerências da narrativa construída nos capítulos.

Por fim, a teoria esboçada no quarto capítulo se aproxima mais de um argumento, um projeto de pesquisa. São codificações iniciais do tema cidade capital que necessitam de diversos avanços teóricos, conceituações mais delimitadas e aplicações. Percebemos três lacunas fundamentais para que uma teoria da cidade capital possa avançar: 1) maior clareza nas operações do amor e do poder; 2) avançar para as operações dos outros meios de comunicação simbolicamente generalizados analisados por Luhmann (2006) – *Dinheiro*: por exemplo, na economia nacional, nas empresas que construíram e se beneficiaram da mudança; nas relações com os trabalhadores estatais x trabalhadores privados na capital e no Brasil; nas interações com o espaço da política; *Arte*: por exemplo, no fazer e nos símbolos artísticos nacionais e regionais na capital e seus efeitos, além de observações sobre a arte e a identidade nacional; *Verdade*: por exemplo, na interação entre a ciência e a cidade capital – como a burocracia baseada em dados científicos e o plexo jurídico e administrativo se relacionam na capital e as implicações para o país; o que seria a “cidade de verdade” em Brasília; 3) uma profunda pesquisa comparativa de outras cidades capitais.

A observação de mais temas que perfazem o complexo sistema cidade capital podem ajudar a compreender sua operação. A dificuldade, acreditamos, não se dá pela aridez ou esgotamento do tema, pelo contrário,

se dá pela profusão de perspectivas e comunicações que podem ser abordadas. Cientes do desafio e humildes diante de tamanha complexidade, acreditamos que este trabalho possa: 1) contribuir para observações futuras da cidade capital Brasília, quem sabe até de outras cidades capitais; 2) contribuir para observações do tema sistema social e sua aplicação a objetos variados, no caso, as cidades e suas diferenças; 3) por último, e mais importante, contribuir para o campo da Comunicação Social que pode observar operações comunicativas na sociedade a partir de um amplo espectro de abordagem.

| GLOSSÁRIO

Os termos aqui apresentados em ordem alfabética trazem, sucintamente, informações sobre alguns termos importantes para a Teoria dos Sistemas Sociais e que utilizamos ao longo do texto. Os resumos não esgotam ou explicam inteiramente os termos, que se modificam e se adaptam a cada observação e utilização da teoria, e tarefa de toda uma vida do próprio Luhmann que mal conseguimos resvalar neste livro. Objetivamos apenas introduzir informações sobre as terminologias utilizadas pelo autor. Além de facilitar tanto a elaboração quanto a leitura do texto, o glossário nos servirá de guia e de base para onde poderemos sempre voltar e ressignificar, repensar, refletir. Nos baseamos não apenas diretamente nas explicações do próprio Luhmann, mas também em autores que trabalharam e “traduziram” alguns desses conceitos a partir do sociólogo alemão.

Acoplamento estrutural – Segunda operação básica do sistema. “É a interface elementar que liga um sistema aos demais sistemas (ao ‘mundo externo’). Trata-se do espaço de irritações, isto é, dos sinais que cada sistema emite e é percebido pelo outro através do processo de observação” (FILHO et al, 2009, p. 48). No acoplamento estrutural com o

ambiente e outros sistemas, o sistema articula sua capacidade autodescritiva (autorreferência) e de descrição do ambiente (heterorreferência), de modo que realiza o processamento dos estímulos/irritações do ambiente em si mesmo no fechamento operacional: “Os acoplamentos estruturais são formas de abertura cognitiva e, como tal, se constituem em conformidade ao fechamento operativo” (FILHO; GONÇALVES, 2013, p. 58).

Ambiente – Sistemas e ambiente são interdependentes. “O ambiente é um estado de coisas relativo ao sistema. Cada sistema excetua somente a si mesmo de seu ambiente. Por isso, o ambiente de cada sistema é diferente. Com isso, também a unidade do ambiente é constituída mediante o sistema. ‘O’ ambiente é somente um correlato negativo do sistema. Ele não é uma unidade com capacidade para operações, não pode perceber o sistema, não pode tratá-lo, nem o influenciar. Por isso, pode-se dizer também que, mediante referência ao ambiente e deixando-o indeterminado, o sistema se autototaliza. O ambiente é simplesmente ‘todo o resto’” (LUHMANN, 2016, p. 207). Luhmann afirma ainda que o ambiente é sempre muito mais complexo do que o sistema, o que leva à necessidade da operação sistêmica de reduzir a complexidade do ambiente através das comunicações que marcam justamente a diferença entre ambiente e sistema. Caso contrário o sistema seria destruído. O sistema é autorreferente, o ambiente, por não ter unidade, nunca será. A auto-observação já enseja um novo sistema diferenciado do ambiente.

Autopoiese – Os pesquisadores da neurobiologia Humberto Maturana e Francisco Varela (2001) aplicam nos processos cognitivos o conceito da biologia em que seres vivos seriam sistemas autopoieticos, capazes de auto fazer-se, autoconstruir-se, por conterem em si todos os elementos necessários para tal. Sociologicamente, a autopoiese é o processo de autoconstrução dos sistemas sociais pela comunicação, elemento este que nos permite observar os sistemas e as diferenciações sistêmicas. “Nesse sentido, a noção de autopoiese compreende três fases interdependentes: autorreferência de base, reflexividade e reflexão. A primeira refere-se à autorreprodução dos elementos [do sistema]. Para Luhmann, como um elemento só existe em relação a outros, eles

se remetem necessariamente entre si como redes recursivas, que, ao se diferenciarem conforme as possibilidades de relação, reduzem as alternativas disponíveis no mundo (diminuição da complexidade). Note-se o paradoxo: da necessidade da relação, os elementos constroem sua unidade, mas como é a própria unidade que possibilita a conexão, os elementos também são por ela construídos. A segunda etapa, por sua vez, consiste na capacidade de um processo referir-se a si mesmo. Luhmann denominou-a reflexividade, pois exprime a possibilidade de o processo se submeter aos seus meios para escolher seus atos. A terceira fase, denominada reflexão, diz respeito à autodescrição do sistema, isto é, à sua necessidade de se reconhecer como diverso. Trata-se, em outras palavras, da elaboração de uma ‘teoria do sistema no sistema’, produzida discursivamente por meio de conceitos e argumentos próprios. Depende de construção conceitual que descreva sua identidade e, por conseguinte, demarque sua diferença. Quando essas três fases operam simultaneamente, tem-se a estabilização de um sistema autopoiético diferenciado de seu ambiente.” (FILHO; GONÇALVES, 2013, p. 50).

Autorreferência – A capacidade do sistema de, ao se autodescrever, reproduzir a diferença dentro de si mesmo entre sistema e ambiente. Ou seja, a capacidade do sistema de se relacionar consigo mesmo e de “diferenciar essas relações perante as do seu ambiente” (LUHMANN, 2016, p. 30). A produção de informações a partir dessa autodescrição, consequência do fechamento autorreferencial do sistema, permite recursivas diferenciações dentro do sistema entre subsistemas e ambiente: “(...) a autorreferência só pode ser realizada nas operações atuais do sistema se um si-mesmo (Selbst) (seja como elemento, processo ou sistema) puder ser por ele mesmo identificado e estabelecido como diferente perante os outros”. (LUHMANN, 2016, p. 26). Ou seja, “a autorreferência é a condição do contato com o entorno, e está precisamente relacionada com o fechamento operacional do sistema, sem o qual não existiria nem sistema, nem observação possível, nem contato.” (NEVES; RODRIGUES, 2017, p. 117). Os sistemas sociais, pois, são autorreferenciais: “Pode-se designar um sistema como autorreferencial, quando ele mesmo constitui, como unidades funcionais, os elementos dos quais ele se constitui e faz

percorrer em todas as relações entre esses elementos uma referência a essa autoconstituição, de modo, portanto, a reproduzir continuamente a autoconstituição”. (LUHMANN, 2016, p. 53). A heterorreferência, por sua vez, é a descrição que o sistema faz do ambiente e o modo como o processa.

Fechamento operacional (ou clausura operacional) – Os sistemas complexos são fechados diante do contexto exterior. A clausura operacional é uma das duas operações básicas do sistema (a outra é o acoplamento estrutural, primeiro termo deste glossário). O fechamento não significa isolamento. O sistema se relaciona com o ambiente, com outros sistemas e com seus próprios subsistemas. É através do fechamento operacional que essa relação se desenvolve internamente no sistema através de auto-organização e autopoiese. “O que se propõe com este conceito é que o fechamento é a condição da abertura do sistema ao ambiente: o sistema só é capaz de estar atento e responder à causalidade externa por meio das operações que ele próprio desenvolveu” (NEVES; RODRIGUES, 2017, p. 117).

Irritação – Estímulo interno ou externo que provoca uma reação do sistema. As interações com o ambiente podem provocar irritações, mas não determinar mudanças estruturais no sistema. Não têm um caráter positivo ou negativo, são fricções que geram sinais, impulsos, comunicações que serão processadas. As irritações são trabalhadas e percebidas internamente ao sistema. “Isto é, não há troca entre o indivíduo e a sociedade ou entre um indivíduo e outro, mas apenas irritações que provocam efeitos de autopreservação nos sistemas (indivíduo, sociedade ou sistemas sociais) resultantes das observações sobre o ambiente.” (FILHO et al, 2009, p. 492).

Meios de comunicação simbolicamente generalizados – Meio de comunicação simbolicamente generalizado é um termo que “(...) expressa algo que enfrenta a improbabilidade da comunicação” (NEVES; RODRIGUES, 2017, p. 104). Quando a operação comunicacional passa a ser difundida para “locais e tempos distantes dos contextos da sua produção” (idem), ou seja, ultrapassa o nível interacional entre inter-

locutores, é quando o meio de comunicação simbolicamente generalizado vai atuar para prover sentido à informação, numa perspectiva de redutor de complexidade e esteio para superação da improbabilidade da compreensão e, principalmente, da aceitação da comunicação. Alguns desses meios de comunicação simbolicamente generalizados são o amor, a verdade, o dinheiro, a arte. Eles trazem códigos que, no acoplamento estrutural entre sistema e ambiente, permitem o processamento da comunicação (ex.: obediência/desobediência para o meio poder). Os meios de comunicação simbolicamente generalizados não são meios de comunicação de massa (veículos informativos, periódicos, rádio, TV, internet), a estes Luhmann dá a denominação de meios de difusão.

Sistema – Uma teoria do conhecimento clássica, cujo ápice se deu no século XVIII, formulou a ideia do que é universal dividido entre todo e partes. A Teoria de Sistemas Sociais a substituí pela diferença entre sistema e ambiente. Não há um todo formado por partes, mas um todo formado por partes emergentes, justamente as diferenciações contínuas entre sistema e ambiente. A diferenciação sistêmica se repete no interior dos sistemas, dessa vez, pela autopoiesis. “Nessa diferenciação, o sistema total emprega a si mesmo como ambiente em suas próprias formações de subsistemas (...).” (LUHMANN, 2016, p. 23). Essa perspectiva revela um giro teórico para os sistemas: os sistemas são autorreferentes. “Assim, se um sistema tem limites, são os limites do sistema que o discerne como unidade e, a partir desse estado de unidade, tudo o mais se torna não sistema, entorno ou simplesmente, diferença.” (NEVES; RODRIGUES, 2017, p. 32). Em outras palavras, sistema é um sistema fechado em operações internas e diferenciado de tudo o mais que não seja ele mesmo. Sistema é ordem em estado dinâmico (NEVES; RODRIGUES, 2017), ou seja, estabelece sua identidade na medida em que se diferencia do ambiente. Isso quer dizer que a identidade é formada pela diferença e pela manutenção e reprodução dessa diferença. “Os sistemas são capazes de organizar e mudar suas estruturas a partir de suas referências internas, produzir seus elementos e determinar suas próprias operações. Os sistemas se autoproduzem.” (FILHO; GONÇALVES, 2013, p. 43). Mas os limites dos sistemas não são bordas, membranas,

muros com os quais o sistema se estabelece e se fortifica. “Os limites não são partes, não são – quase poderíamos dizer – campos parciais do sistema, havendo ademais partes ‘interiores’ que se beneficiam do fato de não haver contato com o entorno. O sistema social não é outra coisa que o lado operativo (interno) da forma sistema. E com cada operação do sistema se reproduz o caráter distintivo do sistema, a diferença do entorno. A autopoiesis de um sistema de sentido não é outra coisa senão a reprodução dessa diferença” (LUHMANN, 2006, p. 244-245).

REFERÊNCIAS

ADENAS, H.; MASCAREÑO, A.; URQUIZA, A. *Niklas Luhmann y el legado universalista de su teoría: Aportes para el análisis de la complejidad social contemporánea*. Santiago de Chile: RIL Editores, 2012.

ANDERSON, B. *Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ASSIS, M. *Memórias Póstumas de Brás Cubas*. São Paulo: Globo, 1997.

BADIOU, A; TRUONG; N. *In praise of love*. London: Profile Books, 2012.

BADIOU, A. *Petrogrado, Xangai: as duas revoluções do século XX*. São Paulo, Ubu Editora, 2019.

BARRETO, L. *Triste fim de Policarpo Quaresma*. Edição Casa dos Clássicos. E-book Kindle.

BARROSO, J. (coord.). *Globalização e Identidade Nacional*. São Paulo: Editora Atlas, 1999.

BARTHES, R. *Fragmentos de um discurso amoroso*. São Paulo: Editora Unesp, 2018.

- BASTIAT, F. *A lei*. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010.
- BERTRAN, P. *História da Terra e do Homem no Planalto Central: Eco-História do Distrito Federal*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2011.
- BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. *Dicionário de Política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2009.
- BOGDANOVIC, J.; CHRISTIE, J.; GUZMÁN, E. (org.). *Political landscapes of capital cities*. Boulder: University Press of Colorado, 2016.
- BORGES, A. *Tempo de Brasília: Etnografando lugares-eventos da política*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2003.
- BUENO, A.; SOUZA, V.; LEITE, C. *Atlas Escolar Geográfico, Histórico e Cultural do Distrito Federal*. Distrito Federal: C&A Alfa Comunicação, 2019.
- BURGESS, E.; PARK, R. *The City*. Chicago: University of Chicago Press, 2019.
- CALDAS, R. *A política externa do governo Kubitscheck*. Brasília: Thesaurus, 1991.
- CARVALHO, J. (coord.). *A construção nacional: 1830-1889*. Vol. 2. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.
- CHATTERJEE, P. *Colonialismo, Modernidade e Política*. Salvador: EDUFBA, 2004. ePUB (versão digital, 2018).
- CLASTRES, P. *A sociedade contra o Estado*. São Paulo: Cosac Naify, 2013.
- CODEPLAN – Companhia de Planejamento do Distrito Federal. Disponível em: <https://www.codeplan.df.gov.br/>. Acessado em fevereiro de 2022.
- COULANGES, F. *A cidade Antiga: estudo sobre o culto, o direito e as instituições da Grécia e de Roma*. São Paulo: Martin Claret, 2009.
- CRAIG, R. T. Communication Theory as a Field. In: *Communication Theory*, v. 9, 1999, p. 119-161.

- EZCURDIA, J. (2008). Imanência e amor na filosofia de Espinosa. *Cadernos Espinosanos*, (19), 11-46. <https://doi.org/10.11606/issn.2447-9012.espinosa.2008.89338>
- FIESP – FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO. Disponível em: <https://www.fiesp.com.br/?temas=economia>. Acessado em janeiro de 2022.
- FILHO, C. M. (org). *Dicionário da Comunicação*. São Paulo: Paulus, 2009.
- FILHO, O. V. B.; GONÇALVES, G. L. *Teoria dos sistemas sociais: Direito e Sociedade na obra de Niklas Luhmann*. São Paulo: Saraiva, 2013.
- FLORENZANO, M.; HIRATA, E. (orgs.). *Estudos sobre a cidade Antiga*. São Paulo: Edusp, 2009.
- FOERSTER, von Heinz. *Understanding Understanding*. New York: Springer, 2003.
- FREITAG, B. *Teorias da cidade*. Campinas: Papyrus, 2012.
- FREITAG, B. *Capitais migrantes e poderes peregrinos: o caso do Rio de Janeiro*. Campinas: Papyrus, 2009.
- FREITAS, G. *Brasília e o projeto construtivo brasileiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.
- GAMBIAGI, F. et al. *Economia Brasileira Contemporânea*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.
- GEARY, P. *The myth of nations: the medieval origins of Europe*. Princeton: Princeton University Press, 2003.
- GIANNETTI, E. *Trópicos Utópicos: uma perspectiva brasileira da crise civilizatória*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.
- GIDDENS, A.; SUTTON, P. *Conceitos essenciais da Sociologia*. São Paulo: Editora Unesp, 2017.
- GLAESER, E. *O triunfo da cidade*. São Paulo: BEI Comunicação, 2016.
- GULLO, M. *A insubordinação fundadora: breve história da construção do poder pelas nações*. Florianópolis: Insular, 2014.

- HALL, P. *Cidades do amanhã*. São Paulo: Perspectiva, 2016.
- HAN, B. *A agonia de Eros*. Petrópolis: Vozes, 2017.
- HAN, B. *No exame: perspectivas do digital*. Petrópolis: Vozes, 2018.
- HAN, B. *O que é poder?* Petrópolis: Vozes, 2019
- HATOUM, M. *A noite da espera*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.
- HOBSBAWM, E. *Nações e nacionalismo desde 1780: Programa, mito e realidade*. São Paulo: Paz e Terra, 2016.
- HOLSTON, J. *A cidade modernista: Uma crítica de Brasília e sua utopia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acessado em janeiro de 2022.
- IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/>. Acessado em fevereiro de 2022.
- JACOBS, J. *Morte e vida nas grandes cidades*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2014.
- JUNIOR, L.; LYNCH, C.; SOUZA, I (orgs.). *Rio 2º Distrito Federal: diagnóstico da crise estadual e defesa da federalização*. Rio de Janeiro: Jaguatirica, 2021.
- KUBITSCHK, J. *Por que construí Brasília?* Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2000.
- LEMONS, A. (org.). *Cibercidade: a cidade na Cibercultura*. Rio de Janeiro: E-Papers Serviços Editoriais, 2004.
- LIGIERO, L. F. *A autonomia da política externa brasileira: a política externa independente e o pragmatismo responsável: momentos diferentes, políticas semelhantes?* Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2011.
- LUHMANN, N. *El amor*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2012.

- LUHMANN, N. *O amor como paixão: para a codificação da intimidade*. Lisboa: Difel, 1991.
- LUHMANN, N. *O direito da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2016. ePUB.
- LUHMANN, N. *A improbabilidade da comunicação*. Lisboa: Passagens, 2006.
- LUHMANN, N. *A realidade dos meios de comunicação*. São Paulo: Paulus, 2005.
- LUHMANN, N. *Sistemas sociais: Esboço de uma teoria geral*. Petrópolis: Vozes, 2016.
- LUHMANN, N. *La sociedad de la sociedad*. Ciudad de México: Herder, 2006.
- LUHMANN, N. *Trust and Power*. Cambridge: Polity Press, 2017. ePUB
- LYNCH, K. *A imagem da cidade*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2018.
- MAQUIAVEL, N. *O príncipe e Escritos políticos*. São Paulo: Folha de S. Paulo, 2010. [Coleção Folha: livros que mudaram o mundo; v. 2]
- MASCAREÑO, A. *Diferenciación y contingencia em América Latina*. Santiago de Chile: Ediciones Universidad Alberto Hurtado, 2010.
- MATURANA, H. *Cognição, ciência e vida cotidiana*. Belo Horizonte: Ed. UFMG,
- MAY, S. *Amor: uma história*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.
- MOSER, B. *Autoimperialismo*. São Paulo: Planeta, 2016.
- MOTTA, M. *Rio, cidade-capital*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.
- MROGINSKI, S. *Lei Orgânica do DF comentada*. Brasília: Alumnus, 2019.
- MUMFORD, L. *A cidade na história*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1965.

NEVES, F.; RODRIGUES, L. P. *A sociologia de Niklas Luhmann*. Petrópolis: Vozes, 2017.

NIETZCHE, F. *Assim falava Zaratustra*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

NIETZCHE, F. *A vontade de poder*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2011.

NOVACAP – COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL. Disponível em: <https://www.novacap.df.gov.br/>. Acessado em janeiro de 2022.

OCAMPO, S.P.; BRASIL, A. O cenário “pós-Luhmanniano” e a América Latina: Entrevistas com Marcelo Neves e Aldo Mascareño. *Revista Sociologia & Antropologia*. Rio de Janeiro: v.10, p. 15-72, JAN-ABR, 2020.

PAINEL ESTATÍSTICO DE PESSOAL DO GOVERNO FEDERAL. Disponível em: <https://www.gov.br/economia/pt-br/aceso-a-informacao/servidores/servidores-publicos/painel-estatistico-de-pessoal>. Acessado em janeiro de 2022.

PARK, R.; VALLADARES, L. (org.). *A sociologia urbana de Robert E. Park*. Rio de Janeiro: Editora Ufrj, 2018.

PARSONS, T. *The Social System*. Glencoe: The Free Press, 1951.

PAVIANI, A. et al. *Brasília 50 anos: da capital à metrópole*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010.

PAVIANI, A. et al. *A conquista da cidade: movimentos populares em Brasília*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010.

PAVIANI, A. et al. *Território e Sociedade: as múltiplas faces da Brasília metropolitana*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2019.

PENNA, M. *Quando mudam as capitais*. Brasília: Senado Federal, 2002.

PRADO JUNIOR, C. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1972.

QUINTANA, M. *Quintana de bolso: Rua dos Cataventos & outros poemas*. Porto Alegre: L&PM, 1997.

- ROLNIK, R. *O que é cidade*. São Paulo: Brasiliense, 2018.
- SALGUEIRO, H (org.). *Cidades capitais do século XIX: Racionalidade, Cosmopolitismo e Transferência de Modelos*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.
- SAND, S. *A invenção do povo judeu: da Bíblia ao sionismo*. São Paulo: Benvirá, 2014.
- SCHWARCZ, L.; STARLING, H. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- SILVA, A. *10 lições sobre Luhmann*. Petrópolis: Vozes, 2016.
- TILLICH, P. *Amor, Poder e Justiça*. São Paulo: Fonte Editorial, 2004.
- VIDAL, L. *De Nova Lisboa a Brasília: A invenção de uma capital (séculos XIX-XX)*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2009.
- WEBER, M. *The City*. New York: Free Press, 1966.
- XAVIER, A.; KATINSKY, J. (orgs.). *Brasília – antologia crítica*. São Paulo: Cosac Naify, 2012.



Ricardo de Alcântara Dantas é brasileiro, jornalista, doutorando em Comunicação pela Universidade de Brasília (UnB), mestre em Comunicação pela mesma universidade e especialista em Relações Internacionais pelo Clio Internacional/Damásio. Pesquisa estudos ligados aos processos comunicacionais, às identidades, às cidades, ao Estado e às nações. Atua no mercado de comunicação, no Distrito Federal, desde 2002 e, atualmente, trabalha com produção de conteúdo multimídia.

DISSERTAÇÃO

Estudos de caso, levantamentos e sistematização de informações, reflexões metodológicas, análises de diferentes fenômenos e processos da Comunicação, oriundas das dissertações de Mestrado e apresentados de forma mais ensaística e acessível.